

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
JERÔNIMA HELENA ARANTES

*Hist regional
trabalhadores*

OS TRABALHADORES E A LUTA PELA TERRA NUMA REGIÃO DE FRONTEIRA:
Representações sobre o movimento de Trombas e Formoso no interior do Estado de Goiás
(1950 a 1964).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CPH
Campus ST. Xavier, Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº
Fone 38400-012 - Uberlândia - M.G. - Brasil

UBERLÂNDIA

2008

3692

JERÔNIMA HELENA ARANTES

OS TRABALHADORES E A LUTA PELA TERRA NUMA REGIÃO DE FRONTEIRA:
Representações sobre o movimento de Trombas e Formoso no interior do Estado de Goiás
(1950 a 1964).

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Professor Doutor Antônio de Almeida.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CC
Campus São Monica - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº
Cep 38400-902 - Uberlândia - M. G. - Brasil

Uberlândia

2008

JERÔNIMA HELENA ARANTES

OS TRABALHADORES E A LUTA PELA TERRA NUMA REGIÃO DE FRONTEIRA:
Representações sobre o movimento de Trombas e Formoso no interior do Estado de Goiás
(1950 a 1964).

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Antônio de Almeida – Orientador

Professor Mestre Cássio Rodrigues da Silveira

Professora Mestra Elisângela Magela Oliveira

À minha mãe, pelo exemplo de luta e perseverança.

Ao Paulo, meu companheiro, pela compreensão da ausência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Antônio de Almeida por ter me orientado com paciência e dedicação.

Aos funcionários da Biblioteca pela colaboração pelo atendimento qualificado e, sobretudo, humano no trato com nossas pesquisas; auxiliando sempre que solicitados.

À Professora Ivany Câmara Neiva por responder, prontamente, as comunicações eletrônicas e, por ter me enviado, de Brasília, sua tese de mestrado.

Ao Professor Paulo Cunha por ter me auxiliado a encontrar sua tese de mestrado e também pelos diálogos travados, via internet, nos últimos dois anos.

À Professora Luzair Carvalho pela árdua tarefa de corrigir meu “complicado” português.

Aos amigos por compreenderem minha necessidade de reclusão nestes cinco anos de curso.

“Aos que não conhecem, ainda,
o heroísmo dos posseiros,
desejo contar quem são
esses heróis verdadeiros,
que lutam pela justiça,
contra a ganância e a cobiça
dos desalmados grileiro.”

PAULO NUNES BATISTA

Resumo

Neste trabalho, serão abordados a “Era Vargas” e as implicações de suas políticas públicas para a migração, a ocupação do meio norte de Goiás e a formação do movimento de luta pela terra em Trombas e Formoso e, de como este foi representado durante seu desenvolvimento e, posteriormente, pelos diversos atores sociais envolvidos nas batalhas pela posse da terra naqueles espaços sócio-histórico-geográficos.

A “Marcha para o Oeste” fazia parte das políticas públicas de Getúlio Vargas para ocupar os espaços vazios do território brasileiro, englobava diversos projetos, dentre eles a criação de colônias agrícolas em vários pontos do país. A fundação da CANG- Colônia Nacional Agrícola de Goiás- fez parte desse pacote de medidas adotadas pelo Governo Vargas, como forma de ocupar espaços no estado de Goiás.

Atendendo ao “chamado” do Governo milhares de trabalhadores pobres se deslocaram para a região onde a colônia seria instalada. Porém, a CANG não foi capaz de absorver todos eles e muitos seguiram, então, rumo ao norte do estado e se estabeleceram na região de Uruaçu. Por alguns anos, os camponeses que foram para esta região trabalharam nas terras devolutas do estado, mas a valorização das terras despertou o interesse de grileiros. Estes, com documento forjados, tentaram legitimar a posse da terra e, com isso, principiaram um processo de expulsão dos camponeses.

Os trabalhadores se organizaram e, com apoio do PCB – Partido Comunista Brasileiro -, da mídia, estadual e nacional, e de outros setores da sociedade civil enfrentaram à bala os grileiros. Após anos de batalhas sangrentas, os grileiros são afastados da região e os posseiros desfrutam de um período de relativa paz. Neste período, os trabalhadores se organizam em torno da Associação dos Posseiros e continuam a defender seus interesses de forma coletiva. Porém, essa forma de organização social será desmantelada pelo Regime Militar, instalado em 1964.

Palavras chaves: posseiros – conflito – terra – Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
-----------------	----

CAPÍTULO I

A Marcha para o Oeste: da “terra prometida”, da propaganda oficial às agruras dos trabalhadores na luta pela sobrevivência.....	16
---	----

CAPÍTULO II

Organização e resistência dos trabalhadores na luta pela terra.....	36
II.1 - A grilagem.....	37
II.2 - Os posseiros.....	41
II.3 - Resistindo.....	46
II.4 - A participação do Partido Comunista no movimento de Trombas e Formoso.....	57
II.5 - O sonho acabou.....	65

CAPÍTULO III

Heróis, bandidos ou simplesmente trabalhadores em luta? – diferentes representações sobre o movimento de Formoso e Trombas	68
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
---------------------------------	----

ANEXOS.....	100
-------------	-----

Introdução

Este trabalho versa sobre um movimento social de luta pela terra, acontecido no meio norte do estado de Goiás, na década de 1950. Este movimento tem recebido várias denominações, tais como: “Guerrilha de Zé Porfírio”, “Revolta Camponesa de Formoso e Trombas”, “A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas”, “Rebelião dos Posseiros”.

A motivação inicial para esta pesquisa deu-se em função da leitura do livro de Sebastião de Barros Abreu, *Trombas e Guerrilha de Zé Porfírio*, de 1985. Na impossibilidade de realizar, neste momento, uma pesquisa empírica mais aprofundada que incluísse levantamento de fontes naquela localidade, optou-se por eleger como fontes, além da obra acima citada, outras publicações sobre o referido movimento, que serão apresentadas no íterim deste. Desse modo, esse trabalho é o resultado da análise de uma pequena, mas significativa bibliografia já publicada sobre a luta pela terra em Trombas e Formoso e, tem como uma das preocupações, compreender as representações sobre o movimento, presentes nessas obras.

Ao estudar a História do Brasil depara-se com inúmeros episódios de lutas sangrentas entre o povo oprimido e os poderes constituídos, tais como, A Guerra do Contestado, Canudos, a Guerrilha do Araguaia e centenas de outros casos em que o povo é sempre massacrado e os detentores do dinheiro, do latifúndio e, portanto, do poder, saem vencedores. Apesar de tantas derrotas, parece que no movimento de Trombas e Formoso, um episódio pouco estudado por nossa historiografia, o massacre não ocorreu. Ao analisar as representações do movimento nas obras estudadas poderá ser vislumbrado as relações do Estado com os posseiros revoltosos e com os grileiros, dos grileiros com os posseiros e demais atores sociais envolvidos com o movimento de luta pela terra em Trombas e Formoso.

As obras de Ivany Câmara Neiva (1984) e Eliane Garcindo Dayrell (1974),¹ foram importantes para a compreensão da “Marcha para o Oeste,” da fundação da CANG - Colônia Nacional Agrícola de Goiás, e de como esse projeto influenciou a migração para Goiás na

¹ As referidas obras são teses de mestrado, não publicadas como livros. As autoras pesquisaram a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, enfatizando as políticas públicas adotadas por Vargas, as múltiplas resistências gestadas no interior da CANG e, as contradições que inviabilizaram o projeto, da forma como o governo o concebera.

década de 1930/1940, levando milhares de camponeses a ocupar a região, onde aconteceu o conflito.

Embora o livro de Abreu (1985) tenha sido o ponto de partida deste trabalho, a contribuição mais significativa para a compreensão do movimento foi encontrada na obra de Maria Esperança Fernandes Carneiro (1988). A autora realizou na década de 1980 inúmeras entrevistas com camponeses envolvidos diretamente com a luta de Formoso e Trombas e construiu sua narrativa, quase que exclusivamente, com depoimentos desses camponeses. Há capítulos em que a voz da autora sequer aparece. Embora seu método possa ser questionado e, mesmo sabendo que a escolha dos depoimentos publicados reflete opiniões da autora, não deixa de ser interessante “ouvir” as vozes desses trabalhadores pobres sobre uma luta que eles empreenderam.

Sobre sua metodologia, Carneiro, explicita.

[...] Deve-se ainda esclarecer que grande parcela dos depoimentos foi gravada e transcrita de forma a preservar a linguagem original; outros foram anotações que, em decorrência da inexperiência do pesquisador, foram transcritas em linguagem formal. [...] Esta duplicidade de transcrição evidencia uma das grandes dificuldades de se efetuar uma pesquisa, no campo, pois no nosso caso em particular a maioria dos camponeses não permitiu que as entrevistas fossem gravadas. [...] Outro esclarecimento que se faz necessário diz respeito ao não assentimento dos camponeses quanto à menção de seus nomes no trabalho, com exceção de Geraldo Marques. Por este motivo, os depoimentos serão marcados com letras do alfabeto, [...] utilizou-se a história oral devido ao fato de a maioria dos mesmos ser analfabeta. (CARNEIRO, 1988, p. 08).

Uma obra que também contribuiu para compreender o envolvimento e a participação do Partido Comunista do Brasil no movimento de Trombas e Formoso foi a de Paulo Cunha (1994)², na qual traça uma trajetória do Partido Comunista Brasileiro desde sua fundação em 1922, analisando seus períodos de legalidade e de proscrição e faz uma reflexão sobre sua atuação no Estado de Goiás e, particularmente, no referido conflito.

Outra contribuição, foi o artigo de Janaína Amado (1993) que permitiu refletir sobre as motivações que transformaram milhares de trabalhadores pobres em migrantes, levando-os de um lado para outro em busca de liberdade, identidade, ascensão social, e melhores condições econômicas para sobreviver.

A pesquisa em história pressupõe a utilização de metodologias e a construção de conhecimentos específicos. Para isso, algumas noções são bastante úteis aos historiadores,

² Tese de mestrado defendida em 1994 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, transformada em livro publicado em 2008.

dentre elas, os conceitos de representação, memória, relação entre passado e presente, interpretação, imaginário e outros que aqui serão utilizados.

Desse modo, ao privilegiar para este estudo as representações sobre um movimento específico³ de luta pela terra, a pesquisa nos conduziu para diferentes fontes, dentre elas, relatos de memória sobre o acontecido e publicações sobre o tema, algumas destas, inclusive, do campo da literatura. O que requereu pensar o diálogo da história com outras áreas do conhecimento. Neste aspecto, cabe reconhecer que a incorporação da Literatura como fonte de pesquisa para a História se intensifica a partir das décadas de 1970 e 1980, quando a renovação historiográfica em curso multiplica as possibilidades de investigação, elegendo novos objetos de estudo. Nesse novo contexto, a Literatura passa a ser compreendida por muitos historiadores como uma manifestação cultural e, sendo assim, com possibilidades de registrar o movimento histórico da humanidade, seus anseios, sua visão de mundo, portanto, passível de ser historicizada. Desse modo, a Literatura, com sua riqueza de dados, possibilita captar as múltiplas dimensões do cotidiano de uma sociedade por meio de suas representações. Por isso mesmo, o texto literário deve ser visto como uma mediação complexa e não como um simples reflexo da sociedade, para, através dele, compreender a realidade contida em sua narrativa presente no imaginário social. Segundo Chaloub e Pereira (1998).

É preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico. (CHALOUB; PEREIRA, 1998 apud ALVES E SANTOS, 2007).

A Literatura, embora seja “testemunho histórico”, não pode, evidentemente, ser tomada como expressão absoluta da realidade, visto que é uma construção carregada de subjetividade que parte de uma determinada leitura do real. É, pois, uma representação do real.

Para o debate sobre representações as contribuições de Roger Chartier (2002) são altamente significativas. Por isso, esse autor, também foi uma das referências para interpretação das obras aqui pesquisadas. Ao analisar “a crise de paradigmas” vivenciada pela História em fins dos anos 1980, Chartier (2002), aprofunda as contribuições do conceito de “representação coletiva”, inclusive comparando-o com outro muito usual, qual seja o de mentalidade:

³ O movimento de luta pela terra de Trombas e Formoso.

Esse retorno a Marcel Mauss e Emille Durkeim e a noção de “representação coletiva” autoriza a articular, sem dúvida melhor do que o conceito de mentalidade, três modalidades da relação com o mundo social: primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõe uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 2002, p. 66).

Segundo a análise de Chartier (2002) o mundo das representações é um espaço de disputas; o autor busca em um dicionário do século dezoito as definições para o termo,

[...] as entradas da palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: de um lado, a representação manifesta uma ausência o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é a exibição de uma presença a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa.

Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo à memória e “pintá-lo” tal como é. (CHARTIER, 2002, p. 74).

Outra noção importante para a elaboração deste trabalho é a de imaginário social. Pode-se compreender imaginário social como as noções e as visões de mundo que perpassa o social. Desse imaginário fazem parte a realidade objetiva e a realidade subjetiva de uma comunidade ou grupo. Ou seja, os medos, angústias, esperanças e desesperanças, os símbolos, as alegorias, rituais e mitos que fazem parte do processo de construção do vivido, enfim é a imagem que a sociedade constrói e tem de si mesma.

O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano. Nessa dimensão, identificamos as diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, ou seja, como eles se visualizam como partes de uma coletividade. (MORAIS, 2007).

Outro aspecto relevante a ser ressaltado diz respeito ao debate sobre a utilização da memória nos trabalhos historiográficos. A primeira fonte⁴ consultada para elaboração desse trabalho é um relato de memória, uma versão, uma representação do real acontecido, portanto

⁴ *Trombas a Guerrilha do Zé Porfírio.*

difere de uma obra literária ficcional. Abreu (1985) narra os acontecimentos vivenciados e as suas experiências, rememorando fatos, lugares, pessoas, selecionando alguns eventos e descartando outros. Assim, realiza um trabalho de rememorar, refazer o caminho, voltar do presente para o passado. Também os depoimentos de camponeses inseridos na bibliografia pesquisada são relatos de memória, embora transcritos e, portanto, selecionados por seus entrevistadores. Neste aspecto, as reflexões de Ângela de Castro Gomes (1996) nos ajudam a pensar essa questão:

A memória é um trabalho. Como atividade, ela refaz o passado segundo os imperativos do presente de quem rememora ressignificando as noções de tempo e espaço e selecionando o que vai e o que não vai ser “dito”, bem longe, naturalmente, de um cálculo apenas consciente e utilitário. Quem aceita fazer o trabalho da memória, o faz por alguma ordem de razões importantes, dentre as quais estão a busca de novos conhecimentos, a realização de encontros com outros e consigo mesmo, de forma a que os resultados sejam enriquecedores sob o ponto de vista individual e coletivo. A rememoração pode ser um difícil processo de negociação entre o individual e o social, pelo qual identidades estejam permanentemente sendo construídas e reconstruídas, garantindo-se certa coesão à personalidade e ao grupo, concomitantemente. (GOMES, 1996, p. 17-30).

Para compreender as categorias sociais envolvidas com a luta pela terra, sua organização social e as transformações acontecidas no universo rural da década de 1950, uma ótima contribuição veio do texto *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido (1997). Nesta obra o autor elabora conceitos, como cultura rústica, para explicar o tipo social e cultural que habita o universo rural do Estado de São Paulo, na década de 1950. Esse tipo é denominado “caipira” resultado do ajustamento do colonizador português ao novo mundo e de seu contato com o aborígene. Embora o universo do sertão de Goiás tenha suas especificidades próprias, os primeiros colonizadores da região, foram os bandeirantes oriundos de São Paulo e, portanto, traços de sua cultura permaneceram com a população local até o advento da revolta de Trombas, acontecida na mesma década estudada pelo pensador paulista.

Antônio Cândido (1997) elabora outros importantes conceitos para compreender a organização social dos posseiros de Trombas, o de mínimos vitais, que explica as necessidades materiais dessas pessoas, seja de alimentação, de vestuário ou de mobiliário. O conceito de mínimos sociais, que explicita as relações sociais das comunidades rurais que na base da solidariedade, da reciprocidade e da ajuda mútua dão origem a um universo, no qual a comunidade cria uma sociabilidade, em que há festas religiosas e/ou profanas, mutirões, rezadeiras, benzedadeiras, parteiras. Enfim, uma sociabilidade capaz de mantê-los,

praticamente, isolados de outros bairros rurais e das cidades vizinhas, onde pouco vão e da qual pouco necessitam. No período de paz em Trombas e Formoso formou-se uma comunidade capaz de se organizar, praticamente sem a presença do Estado.

Para compreender os conflitos acontecidos em Trombas e Formoso foram utilizadas algumas concepções de José de Souza Martins (1975), sobre zonas pioneiras, fronteira demográfica, fronteira econômica, frente de expansão e frente pioneira, conceitos que analisam as relações sociais de produção e os conflitos advindos dessas relações com interesses antagônicos quanto à ocupação e uso da terra.

Segundo Martins (1975), no Brasil existem dois tipos de problemas agrários. “Primeiro, o rompimento da combinação entre relações de trabalho e produção direta, pelos próprios trabalhadores, dos seus meios de vida e segundo a ocupação de novas terras nas fronteiras econômicas dos países”.(MARTINS, 1975, p.51).

O referido autor ao analisar a questão agrária conclui que a ocupação de novas terras se dá por intermédio de proprietários legalmente titulados, mas eles descobrem que essas terras já estão ocupadas por posseiros expulsos de outras regiões em consequência de mudanças econômicas e sociais. Os posseiros estão situados entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica e “podemos denominar esta zona como frente de expansão cuja atividade econômica não se baseia numa característica apropriação capitalista da terra. Esta última forma de apropriação ocorre apenas no interior da fronteira econômica.”(MARTINS, 1975, p. 52). Esse “encontro” de posseiros e “proprietários” opõe grupos com interesses antagônicos gerando intensos conflitos.

Os principais conflitos no Brasil rural durante os anos recentes têm ocorrido nos pontos em que a frente pioneira [...] sobrepõe-se à frente de expansão. Essas áreas de superposição, estão espalhadas pelo país. [...] em outras áreas de superposição mais antigas, [...] tem ocorrido conflitos sociais ou movimentos sociais, como a região do Contestado, a região de Porecatu e a região de Pato Branco e Francisco Beltrão, todas no sul, a região de Trombas e Formoso em Goiás e a região do Vale do Mucuri em Minas Gerais. (MARTINS, 1975, p. 52).

Martins (1975) faz uma reflexão sobre as condições sócio-históricas da apropriação da terra e das relações sociais de produção, estabelecidas no campo brasileiro, desde a promulgação da lei de terras, em 1850, para concluir que,

Quando as contradições da realização do lucro representam uma pressão sobre as terras da economia de subsistência, então tem início uma crise social nas áreas rurais.

Três tipos de respostas têm surgido nessas circunstâncias. Primeiro, migração para as terras da frente de expansão. Segundo migração para as cidades onde, em muitos casos, as pessoas se tornam desempregadas ou subempregadas. Terceiro, explosão de movimentos sociais. (MARTINS, 1975, p. 52).

Portanto, é do diálogo com essas obras e da compreensão de conceitos, noções e teorias acima explicitados que este trabalho foi elaborado, abordando, particularmente, a “explosão do movimento social” de Trombas e Formoso.

O conteúdo deste trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, buscou-se compreender como se deu o processo de ocupação da terra na região em conflito. Percebeu-se que elementos presentes na “era Vargas” como, ascensão do populismo, queda da influência do coronelismo, o advento da Segunda Guerra Mundial, o alinhamento brasileiro com a “Política da Boa Vizinhança”, a popularização do rádio e, principalmente, a adoção de políticas públicas que visavam colonizar os imensos espaços vazios brasileiros, notadamente a “Marcha para o Oeste”, exerceram significativa influência no processo de migração para o estado de Goiás. Este processo de migração sofreu um importante incremento com a fundação da CANG – Colônia Nacional Agrícola de Goiás.

No segundo capítulo, apresentamos o movimento, os sujeitos sociais envolvidos, as batalhas travadas, a resistência dos posseiros ao processo de grilagem das terras por ele ocupadas, e seus desdobramentos.

No terceiro capítulo, há um diálogo com algumas representações do movimento, analisando os títulos e as representações gráficas das capas das edições de 1985 e 2002 da obra de Sebastião de Barros Abreu, jornalista, advogado e um dos participantes do movimento. Estabelece-se, ainda, um diálogo entre as obras e os autores pesquisados, privilegiando as vozes dos camponeses encontradas nestas obras e as representações deles sobre suas lutas.

Capítulo I

A Marcha para o Oeste: da “terra prometida”, da propaganda oficial às agruras dos trabalhadores na luta pela sobrevivência.

Na década de 1950 aconteceu no meio norte do Estado de Goiás vários conflitos pela posse da terra, envolvendo diversos segmentos sociais, porém seus principais atores sociais foram os grileiros⁵ e os posseiros⁶. Essas disputas refletiam o momento sócio-político daquele período histórico, marcado pelo fim da Segunda Mundial, pela redemocratização do país e pela ascensão das classes populares, como segmento social, inseridas na cena política pelo jogo populista.

Pode-se perceber na região do conflito a confluência de vários aspectos da política populista do Governo Vargas que, embora tenha se dedicado de forma mais abrangente a atender aos interesses do operariado urbano, tentou com a criação de diversas Colônias Agrícolas pelo país, atender às demandas dos trabalhadores rurais, e apaziguar o campo. O projeto das Colônias visava, ainda, transferir para o campo os trabalhadores pobres e desqualificados que inchavam as cidades.

A migração intensa para o Estado de Goiás de trabalhadores rurais, atraídos em parte pelas promessas de doação de terras, fez eclodir conflitos em várias localidades. Um

⁵ Grileiro. Esta palavra possui uma conotação folclórica e provavelmente só exista no Brasil. Ela designa o processo de transformar papéis novos em velhos, através do método de colocar junto a esses papéis grilos, traças e outros insetos, que possam dar a aparência de muito antigos a papéis da atualidade, emprestando-lhes assim a legalidade que não possuem. Também designa de forma genérica os agentes desse ato. Assim grileiros se constituem em uma categoria social de fazendeiros, agentes do poder público, empresários, e pessoas que às vezes se dedicam, exclusivamente a grilar terras, a fim de vendê-las a outrem, transformando a grilagem em “atividade profissional”. Os grileiros se utilizam de todos os meios necessários para se tornarem donos de imensas áreas de terra. Adotando como formas de ação a fraude a coerção, e diversos tipos de violência física, inclusive o assassinato (encomendados a capangas , espécie de segurança pessoal armada, de vários destes agentes) afim de atingirem seus objetivos, ou seja a posse legítima da terra, já ocupada mais sem titularidade registrada e ou legalizada nos órgãos competentes, seus oponentes diretos são os posseiros, e as terras em litígio geralmente são aquelas pertencentes ao Estado.

⁶ Designação genérica de categoria social existente no campo que ocupa por longos anos glebas de terras (em geral pertencentes ao Estado) trabalhando-a, dela tirando seus sustento e transformando a natureza bruta em área produtiva. Desenvolvem, na maioria das vezes, agricultura de subsistência, trabalham a terra com as próprias mãos e as de sua família, realizam em épocas de desmatamento, plantio e colheita, trabalho comunitário, chamado de mutirão. Ao se defrontarem com os grileiros muitos fogem abandonando a terra na qual as vezes trabalhara por longos anos, no entanto outros resistem deflagrando conflitos, muitas vezes sangrentos.

dos conflitos mais longo e organizado e, de maiores consequências sociais, políticas e econômicas para aqueles diretamente envolvidos, foi o de Trombas e Formoso⁷.

Os trabalhadores rurais foram atraídos para a região atendendo ao chamado da “Marcha para o Oeste” e chegaram à região da CANG- Colônia Nacional Agrícola de Goiás. Não encontrando, neste lugar, a terra que lhes fora prometida rumam para o norte do estado, chegando à região de Uruaçu, em busca do sonho despertado pela promessa governamental. Lá encontraram imensas áreas de terras devolutas, matas virgens, terras férteis. Uma imensidão verde, uma renovação da esperança de dias melhores, um lugar de clima quente, muitos córregos, uma promessa renovada de terra de leite e mel. Para possuí-la, pensava-se que era preciso apenas desbravá-la, pegar a foice, a enxada e o enxadão e colocar mãos-à-obra, derrubar a mata, plantar, fazer brotar, daquele solo úmido e virgem, o pão para alimentar a família.

Porém, o discurso de terras férteis e gratuitas, feito por Getúlio, fizera eco em outros ouvidos, e para a região acorreram não só os pobres lavradores sem posses de outras regiões, mas também os “visionários” da supervalorização que aquelas terras sofreriam dentro em breve; pois se o governo construía uma moderna capital para o Estado de Goiás, abria rodovias, fizera chegar a Anápolis a linha de trem, e ainda havia a possibilidade de transferência da Capital Federal⁸ para o planalto central, a valorização era apenas uma questão de tempo.

⁷ Formoso e Trombas eram, na década de 1950, pequenos povoados do Distrito de Amaro Leite do Município de Uruaçu. As Fazendas Bonito, Formoso e Santa Tereza, objeto das disputas, estavam em suas terras. Formoso foi elevado à condição de Município em 25/09/1963 e Trombas em 09/01/1988.

⁸ A idéia da mudança da capital, do Rio de Janeiro para o interior, é bastante antiga. Em 1823 José Bonifácio apresentou projeto para mudança da capital, sugerindo-lhe o nome de Brasília, na Constituinte que acabaria dissolvida por Dom Pedro I, antes de aprovar o projeto em questão. Todas as constituições da República (de 1891, de 1934, de 1937 e de 1946), previam a mudança. Os motivos para defender a interiorização da capital incluíam: Medo de invasões pelo litoral. A transferência da capital ajudaria a melhor ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Para alguns, ter a capital numa cidade de menor população deixaria os governantes menos sujeitos a certos tipos de pressão popular, e tornaria mais fácil a questão da segurança em casos de rebeliões, convulsões sociais, etc. Em 1892 é nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central, a Missão Cruls, que dois anos depois demarca uma área de 14.400 km² considerada adequada para a futura capital. Esta área ficou conhecida como o “Quadrilátero Cruls”. A Comissão foi criada por causa do artigo 3º da Constituição de 1891, que estabeleceu que fosse demarcada, no Planalto Central, área de 14.400 km² para a construção da futura capital. A comissão era chefiada pelo astrônomo Luís Cruls. Em 07/09/1922 é Colocada a pedra fundamental “da futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil”, perto da cidade de Planaltina, no perímetro do atual Distrito Federal. Em 15/04/55 A Comissão de Localização da Nova Capital Federal (que havia sido criada em 1953) escolhe o local definitivo onde será construída Brasília - o “Sítio Castanho”. O Sítio Castanho era um dos 5 sítios de 1.000 km² indicados pela firma americana Donald J. Belcher como sendo os mais adequados para construção da nova capital. A Comissão de Localização da Nova Capital Federal havia sido criada em 1953 pelo Presidente Getúlio Vargas, e desde 1954 era presidida pelo Marechal José Pessoa. Disponível em: < <http://www.infobrasilia.com.br> >. Acesso em 22/11/2007

A maior perversidade da “Marcha para o Oeste” é a contratação, pela via do engodo, de uma massa enorme de desbravadores das matas virgens. São eles os pioneiros que enfrentam todo tipo de adversidade, dentre elas, a falta de estradas, para escoar a produção e a falta de qualquer infra-estrutura ou apoio governamental. No entanto, uma vez superados os primeiros anos de dificuldades, no rastro dos desbravadores chegam os compradores da produção e os especuladores de terra. Estes possuidores do capital, irmanados com o poder, abraçados à classe dirigente, ou sendo eles próprios os donos do poder, podem esperar sentados em suas amplas varandas que uma massa de miseráveis trabalhem, de graça, para eles. Os trabalhadores enganados pela ilusão de se tornarem proprietários, de verem um dia o governo lhes conceder a titularidade da terra, não medem esforços e transformam imensas regiões de matas virgens em terras produtivas. Trabalham até o limite de suas forças, de sol-a-sol, pois se não há feitor a fustigar-lhes o dorso, há a utopia a guiar-lhes o coração e a esperança a nortear-lhes os atos. Pensam, sonham, e trabalham, trabalham muito, pois acreditam poder extrair da força de seu trabalho, o fruto para sustentar a família. Eles desejam deixar para os filhos o exemplo da peleja diária e, se possível, meios para que eles não tenham a vida “dura” de seus pais. Enquanto isso, os possuidores do capital podem aguardar o momento oportuno para se lançarem à busca dessas mesmas terras; estes não precisam se preocupar com o pão de cada dia, pois já o possui, assim esperam o tempo certo para se lançarem à sua labuta.

O Estado de Goiás era território indígena até meados do século XVI, quando os bandeirantes, em busca de metais e pedras preciosas e índios para aprisionamento, chegaram à região, oriundos do Estado de São Paulo.⁹

A região para onde se dirigiram os migrantes “expulsos” pela CANG, possuía na década de 1940, extensas áreas de terras devolutas, mas era habitada desde o Brasil Colônia por descendentes de bandeirantes, indígenas, portugueses e toda sorte de aventureiros que viera em busca do ouro de suas minas. Após a decadência da mineração os remanescentes populacionais que não puderam ou não quiseram abandonar a região se dedicaram à pecuária e/ou à agricultura de subsistência.

Goiás não estava ligada ao resto do país por rodovias asfaltadas nem ferrovias até a década de 1920. Assim, um dos produtos com menor dificuldade de circulação (entrada e

⁹ O Bandeirante conhecido como Anhanguera fundou as primeiras vilas do Estado de Goiás e seguiu rumo ao Mato Grosso. A BR que liga Goiânia, capital do estado, à cidade de São Paulo, nos dias atuais, segue o caminho percorrido pelo bandeirante e é nomeada Via Anhanguera. O primeiro marco histórico da Via Anhangüera conta 277 anos. Trata-se de uma carta do alferes José Peixoto da Silva Braga, enviada ao padre Diogo Soares, na qual está indicado o roteiro que aquele oficial seguiu com a bandeira do Anhanguera, o moço. Disponível em: <<http://www.estradas.com.br>>. Acesso em: 02/01/2008.

saída) era o gado, levado de um lugar a outro por tropeiros, por longas distâncias. Portanto, os migrantes ao chegarem à região encontraram imensos espaços vazios, mas não totalmente despovoados. Ao ocuparem as matas virgens não foram molestados, nem por seus pares, nem pelos grandes proprietários de terras e, por mais de uma década, trabalharam em paz, construindo neste espaço sócio-geográfico-histórico uma frente de expansão. Porém, logo foram alcançados pelos interesses dos integrantes da frente pioneira.

Segundo o sociólogo, José de Souza Martins (1975) estas áreas de fronteira estão divididas por duas frentes antagônicas a frente pioneira e a frente de expansão, compostas por elementos que se opõem quanto aos métodos, os objetivos as relações sociais de produção, e a forma de perceber, administrar e explorar a terra. “A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica.” (MARTINS, 1975, p.45).

Martins (1975) considera que nestas regiões as relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias, pois a apropriação das condições de trabalho, ou seja, da terra não se faz como empreendimento econômico.

O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem o valor de mercadoria. Por isso a figura central da frente de expansão é a figura do ocupante ou posseiro. [...] na frente de expansão, as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza. (MARTINS, 1975, p. 46).

Para o autor, as tensões que marcam essas regiões se dão no campo de disputa pela terra entre a sociedade “tribal” que as ocupa como posseiros e os interesses da frente pioneira com seu cunho essencialmente capitalista, em que a terra adquire valor de capital e a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A luta pela terra nessas regiões é o resultado trágico desse conflito de interesses entre posseiros e grileiros, em que um grupo se opõe ao outro para conquistar e preservar a terra. Os posseiros buscam, a princípio, a sua subsistência, lutando para preservar suas vidas, como grupo e como indivíduos, trabalhando eles próprios a terra e sobrevivendo do que produzem. O excedente dessa produção eles trocam entre si ou vendem no mercado. Já os grileiros buscam terras férteis e lucrativas, capaz de lhes proporcionar maiores lucros na expansão dos negócios ligados ao agronegócio. Para aqueles a terra é meio de sobrevivência, para estes a terra é meio de acumulação de capital.

Na década de 1930, Anápolis, situada a 55 km de Goiânia (cidade inaugurada em 1933) se constituía na última fronteira econômica do Estado de Goiás. Os trilhos da Mogiana

chegaram à cidade, em 1935, integrando-a ao mercado consumidor do centro sul do país e aos mercados de Argentina e Uruguai. No entanto, a fronteira demográfica se estendia rumo ao norte e havia pequenas cidades e vilas em todo território do Estado. Na faixa territorial compreendida entre Anápolis e Porangatu, pode-se vislumbrar a frente de expansão constituída por habitantes locais e incrementada pelo contingente de migrantes que chegaram à região, na década de 1940, em busca da terra prometida pela “Marcha para o Oeste”. Uma vez valorizadas as terras, os interesses do capital se fazem presentes. Assim, a partir de 1950, a região compreendida entre Uruaçu e Porangatu, será palco de um acirrado conflito opondo posseiros e grileiros, na luta para se tornarem os legítimos donos daquelas terras.

Década de 1940, tempo de guerra. O mundo está um verdadeiro caos. A Segunda Guerra Mundial avança sobre a Europa e envolve em um sangrento conflito, direta ou indiretamente os diversos povos da terra. O Brasil vive sob os auspícios do Estado Novo¹⁰. Com o coração na Alemanha e a cabeça nos Estados Unidos, Getúlio Vargas, segue desenvolvendo sua política de ambigüidades e contradições. Assim, no plano externo, ora atende os interesses de Alemanha e Itália, ora assina acordos com os Estados Unidos. No plano interno desenvolve políticas para atender os interesses de industriais e de produtores rurais, também adota medidas que atendam as reivindicações dos trabalhadores da incipiente indústria nacional, porém atrela os jovens sindicatos ao governo. Enfim, desenvolve um governo autoritário, centralizador, nacionalista, denominado pela historiografia posterior como populista.

O populismo no Brasil se intensifica com a crise política e econômica dos anos 1920, período de relativa decadência da oligarquia rural como política dominante e do liberalismo como modelo econômico. Com a crise dos grupos oligárquicos e, conseqüentemente, a diminuição da participação nas funções do domínio político, se evidenciou a “participação política” das classes populares e com isso a necessidade de controlá-las. No regime populista os programas políticos ganham força quando identificados com a pessoa de um líder carismático que recorre ao apelo direto e emocional para sensibilizar as massas, buscando

¹⁰ Desde a Revolta Comunista de 35 o governo adotava medidas de fechamento do regime e usava, principalmente, o rádio para alertar a população do “perigo vermelho” conclamando-a a lutar contra as forças comunistas. Em 37 apresenta sua cartada final o “Plano Cohen” divulgado com alarde pela *Hora do Brasil*, esse documento apontava que os comunistas estariam se preparando para tomar o país. “Assim a ameaça comunista foi o argumento usado, em discurso no rádio, para justificar o Golpe”. Foi também pelo rádio que a população dos grandes centros foi informada “instantaneamente” pelo próprio Vargas da instalação do Estado Novo e da nova Constituição, em 10 de novembro de 1937, no discurso intitulado “Proclamação ao Povo Brasileiro”, interrompendo o processo eleitoral em curso. A nova Constituição adotou várias medidas de controle sobre a vida política, social, econômica e cultural do país. Uma política assemelhada com as medidas fascistas adotadas na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini. Porém, as medidas de controle e o autoritarismo do Governo de Vargas, que se torna mais explícito a partir de 1937, já se fazia perceber desde a “tomada” do poder em 1930.

o apoio do povo de forma às vezes autoritária. Uma de suas principais figuras no Brasil foi o presidente Getúlio Vargas. O populismo é na sua essência a exaltação do poder público e do próprio Estado, colocando-se o líder em contato direto com os indivíduos reunidos em massa. Vários líderes buscaram o apoio popular no Brasil, cada um de sua forma, mas todos interessados em conquistar o voto popular. Desse modo, a política populista pode ser definida como:

[...] Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder, que passa a confundir-se com o Estado como instituição. É um compromisso entre Estado-líder e as classes populares que passam a integrar, de modo subordinado, o cenário nacional [...]. (GOMES et al., 1998, p. 546).

O populismo foi um mecanismo utilizado pelas elites dominantes, mas foi também uma das maneiras, pela qual o domínio se concentrava mais ameaçado por ser uma manifestação das fraquezas políticas das elites urbanas. Dessa forma, embora fossem “massa de manobra” eleitoreira, as camadas populares tendiam a inserir-se no processo de mobilização social e política, e terminou por fazer aflorar tensões e conflitos. Portanto,

[...] A manipulação populista não é, de maneira simplista, uma estratégia “urdida por políticos espertos para enganar o povo ingênuo”. É bem mais complexa, pois dotada de uma ambigüidade intrínseca: é tanto uma forma de controle sobre as massas, como uma forma de atendimento de suas reais demandas [...] (GOMES et al., 1998, p. 546).

O Governo centralizador de Vargas diminuiu o poder dos governos estaduais e, conseqüentemente, os do município. Suas políticas de fortalecimento do Estado acabaram por interferir em uma característica da política republicana brasileira, reduzindo, dessa forma, a força do coronelismo. Em discurso de 1940, Getúlio Vargas, ressaltará,

[...] Esses princípios são reconstrução política, consagrando o centralismo, como método de impulsão progressista, em vez dos particularismos federalista, porta aberta a todos os vírus da desagregação, capazes de ameaçar a unidade e a soberania nacional.[...]. (VARGAS, 1940, apud NEIVA, 1984, f. 48).

Victor Nunes Leal (1997), um dos principais estudiosos desse fenômeno político, assim definiu o coronelismo:

[...] concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes

uma forma peculiar de manifestação de poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. [...] é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 1997, p. 40).

O arrefecimento do poder do “coronel” pode ser uma das razões que levaram milhares de agricultores pobres a deixarem suas áreas de origem em busca de novas terras em outros lugares do Brasil. Pois, vivendo em condições sociais precárias, descrentes de seus “coronéis” locais, muitos deixaram sua terra natal, intensificando na década de 1940 um processo de migração, rumo ao centro do país. Nas novas terras, livres desse “chefe” local, alguns organizaram novas formas de convívio social baseadas em outras relações sociais de produção. Contudo, é importante notar que o fenômeno do “coronelismo”, mesmo agora em pleno século XXI, em que, um chefe local determina o voto de seus eleitores neste ou naquele candidato, não desapareceu por completo de nosso sistema representativo. Haja vista a enorme projeção nacional que alguns líderes locais conseguem atingir, num misto de coronelismo com o populismo.

O historiador José Ibarê Costas Dantas (1987) elaborou, na década de 1970, um interessante trabalho sobre o coronelismo. Para este pesquisador, o coronelismo possui três fases. Na primeira fase (1900-1930), sua principal característica seria a coerção, exercida, principalmente, pela força das milícias particulares. Na segunda fase (1930-1945), embora a coerção continuasse a existir, seria marcada mais pela tradição de mando, e a terceira fase (1945-1960), marcada pelo voto de cabresto. Segundo Dantas (1987), principalmente, nas primeiras décadas da República, a maioria da população não votava e, portanto, a força do coronelismo não se assentava nesse instrumento de representatividade democrática. Na década de 1930, quando o sistema eleitoral se torna mais amplo, com a inserção, inclusive das mulheres, como eleitores é que o voto adquire mais importância para o coronelismo, porém só haverá eleições em 1933 e 1934, pois com o advento do Estado Novo cessará as eleições. Somente após 1945, com a queda de Getúlio e com a redemocratização, e a ampliação da participação eleitoral é que o voto assumirá, dentro do coronelismo, a importância que lhe dão autores clássicos como Nunes Leal (1997).

Embora, durante a ditadura de Vargas, o coronelismo sofra com a centralização do poder e perca parte de seu poder de coerção, assumirá nova face assentada no prestígio social. Segundo Dantas (1987),

A peculiaridade do coronelismo no Brasil é a de que a fonte do poder do coronel apresentou algumas variações históricas. Se num primeiro período o coronelismo se fundamenta no controle das massas e na legitimação da sociedade política, a partir da força de sua milícia militar particular, num segundo momento, quando a sua força coercitiva se torna desgastada, passa a explorar seu prestígio construído através de uma tradição de mando. Somente numa terceira fase o voto passa a ter papel primordial dentro do coronelismo.(DANTAS, 1987, p. 16).

Na primeira fase as milícias armadas contribuíam para o exercício da coerção e o estabelecimento das relações de submissão no campo.

[...] Os coronéis, no entanto, eram valorizados em relação ao seu contingente de milícias particulares, não apenas pelos seus pares, como também pelas próprias oligarquias estaduais, que neles se apoiavam. Ao tempo em que o Proprietário rural ia integrando trabalhadores como seus súditos, mediante prestação de serviços, gestos paternalísticos, formava-se uma comunidade hierarquizada, onde a voz do senhor assumia poder absoluto. Em relação aos trabalhadores rurais, as milícias contribuíam para acentuar as relações de dominação e dependência pessoal, atrelando-se ao poderio do senhor numa ligação forte e profunda. Empenhados em matar ou morrer pelo grande proprietário, formava-se uma mobilização envolvente dentro do processo de cooperação, aprofundando extremamente os laços de lealdade e fidelidade. Legitimado pela oligarquia estadual, a partir da capacidade de mobilizar milícias particulares, ao coronel era franqueado o controle da máquina administrativa municipal. O juiz, o delegado, o professor, o exator, o médico (quando havia) e o vigário, todos são personagens a atuar subordinadamente aos seus interesses, todos trabalhando de alguma forma pela expressão reproduzida de sua dominação [...]. (DANTAS, 1987, p. 25).

A centralização da máquina administrativa no Governo Vargas, retira do coronelismo, principalmente, seu belicismo, fazendo-o se reconfigurar e adquirir outras fontes de poder.

[...] É que a mudança política havida com a presença de interventores, respaldados pelo Poder Central e pelo exército, significou para os coronéis a perda parcial do controle de coerção, principal fonte de seu poder político na primeira república. [...] o sistema autoritário do início dos anos 1930, via de regra, não comportava a existência de um poder extra-legal, no âmbito municipal. Urgia então explorar novas fontes de poder político, a fim de obter reconhecimento do governo estadual. E ela surge da tradição de mando. (DANTAS, 1987, p. 27).

Nessa segunda fase do coronelismo, suas principais fontes de poder são: primeiro a propriedade da terra [...] segundo [...] seu prestígio socialmente reconhecido baseado numa tradição de domínio adquirido na Primeira

República. Entre os fundamentos da de tal prestígio devemos lembrar as habilidades pessoais, a parentela solidária e o tipo de relacionamento com os governantes do dia, bem como em relação aos súditos. As habilidades sociais sim, porque o simples fato ser grande proprietário não o conduzia mecanicamente a possuir a honra social do coronel. (DANTAS, 1987, p. 29).

Neste estudo, ao fazer referência ao arrefecimento do coronelismo como elemento que contribui para a migração campo-campo, remete-se à primeira e segunda fases caracterizadas por Dantas (1987). A perda da “proteção”, exercida pelo poder da coerção, e a queda do prestígio social, que fazia dos coronéis, um “padrinho” a quem se recorria, para solucionar todos os problemas pessoais, desde os de saúde, até os familiares, representaram importantes elementos para a contestação de séculos de dominação e submissão dos trabalhadores rurais.. Percebe-se que a migração desfaz, parcialmente, esses laços de lealdade e fidelidade, quase feudais, existentes nas relações sociais de produção no campo brasileiro.

Entende-se a migração como um processo dialético onde a perda da fé no coronel, dentre muitos outros fatores sociais, move os homens de uma região para outra, e os fazem abandonar os laços de lealdade. Em pouco tempo os trabalhadores rurais pobres estarão enfrentando à bala, não os desafetos do “padrinho”, mas o próprio “padrinho”. Medeiros (1982) aponta para as seguintes questões,

[...] A emergência de um intenso debate sobre a questão agrária nas anos 50/60 está ligada a uma série de transformações que o campo brasileiro sofreu nesse período e que podem ser resumidos na intensificação do avanço da fronteira agrícola com a conseqüente expulsão dos posseiros, na transformação das relações de produção, consubstanciada na progressiva expropriação de colonos e moradores, no aumento da demanda da produção de alimentos, respondendo ao rápido crescimento dos centros urbanos e, **finalmente, na emergência de um vigoroso movimento camponês produto do aparecimento de fissuras nas tradicionais relações de dominação baseadas no poder local.** (MEDEIROS, 1982 apud NEIVA, 1984, f. 76, destaque nosso).

Dentre os instrumentos utilizados pelo governo estadonovista, visando consolidar seu projeto de Brasil integrado, de nação única, sem conflitos de classes, com um destino e um futuro “brilhantes”, estava um novo e importante veículo de propaganda, o rádio. Vargas fará amplo uso do rádio para divulgar e fazer chegar, inclusive à zona rural, seus feitos. Se as políticas populistas não estavam diretamente voltadas para a zona rural e não inseriram, a princípio, a maioria da população que vivia nos confins do sertão, o rádio será o principal instrumento de aproximação de Vargas com os moradores da “roça”. É através desse veículo

de comunicação, dentre outros, que o governo tentará divulgar em meados do século XX, um “novo” projeto de colonização das terras devolutas do centro- norte do país, com a criação do projeto “Marcha para o Oeste”.

Por meio dos depoimentos citados na tese de mestrado de Ivany Câmara Neiva (1984), abaixo relacionados, podemos perceber uma pequena amostra, da influência do rádio e do projeto de colonização do Governo Federal, sobre os camponeses¹¹ daquele período histórico,

A propaganda era feita pelo rádio, pelos jornais, de toda maneira, verbal, de todo jeito. Lá no rádio era noite e dia falando aquela propaganda, falando da colônia Agrícola e “tale” [sic]. Que quem não fosse pra lá era preguiçoso, que o governo tava dano [sic] terra lá.... falava dessa maneira. Falava e era nessa maneira. Era mesmo assim. (depoimento de Antônio, 1982, apud NEIVA, 1984, f. 61).

Ficamos sabendo dessa terra que o governo tava dando. O rádio dava, as pessoas falavam. Mais é boato... boato e a vontade de arranjar alguma coisa na vida. Ilusão do camponês, vou ter terra, ganhar dinheiro, vou ficar até bem.... tocando roça dos outros não dava. (depoimento de Olites Tibúrcio, 1982 apud NEIVA, 1984, f. 62).

Tinha era propaganda mesmo do Getúlio. E notícias que corriam que o governo tava dando terra, terra pra trabalhar e no caso você é meeiro, trabalha de meia, onde sabe que tá dando terra naquele lugar vai, pra ver se pega um pedaço de terra lá. (depoimento de Elza, 1982 apud NEIVA, 1984, f. 62).

Era propaganda mais desgraçada que tinha no mundo. Pegou mesmo falar de terra pra camponês.... (depoimento de Geraldo Marques, 1983 apud NEIVA, 1984, f. 62).

Através do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda -, principalmente, o Estado novo ampliou a intervenção no âmbito cultural e ideológico por meio da institucionalização, almejando uma legitimação do governo através do reconhecimento da população, com um discurso que se forjava em cunho nacionalista e integracionista. Nesse sentido, o rádio foi um dos meios mais utilizados pelo governo, para sua legitimação, devido à penetração e abrangência de público, o mesmo, podia alcançar uma parte da população, a qual, a imprensa escrita não chegava. Considerando que a maioria da população brasileira era analfabeta, o rádio supria as necessidades de comunicação do governo.

¹¹ A palavra camponês engloba, no Brasil, uma infinidade de categorias sociais. Neste estudo esse termo refere-se a posseiros, meeiros, assalariados rurais, parceiros, pequenos proprietários, arrendatários. Uma gama enorme de grupos e ou pessoas que lidam diretamente com a terra para dela extrair seu sustento, sua sobrevivência e a de sua família. Dessa diversidade de pessoas e categorias sociais exclui-se, apenas, os proprietários de terra, seja essa propriedade grande, pequena ou média; que a utiliza, apenas, para auferir renda sem com a terra estabelecer uma ligação direta de manuseio para a produção.

O DIP organizou seu modelo de divulgação e propaganda em níveis diferentes: atuou no sentido de popularizar o regime para amplas camadas da população veiculando as propostas e realizações do governo, os atos do chefe de Estado e dos demais componentes hierarquia estatal. Nesse projeto, a imprensa e o rádio foram os meios mais utilizados devido à sua grande penetração e alcance público.

O rádio foi, então, um veículo de importância significativa no empenho para a popularidade do regime, pois fazia chegar às zonas rurais, não incorporadas pela política populista, o projeto de legitimação do Estado Novo. Nesse momento as regiões interioranas viviam sob o domínio dos “coronéis”, principais agentes da ordem autoritária. ‘Entretanto, o rádio foi imprescindível como meio de integração e unificação política e cultural, contribuindo para minimizar as diferenças regionais, de acordo com o projeto nacionalizador estadonovista’. (GOULART, 1990, p. 19).

Assim, o governo tentava construir um ideal de nação que almejava moldar, educar e integrar as regiões e a sociedade como um todo. Camuflando as diferenças sociais e culturais, por meio de um discurso firmado na moral, que visava elevar o nível de cultura, educação, e civilidade da população, para que a mesma, se adequasse ao avanço dos projetos de urbanização e industrialização que o governo estava tentando implementar no país. Deste modo, o DIP, estava presente de forma intensa nesse esforço de educar e formatar a mente da sociedade brasileira. O rádio foi de grande serventia para implementação dessas políticas integracionistas, servindo como um fio condutor que difundia o discurso do governo a todas as camadas sociais.

Esse esforço político e essa mensagem que o governo tentava passar a todos os cantos do Brasil, por intermédio do controle do DIP, foram possíveis através da criação de alguns programas de rádio. Dentre eles, é relevante destacar a *Hora do Brasil*, que divulgava a imagem do governo e pretendia estabelecer a unidade nacional superando a imprensa regionalista.

A uniformização das mensagens na imprensa concretizou-se com a produção de um noticiário oficial pelo DIP. Era elaborado pela Agência Nacional, também presente nos departamentos estaduais, para produção do noticiário local. O DIP superou a questão da imprensa regionalizada distribuindo gratuitamente ou como matéria subvencionada, notícias que, na verdade, faziam propaganda do regime. Da mesma forma, o DIP e os DEIPs editavam alguns programas de rádio para todo o território nacional; “A Hora do Brasil” era o mais conhecido deles. Esse foi, aliás, o meio para nacionalizar as mensagens, superando a estrutura dispersiva até então existente. (GOULART, 1990, p. 22).

Portanto, é possível supor que essa mensagem governamental tenha contribuído para promover a migração interna, rumo ao oeste brasileiro, através de sua divulgação pelo rádio;

pois um grande número de pessoas atenderiam ao chamado do Presidente e acorreriam às áreas de fronteira.

No entanto, um movimento contraditório, não previsto pelos idealizadores e gestores do projeto “Marcha para o Oeste”, acabou por se instalar, em algumas dessas regiões, gerando conflitos violentos pela posse dessas terras.

Pode-se observar na história do Brasil, desde 1500, diversos projetos de colonização. Dentre eles, as capitanias hereditárias, para tomar posse da terra “achada”, com o povoamento de parte de seu extenso litoral, e a instalação da indústria açucareira. Com a crise do açúcar, os bandeirantes adentraram o sertão em busca de pedras preciosas e índios, dizimando com doenças, balas e aprisionamento os habitantes naturais dos sertões do país. Após a independência, elaborou-se um novo projeto de colonização em virtude da crise do sistema escravagista, em que o Governo brasileiro patrocinou a vinda de milhares de estrangeiros para trabalhar na agricultura brasileira.

Para Roberto Simonsen, quatro foram os instrumentos econômicos que ampararam a expansão para o interior: a criação de gado, como “retaguarda econômica das zonas de engenho e, mais tarde, em decidido apoio à mineração”; caça ao índio, como suprimento de mão-de-obra em face do comércio africano em declínio, em meados do século XVII; e a busca de especiarias e drogas do sertão. (LINHARES et al., 1990, p. 26).

No entanto, esses programas de colonização não apareceram apenas em momentos de crise. “[...] O controle do Estado sobre a ocupação do espaço não se restringe aos momentos críticos: é inerente à natureza do Estado e portanto constante.[...]” (HÉBETTE; ROSA, s/d, apud NEIVA, 1984, p. 84).

Desse modo, o projeto “Marcha para o Oeste”, do Governo Vargas, não era propriamente novo e tinha antecedentes históricos. Embora, o processo histórico refaça as formas e os meios de atingir um determinado fim o objetivo básico era o de sempre, tomar posse, efetivamente, de um vasto território interno desocupado. Porém, os instrumentos e as medidas adotadas foram outras. Se até a década de 1930, essa colonização se deu por estrangeiros, a partir de então, devido à conjuntura internacional, a depressão econômica gerada pela queda da bolsa de Nova York, a desconfiança quanto ao liberalismo econômico, a aproximação com as políticas fascistas da Europa, o estrangeiro deixa de ser bem vindo. Neste contexto, cabe aos nacionais, dentro de uma política nacionalista, efetivar essa colonização, incrementando a migração interna com o projeto “Marcha para o Oeste”.

Assim falava Getúlio Vargas no ano-novo de 1938, em discurso pronunciado no palácio Guanabara e irradiado para todas as localidades do país onde as ondas sonoras podiam ser captadas.

A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais; precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando definitivamente os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o oeste. No século XVIII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas de fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. Para tanto empenharemos todas as energias disponíveis. Não será, certamente, obra de uma única geração, mas é a que tem de ser feita, e ao seu início queremos, por isso, consagrar o melhor de nossos esforços. Persistiremos na disposição de suprimir as barreiras que separam zonas e isolam regiões, de sorte que o corpo econômico nacional possa evoluir homogeneamente, e a expansão do mercado se faça sem entraves de nenhuma espécie. Reequipando portos, remodelando e material ferroviário, e construindo novas linhas, abrindo rodovias e aparelhando a frota mercante, conseguiremos articular, em função desse objetivo os meios de transporte e os escoadouros da produção. Em conexão com tais empreendimentos visando precisamente, facilitar e garantir sua execução instalaremos a grande siderurgia se necessário por iniciativa do próprio Estado, ativaremos a pesquisa do petróleo e continuaremos a estimular a utilização em maior escala, do carvão mineral e do álcool combustível. (VARGAS, 1938 apud NEIVA, 1984, f. 52).

Pode-se perceber também neste discurso de Getúlio Vargas, pronunciado na cidade de Goiânia em 07/08/1940, a importância desse projeto para o Governo Federal.

Sob o império e sob a primeira República, crescemos longitudinalmente, à orla das águas atlânticas. O Brasil vivia voltado para fora, e o sentido da cultura era o da evasão, o retorno ao Continente dos descobridores. Com a Revolução de 1930 – movimento de revigoração nacionalista – e o advento do Estado Novo, que veio dar forma política às tendências profundas da nacionalidade, modificaram-se esses rumos incertos e dispersivos e a civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos, restaurada nas suas raízes históricas. O vosso planalto é o miradouro do Brasil. (...) Tornou-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infindáveis, onde estarão, amanhã, os grandes celeiros do país, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Noroeste. (VARGAS, 1940 apud NEIVA, 1984, f. 53).

Embora, os discursos de Vargas se concentrem nas vantagens para o país e para as populações envolvidas diretamente nesse processo, o projeto “escondia” uma infinidade de motivações para sua implementação. A conjuntura européia, a crise econômica, o nacionalismo, a necessidade de ampliar e diversificar a produção agrícola, fugindo do modelo de *plantation*, a crise do café, a necessidade de levar de volta para o campo um contingente de trabalhadores desempregados da cidade, conter a migração interna rumo às cidades, desenvolver o país, dentre outros, estarão na base desse projeto. Além disso, o projeto visava o deslocamento da produção agrícola para novas áreas, já que no sul e sudeste investia-se na criação do parque industrial.

Acentuam-se então as preocupações e revigora-se o discurso oficial quanto à segurança nacional e à afirmação da nacionalidade, envolvendo aspectos que ser decisivos na definição das diretrizes sobre colonização: ocupação dos espaços vazios, incentivo à produção agrícola, incentivo à pequena propriedade e à pequena produção, descongestionamento de tensões sociais, gestão do trabalho e das migrações. (NEIVA, 1984, f.49).

Assim, o projeto “Marcha para o Oeste” foi urdido com diversas intenções além das explicitadas nos discursos de Vargas. A iminência de uma guerra de proporções desconhecidas aconselhava o bom senso a ocupar áreas despovoadas para se opor à cobiça internacional.

A consciência nacional, açulada pelo rumo assumido pela política agressiva européia, coloca-se à espreita do iminente perigo: ‘ Todavia o tempo urge; o peso da avalanche de imperialismos furiosamente desencadeados já se abateu sobre três continentes e ameaça convulsionar todo o mundo... Enquanto isso, grandes extensões do Brasil central, com riquezas naturais e profusão, apenas aguardando o trabalho do homem, para oferecer os seus opimus frutos, jazem abandonadas, despovoadas, virgens da Civilização, para a cobiça de imperialismos demográfico-militares’. (CARVALHO, 1942 apud DAYRELL, 1974, f. 40).

Um governo que pretendia manter um Estado livre de conflitos sociais precisava ocupar a todos e, se na cidade rareava os empregos face à crise, era necessário transferi-los para áreas seguras e produtivas. Além disso, o projeto agradou também os proprietários rurais, pois previa a criação de diversos núcleos divididos em pequenos lotes, mas não interferia na questão das propriedades existentes. Segundo Luis Simões Lopes,¹²

¹² Colaborador de Getúlio Vargas, desde antes de 1930, e seu assessor, após a “tomada” do poder. Segundo seu depoimento, à pesquisadora Ivany Câmara Neiva, foi ele quem elaborou, a pedido de Getúlio, o projeto para criação das colônias nacionais. O projeto transformado, em lei, sem alterações, devido à pressa de Vargas, foi a base para a criação das diversas Colônias Agrícolas, naquele período, Lopes presidiu o DASP – Departamento

Foi aceito tranquilamente. Não houve nenhum protesto. Pelo contrário, todo mundo gostou desse tipo de distribuição de terras, inclusive porque isso, tal como foi feito, era um motivo de tranquilidade para os fazendeiros. Para aqueles ditos sem terra, lhes davam uma terra e eles viviam nela... Era ótimo, não tinha invasão de outras propriedades, não tinha posseiro, nada disso. (Depoimento de Lopes, 1982 apud NEIVA, 1984, f. 83)

No bojo destes projetos de ocupação do Brasil central, também podemos elencar outras medidas empreendidas pelo governo de Vargas, tais como, a construção de Goiânia , 1933, a construção e ou extensão da malha rodoviária, a expedição Roncador - Xingu, a criação dos territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu, visando ocupar as áreas, praticamente, despovoadas.

Na ambigüidade de suas políticas para agradar aos diversos setores produtivos do Brasil, Vargas incentiva a produção industrial e a produção agrícola. O Setor agropecuário, em finais da década de 1930, mal havia se recuperado das perdas sofridas com a queda da bolsa em 1929, já se encontrava frente ao novo desafio de se adequar à economia de guerra. Frente aos conflitos desencadeados na Europa, é necessário produzir com ênfase para abastecer o mercado interno e a região conflagrada de além- mar.

A situação de guerra determinou também algumas ações especiais, “não só para atender ao abastecimento de nossas populações, como ainda para atender ao abastecimento das zonas de concentração de tropas”. O Governo brasileiro assinou um acordo com os Estados Unidos, para fomento agropecuário na região compreendida entre a Bahia e o Território do Acre, e foi criada a comissão Brasileira-americana de Produção de Gêneros Alimentícios. (SALES, 1945 apud NEIVA, 1984, f. 55).

No pacote de medidas adotadas para incrementar e incentivar a produção agrícola neste período histórico constam ainda,

Alterações na organização do Ministério da Agricultura, [...] a modernização de processos e técnicas, a experimentação agropecuária, o incentivo a determinadas culturas, tais como o trigo, estímulo ao cooperativismo, crédito rural, pesquisa e ensino, estabelecimento de entrepostos, parques nacionais, usinas de beneficiamento, distribuição de sementes e mudas. (SALES, 1945 apud NEIVA, 1984, f. 55).

Embora Getúlio Vargas não apoiasse abertamente o Eixo, simpatizava com os regimes de Hitler e Mussolini, adotando práticas totalitárias e intervencionistas de seus governos, principalmente, as inspiradas em sua máquina de propaganda. Manteve, a

despeito das pressões norte-americanas, relações comerciais com a Alemanha até a declaração de guerra em 1942.

Apesar da oposição norte-americana, que chegou ao nível de ameaçar a imposição de um bloqueio unilateral das divisas geradas pela exportação de produtos brasileiros para os Estados Unidos, um acordo teuto-brasileiro foi assinado em fins de 1934, estabelecendo o comércio de compensação como forma básica para o intercâmbio de mercadorias entre os dois países e fixando quotas para a importação alemã de alguns produtos.[...] Vargas fez o que se pode considerar a defesa clássica do acordo com a Alemanha; tratava-se de não perder o mercado alemão, que absorvia os produtos brasileiros que não eram exportados para os Estados Unidos e eram produzidos em regiões politicamente importantes, como o Nordeste e o Rio Grande do Sul. (PIERUCCI et al. , 1997, p. 26, 27).

Os Estados Unidos da América desenvolveram, durante a década de 1930, uma política de aproximação e tolerância com as decisões do Governo de Vargas. No plano econômico fez concessões e tolerou os acordos brasileiros bilaterais com a Alemanha, mesmo defendendo uma política econômica baseada no multilateralismo e no liberalismo. Neste período, o comércio do Brasil com a Inglaterra diminuiu substancialmente e cresce a influência e a interferência norte-americana nos assuntos do Brasil. As medidas adotadas pelos Estados Unidos em relação ao Brasil visavam uma política de longo prazo, que será implementada a partir dos anos finais da década de 1930.

Esta tendência da política norte americana-americana deveu-se, em parte, à ênfase na defesa do multilateralismo que a caracterizou a partir de 1934 e, principalmente, à prioridade das considerações de longo prazo à medida em que se configurava um projeto estratégico dos Estados Unidos em relação ao Brasil. (PIERUCCI et al., 1997, p. 27).

Em 1937, após o golpe de Estado, o governo brasileiro suspende o pagamento do serviço da dívida. A Inglaterra reage violentamente e os Estados Unidos reagem com cautela.

A violenta reação britânica, na imprensa e por vias diplomáticas, deve ser contrastada com a cautela norte-americana que, frise mais uma vez, deve ser entendida à luz dos objetivos estratégicos norte americanos no Brasil e do papel que se esperava fosse desempenhar o Brasil no contexto da política de Boa Vizinhança. (PIERUCCI et al. , 1997, p. 36).

Desse modo, percebe-se como “aos poucos” a influência econômica inglesa vai diminuindo enquanto cresce a influência, a ingerência e a interferência norte-americana nas áreas econômica, cultural, e social brasileira. Assim, políticas públicas como, a “Marcha para o Oeste” , adotada por Vargas surgem sob a “Política da Boa Vizinhança”. Política

implementada na América Latina que incluía apoio financeiro, visando aproximar os países “apoiados” da cultura e ideologia estadunidense.

Instalava-se o pan-americanismo, coroamento da Política da Boa Vizinhança responsável pela intensificação das relações culturais entre Brasil e os EUA. Um rótulo capaz de englobar fatos e valores os mais diversos - bolsas de estudos para brasileiros, a criação do Zé Carioca em Alô amigos filme de Walt Disney, o incentivo à carreira de Carmem Miranda e do Bando da Lua em Hollywood, Ari Barroso contratado para escrever músicas para o cinema, Orson Welles desembarcando no rio de janeiro com carta branca para filmar o sonho brasileiro em *It's all tru* e (até hoje inacabado) - até uma exibição da dançarina Eros Volúcia na Casa Branca. Em 1942, por ocasião do aniversário de Roosevelt [...]. (SAROLDI; MOREIRA, 1984, p. 37).

Portanto, é nesse cenário de conflito mundial, de arrefecimento do coronelismo e ascensão do populismo, de “namoro” com o fascismo e aproximação e estreitamento dos laços econômicos e culturais com os Estados Unidos, que no Brasil uma grande massa de trabalhadores da zona rural, de diversos estados da Federação, atenderam consciente ou inconscientemente ao chamado do Presidente para ocupar as zonas de fronteira.

Os projetos de colonização pretendiam instalar em colônias agrícolas, geridas pelo governo federal, certo número de trabalhadores rurais e urbanos concedendo-lhes a propriedade da terra, mas gerindo-lhes a produção e o escoamento desta. Esta ocupação deveria ser feita, preferencialmente, por brasileiros e em pequenas propriedades no centro-norte do país.

Segundo a pesquisadora Eliane Dayreel (1974), esse bandeirismo do século XX, visava ocupar os vazios demográficos do país e tinham como finalidade última chegar a Amazônia, partindo dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

Para que a conquista do Amazonas seja alguma coisa que mera curiosidade de viajantes ansiosos por voltar ao aconchego de seu lar setentrional, é preciso que o ataque ao vale venha do sul, do Planalto Central e não dos pantanais maleitosos que debruam os leitos dos rios. A única via de acesso é pelo sul.... Imaginamos a conquista do Amazonas como continuação, no tempo e no espaço, da conquista de Goiás e Mato Grosso. Quando uma população densa e inteligente, capaz de cooperar, se tiver desenvolvido no Planalto Central, onde nascem os afluentes sulinos do grande rio, o limite entre a civilização e a barbárie irá se deslocando lentamente, década por década, século por século, talvez - até finalmente rolar pelo talude abaixo a assenhorar-se do baixio Amazônico. (NASH, 1939 apud DAYREEL, 1974, p. 44).

Dentre outras modalidades de colonização, tais como: Núcleos coloniais, granjas modelos e núcleos agrícolas coloniais, é a de colônias agrícolas nacionais que será adotada,

pois constituía-se na melhor proposta para a ocupação dos espaços vazios, o fomento à pequena propriedade e à agricultura. As colônias diferiam dos outros modelos de colonização por distribuir lotes, “gratuitamente”, a trabalhadores rurais brasileiros pobres e por ter atribuição federal quanto à sua criação e administração.

Entendimentos do Governo Federal com o interventor no Estado de Goiás, Pedro Ludovico, proporcionam as bases para a criação, em 1941, da primeira colônia agrícola nacional, a CANG. Ainda neste ano, foi criada a colônia do Amazonas. Em 1942, a de Monte Alegre no Pará, a de Barra do Corda no Maranhão e a de General Osório no Paraná. Em 1943, a de Dourados no Território Federal de Ponta Porã. E, em, 1944 a de Oeiras no Piauí.¹³

Acredita-se que o projeto “Marcha para o Oeste” e a instalação da CANG, são elementos indispensáveis para a compreensão do movimento social de luta pela terra acontecido na década de 1950 no meio norte de Goiás. Portanto, faz-se necessário realizar um breve estudo dessa colônia em particular.

O decreto-lei 3095 que criou as colônias agrícolas nacionais. No artigo primeiro assim definia as grandes Colônias Agrícolas Nacionais, “serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros.” (BRASIL. Decreto-lei nº 3095, de 14 de fevereiro de 1941).

Segundo Neiva (1984), o modelo adotado possuía quatro aspectos principais:¹⁴

1- Terra - Acesso gratuito à terra e a benefícios, como casa, sementes, e material agrícola mais urgente, assistência médica e farmacêutica, empréstimo de máquinas e instrumentos agrícolas, trabalho a salário ou empreitada, em obras ou serviços da colônia, transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede da colônia, escola primárias.

2 – O colono- Pequeno produtor agrícola familiar, pobre, maior de 18 anos, casado e de preferência com prole numerosa (com mais de cinco filhos), não proprietário rural, com aptidão para a agricultura, preferencialmente brasileiro e que não seja funcionário público.

¹³ Sobre projetos de criação das colônias agrícolas nacionais consultar, DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o oeste*. 1974. 171 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974. SILVA, Sandro Dutra. *No oeste, a terra e o céu: a construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. 2002. 151 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002. NEIVA, Ivany Câmara. *O outro lado da Colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. 1984. 223 f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1984 e o Decreto- Lei 3509 de 14/02/1941.

¹⁴ Esses aspectos foram selecionados pela autora no Decreto-lei 3509 de 14/02/1941, que dispõe sobre a criação das Colônias Agrícolas Nacionais. A CANG - Colônia Nacional Agrícola de Goiás foi criada pelo Decreto-lei 6882 de 19/02/1941.

3 – O lote - Pequena propriedade, definida entre 20 e 50 hectares. A legislação pretendia fixar o colono à terra e proibia a venda, a hipoteca, a transferência do lote antes da expedição do título definitivo de propriedade.

4 – A Produção - Agricultura e preservação ambiental. A lei previa a localização das colônias em áreas cultiváveis, com existência de cursos d'água permanentes ou possibilidade de construção de açudes e, também trata da preservação ambiental. “Art.4º-§ 2º Tratando-se de regiões de florestas naturais, em cada lote será mantida uma reserva florestal não inferior a 25% da sua área total.” (BRASIL. Decreto-lei nº 3095, de 14 de fevereiro de 1941).

Uma das metas do Governo era aumentar a produção agrícola, quantitativamente e qualitativamente, com a utilização de métodos modernos e o aperfeiçoamento agrícola do colono. Para tanto, o Decreto de fundação da CANG previa,

Art. 6º - Na sede da colônia será fundada em aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos instrução rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc. onde os colonos e seus filhos fará aprendizagem desses misteres necessários ao homem rural.
Parágrafo único. Poderão ser instituídos cursos rápidos para menores e para adultos com caráter eminentemente prático. (BRASIL. Decreto-lei nº 3095, de 14 de fevereiro de 1941).

Embora, o projeto detalhasse em pormenores esses aspectos principais e promettesse inúmeras facilidades aos colonizadores, a realidade encontrada será bastante diferente. Os migrantes que vieram em busca da “terra prometida”, por Vargas, de sobrevivência e melhores condições de vida, irão se deparar com adversidades não imaginadas antes da partida de sua terra natal para esse novo eldorado. Para muitos agricultores a decepção já se instala na chegada, pois muitos sequer conseguirão adentrar na CANG. Logo a colônia esgota sua capacidade de recepção dos migrantes. Até mesmo aqueles que chegam primeiro e conseguem adquirir seus lotes se deparam com tantos problemas que muitos não tardarão a abandoná-la.

Porém, para muitos desses migrantes voltarem à sua terra de origem era uma opção dura demais para ser considerada. Por outro lado, se não havia como entrar ou como ficar na CANG, podia-se ocupar as enormes áreas de terras devolutas do Estado de Goiás. Esta será a decisão tomada por muitos deles que, a partir do início da década de 1940 iniciarão um processo de ocupação, através da posse, dessas terras. Este processo será levado a cabo pela necessidade de homens, mulheres e crianças que fizeram sua “marcha para o oeste” de uma forma não prevista pelo Governo Vargas,

Entretanto, a condição de pequenos proprietários ficou inviabilizada para muitos dos colonos que um dia tiveram terra na CANG e que por falta de recursos acabaram por transferir suas posses e seguir caminho, às vezes se assalariando, às vezes retomando a busca da terra. (NEIVA, 1984, f. 83).

Capítulo 2

Organização e resistência dos trabalhadores na luta pela terra

O Brasil ao longo de sua história foi palco de diversas lutas pela terra. Estas disputas envolvendo agricultores pobres e ricos latifundiários, em muitos momentos, foram marcadas por episódios sangrentos que terminaram quase sempre em massacre dos mais fracos. Às vezes possuíam um caráter messiânico, tais como a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado. No entanto, o movimento de Trombas e Formoso se desenvolveu de tal forma que o massacre não ocorreu. Houve enfrentamento armado, mortes de ambos os lados, e muita violência, mas a luta permitiu, pelo menos por um período, que os trabalhadores rurais envolvidos naquelas batalhas pudessem experimentar novas formas de organização social e o sentimento de terem vencido seus algozes.

Os lavradores pobres chegaram à região de Uruaçu, meio norte do Estado de Goiás em busca de terras férteis, oriundos, principalmente, de Minas Gerais, Bahia, Maranhão e de outras regiões do próprio Estado. Alguns desses migrantes atenderam ao chamado da “Marcha para o Oeste”. A princípio se dirigiam à CANG- Colônia Nacional Agrícola de Goiás, intensificando a ocupação de Goiás desde a década de 1930.

[...] Tivemos oportunidade de encontrar na estrada emigrantes oriundos da Bahia que se dirigiam para a Colônia Nacional, próxima a Anápolis. É um espetáculo que nada tem de alegre. Homens macilentos, sujos, mulheres nas mesmas condições, e, ainda por cima, carregando, às vezes, crianças, que não estão em melhores condições do que os pais. [...] Percorrem centenas de quilômetros a pé, sob o sol ardente ou à chuva fria, sem ter onde abrigar. A sorte lhes sorri, quando acham um caminhão que os recolhe e isto, quando têm dinheiro para pagar. Dormem ao relento, nas estradas, ou se abrigam como podem, nas cidades, nunca ou quase pagando hospedagem, pois nada tem. (COSTA, apud CÂMARA, 1948 apud NEIVA 1984, f. 117)

Para a região, palco das disputas, também acorreram os interesses de grupos econômicos do sul.

[...] paralelamente à atração que as terras acessíveis exerciam sobre os pequenos agricultores, também grupos econômicos do centro-sul se interessavam por aquela “terra de promessa” em que era possível lotear e vender, criar gado, acumular [...]. (NEIVA, 1984, f. 102).

A partir da década de 1950, em um movimento histórico previsto e analisado pelo sociólogo José de Souza Martins, a frente pioneira, forjada pelos grileiros e pelos interesses do capital, vem se juntar à frente de expansão formada pelos lavradores pobres. Esse encontro é extremamente conflituoso e, na Região de Porangatu, Formoso e Trombas vai terminar em enfrentamento armado. Os camponeses que chegaram à região a partir da década de 1930 se juntaram à massa de lavradores pobres da região. Realizaram benfeitorias nas terras, transformaram matas virgens em áreas produtivas, atizando a cobiça dos fazendeiros da região que iniciam o processo de grilagem da terra.

2.1 A grilagem

Segundo Sebastião de Barros Abreu (1985), fazendeiros estabelecidos na região, um advogado de Goiânia e o Juiz da cidade de Uruaçu realizam o milagre de transformar terras devolutas do Estado de Goiás em propriedade particular. No Arquivo Público de Goiânia, “descobrem” uma certidão de terras da época das Sesmarias em nome de Caetano Cardozo de Moraes. Procuram pela região alguém com um nome parecido para assumir o papel de herdeiro. Pagam-lhe uma módica quantia por uma área de 75 mil hectares onde estavam situados os imóveis de Formoso, Bonito, e Santa Tereza, situados em Amaro Leite¹⁵, na comarca de Uruaçu. Tornando-se, dessa forma, os supostos proprietários dessa imensa área em que na verdade fora trabalhada durante anos pelos posseiros e pertencia ao Estado de Goiás.

[...] Tudo começou no início da década de 1950, quando um esperto advogado de Goiânia e um ambicioso comerciante de Uruaçu se uniram a um juiz de direito corrupto. A comarca era a de Uruaçu, no meio-norte goiano, a qual pertencia o Município de Amaro Leite, em cujos limites se situavam os imóveis “Formoso”, “Bonito” e “Santa Tereza que, em conjunto, ocupavam [...] quase 75 mil hectares. Um rábula a serviço dos grileiros, vasculhando o Arquivo Público do Estado de Goiás, descobriu o que lhe pareceu ser o mapa da mina. Um requerimento de concessão de sesmaria datado de 1775 em nome de Caetano Cardoso de Moraes. (ABREU, 1985, p. 36).

¹⁵ Distrito da Comarca de Uruaçu, onde se localizava Coqueiro do Galho, uma das denominações dos córregos da região ocupada pelos posseiros. Em Coqueiro do Galho acontecerá a maioria dos enfrentamentos armados entre grileiros e posseiros, dentre eles a morte de um Sargento da polícia pelo posseiro Nego Carreiro. Estopim da luta armada na região de Formoso e Trombas.

Após a aquisição da assinatura dos “herdeiros”, no formal de partilha e da “legitimação” da compra, os grileiros registram em um cartório de Uruaçu a escritura forjada. De posse dos papéis iniciam o processo de expulsão. Oficiais de justiça vão até as casas dos moradores e dão-lhes um prazo de dez dias para abandonarem a terra que ocupam. Nesse primeiro momento, alguns moradores já abandonam a região, mas a maioria não vai embora. Após os primeiros contatos os oficiais voltam. Agora com a proposta de pagamento de arrendo¹⁶. Os moradores poderiam até ficar na terra, mas deveriam, a partir daquela data, pagar ao proprietário o aluguel da terra. Assim, os lavradores se viam acossados por uma miríade de argumentos que os convidava a abandonar as terras ou procurar outros meios para nelas permanecerem.

[...] Já vimos que os grileiros, partindo de um quase bicentenário documento, requerem o inventário de Caetano Cardozo de Moraes, valendo-se de herdeiros fictícios para estabelecer o elo sucessório entre o inventariado e os cessionários dos pretensos direitos hereditários. De posse dos formais de partilha os grileiros requerem a divisão geodésica¹⁷ dos imóveis Bonito, Formoso e Santa Tereza. (ABREU, 1985, p. 41).

Obtido o mandato liminar na ação de reintegração de posse proposta contra os posseiros, aguardaram os grileiros a chegada do mês de março para a investida contra os lavradores. [...] escoltados pelos jagunços dos grileiros, sob o comando de João Soares, [...] e protegidos ainda pelo destacamento de polícia de Amaro Leite, os oficiais de justiça se dirigiam à região dos posseiros para intimá-los da decisão judicial.[...]. (ABREU, 1985, p. 60, 61).

Pobres, a maioria analfabeta, mas nem por isso desconhecedores de um mínimo de direitos e de leis, os lavradores sabiam que aquelas terras eram do Estado. Sob a liderança, a princípio, de José Porfírio, tentam resolver a questão primeiro de forma legal.

[...] Era terra do Estado, só tinha poucas fazendas, assim mesmo por longe. E tudo aqui era vazio, [...] Tinha duas fazendas grandes, uma a Campos Belos, pros lados de Porangatu e outra de fazendeiros de Uruaçu. O mais era tudo terra sem dono. (Depoimento do camponês D apud CARNEIRO, 1988, p.110).

¹⁶ Pagamento efetuado pelos lavradores, não proprietários, aos donos da terra. Na década de 1950 era comum a cobrança desse arrendo mesmo na ausência de contratos formais. Os arrendatários, se comprometiam, verbalmente, em pagar uma porcentagem anual do produto final de seu trabalho ao proprietário da terra trabalhada. Nos casos de grilagem o suposto dono da terra obrigava os lavradores a lhes pagar o “arrendo” de todo o período em que haviam permanecido na terra. A cobrança era feita por capangas e a violência física, quase sempre, era o método de convencimento.

¹⁷ A divisão geodésica de imóvel rural, ou simplesmente divisão de imóvel rural, constitui projeto no qual se tem por missão propor a subdivisão de um imóvel pertencente a mais de um proprietário, em partes proporcionais aos direitos destes.

[...] A grilagem é sempre feita na cidade e com aprovação do governo, posseiro nunca tem direito e nem lei que nos socorre. Mesmo assim, nós queria acreditar, que ainda, tinha gente em Goiânia que havia de ver, que nós tínhamos razão. Então nós resolvemos, procurara a lei e o governo e o Porfírio tomou logo a dianteira. Foi assim, que tudo começou e nós acabamos entendendo, tudo muito bem, quem é o governo e a lei. (Depoimento do camponês D, apud CARNEIRO, 1988, p.110).

Porfírio tenta falar com o Governador Pedro Ludovico. Não conseguindo audiência e descrente com as promessas do Departamento de Terras regressa a Trombas e expõe aos companheiros seu desejo de ir ao Rio de Janeiro. Os posseiros recolhem entre si dinheiro suficiente para as passagens e sua estadia no Rio de Janeiro. Zé Profírio, como era chamado por seus pares, se dirige à capital Federal em 1952, sendo recebido por Getúlio Vargas. Do Rio volta com a promessa do Presidente de que a terra pertence a quem nela trabalha.

Na fase inicial da luta de Formoso, sua atuação foi caracterizada por procurar o equacionamento por via legal, com várias tentativas de diálogo com os fazendeiros e autoridades do Estado, chegando inclusive a ir ao Rio de Janeiro falar diretamente com Getúlio Vargas. (CUNHA, 1994, f. 206).

[...] Uma coleta de fundos foi então realizada entre os camponeses e algumas semanas mais tarde, [...] Porfírio desembarcou na estação Pedro II, [...] e tanto fez que conseguiu ser recebido pelo Presidente. Getúlio Vargas ouviu pacientemente as queixas daquele camponês vindo de tão longe e mandou protocolar a carta que Porfírio lhe entregou. Muitos anos depois, em meio a uma reunião de posseiros, Porfírio tirava cuidadosamente de uma surrada carteira de couro a papeleta com as armas da República e o timbre do Catete, onde constava o seu nome e o número de seu processo, e dizia: "O Presidente me disse que as terras devolutas pertencem aos posseiros. Por isto nós devemos lutar para defender o que é nosso." (ABREU, 1985, p. 122).

Porém, os grileiros não cessam a pressão sobre os posseiros. As notícias circulam e, em Goiânia, vai se espalhando entre estudantes, advogados, jornais, vereadores, deputados e entidades diversas ligadas ou não ao ideário de esquerda. Muitos simpatizam e apóiam a causa dos posseiros. Jornais publicam artigos em favor de sua causa. Debates acirrados acontecem na câmara dos deputados. Alguns estudantes abandonam seus cursos e se juntam aos posseiros e outros fundam associações de apoio com o recolhimento de recursos para a batalha (remédios, armas, alimentos), estabelecendo uma rede de solidariedade entre Goiânia e Uruaçu - a capital do Estado e a região conflagrada.

Um eficiente aparelho de agitação foi montado. Walter Valadares, combativo líder secundarista que deixou os estudos e um bom emprego na Assembléia Legislativa para lutar como voluntário ao lado dos posseiros,

chegou de Goiânia com um mimeógrafo doado por uma organização estudantil. [...](ABREU, 1985, p. 71).

[...] Eu era secretário do Partido em Goiânia e me perguntaram se eu não queria ir para a região. Aceitei a tarefa e fomos até Anápolis (55 km de Goiânia), onde um companheiro tinha um caminhão que nós enchemos de armas e munições. Logo após minha chegada, começamos a falar para os camponeses da necessidade de nos prepararmos para enfrentar os jagunços. No início, tínhamos uma visão romântica, pensávamos apenas em termos de jagunços, então estava tudo bem, tudo era bom [...]. (WALADARES apud NUNES, 2006).

Foram feitas campanhas para receber recursos, tendo como finalidade a compra de armas e os pontos de apoio do PCB foram sendo mobilizados de toda forma para a luta dos posseiros. Apoios que, com o desenvolvimento da luta e a intensificação da repressão, extrapolaram a esfera estritamente partidária, sendo cooptados até parlamentares na classe política de oposição ao governo de Goiás e, com os acontecimentos na região, a imprensa regional e nacional também foi sendo despertada e provocada a debater o assunto. (CUNHA, 1994, f. 152).

O processo de grilagem não se efetivou, pois o procurador geral do Estado Dr. Everardo de Souza contestou junto ao Tribunal de Justiça o Registro Torrens¹⁸ e apelou da sentença dada pelo Juiz de Uruaçu que homologara a divisão dos imóveis.

O registro Torrens não é veículo de expropriação de bens alheios. Não se presta a acobertar “grilos” ou aquisições fraudulentas em prejuízo de legítimo titular de direito.

Pelos objetivos a que colima e pelas conseqüências que dele resultam, o sistema Torrens dever ser entendido e rigorosamente aplicado para que não se converta em fonte de enriquecimento ilícito [...]. (ABREU, 1985, p. 42).

O Poder Judiciário do Estado de Goiás não defendia, diretamente, os direitos dos posseiros, mas ao fazer a defesa pela manutenção das terras como pertencentes ao Estado, acaba por defender de forma indireta seus interesses.

Ora os requerentes assentam a procedência do seu título em simples cessões de direitos que obtiveram de supostos herdeiros de Caetano Cardozo de Moraes, que teria falecido nos idos de 1801, há, pois, 153 anos atrás, e cujo inventário fizeram instaurar em Uruaçu, sem qualquer prova legal das

¹⁸ Sistema registrário especial originário da Austrália. Desde sua criação, em 1858, passou a ser conhecido pelo nome de seu idealizador o irlandês Sir Robert Richard Torrens. Entre nós, o registro Torrens foi disciplinado pela primeira vez em 31 de maio de 1890, pelo Decreto 451-B, que fora regulamentado pelo Decreto 955-A, de 5 de novembro de 1890. Trata-se de um instituto de registro imobiliário muito importante e seguro para os imóveis rurais, porém, de pouco uso no Brasil. Somente o registro Torrens garante ao proprietário de imóvel rural (esse tipo de registro só existe para o imóvel rural), de forma absoluta e inquestionável, o seu título de domínio. Após o registro, será emitido um certificado cujo objetivo fundamental é o de conferir um direito incontestável àquele que efetuou o registro. Esse certificado prevalecerá sobre todo e qualquer questionamento, salvo se houve fraude na emissão do certificado ou se a ação proposta por terceiro se fundar em certificado idôneo emitido anteriormente. (FURLAN, 2007).

relações de parentesco. E, munidos do formal de partilha, extraído do dito inventário, promoveram em seguida a divisão geodésica dos imóveis “Bonito”, “Formoso”, e “Santa Tereza”, em a qual vieram a ser contemplados com o quinhão descrito no item 4º do requerimento de ingresso.[...] Faz anos que as terras desses imóveis são reconhecidamente tidas e havidas como pertencentes ao patrimônio do Estado de Goiás. **Estão elas povoadas por centenas de famílias, as quais, especialmente vindas de outras paragens, se localizaram em toda sua extensão [...] e onde, pelo trabalho diuturno e penoso de seu desbravamento e cultivo as vêm valorizando e convertendo em fontes de riqueza geral.** Sempre se atribuiu a essas terras o caráter devoluto, que lhes é imanente. Nanja, nunca se lhes reconheceu outro dono que não o Estado de Goiás. Jamais, em tempo algum, se desmembraram, a qualquer título, singular ou universal, do domínio público do Estado para se incorporarem ao patrimônio particular. Tanto isso é certo e recerto, corrente e moente, que muitos de seus ocupantes já as requereram por compra do Estado, sendo de assinalar-se, também, que a sua invasão já constitui objeto de um pedido de providências emanado do Poder Legislativo goiano. (ABREU, 1985, p. 42, destaque nosso).

No entanto, no Brasil as disputas judiciais se arrastam por anos e, enquanto a decisão sobre o destino das terras em litígio não obtinham um veredicto final, as escaramuças entre posseiros e grileiros evoluíram para o conflito armado.

2.2 Os posseiros

Os fazendeiros buscavam a titularidade das terras ocupadas através da falsificação de documentos. Já os posseiros, ao serem pressionados a abandonar a região, formaram uma Associação de Lavradores para juntos, de forma organizada e coletiva, se oporem às ações de reintegração de posse concedidas pelo Juiz de Uruaçu.

Em julho de 1953, durante a Preparação do Primeiro Congresso Camponês de Goiás, em uma reunião realizada em Ceres¹⁹, um dos participantes informou aos presentes que, em Amaro Leite, havia alguns posseiros se organizando para resistir a uma ordem de despejo. Segundo o informante, um dos posseiros havia comprado duas cartucheiras e munição para enfrentar os jagunços e até mesmo a polícia e, não acataria a ordem do Juiz de Uruaçu.

Em assembléia decidiu-se enviar um emissário à região para estabelecer contato com os revoltosos. Para a missão, foi escolhido Geraldo Tibúrcio que, mais tarde, foi eleito Presidente da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Tibúrcio conseguiu estabelecer contato com o José Firmino, então líder dos posseiros. Firmino organizou uma reunião onde compareceram mais de cem posseiros, na qual foram informados

¹⁹ Antiga CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás, elevada à categoria de Distrito do Município de Goiás em 1943 e à condição de Município em 1953.

do Congresso Camponês e do envio, em breve, de companheiros para ajudá-los na organização da resistência. Estes não viriam como visitantes, mas trariam suas famílias e seus pertences e se tornariam posseiros daquela área.

Foi em fins de julho de 1953, em uma reunião preparatória do Primeiro Congresso Camponês de Goiás, cuja cobertura eu estava fazendo para o semanário “O Estado de Goiás”, que eu ouvi a primeira referência aos posseiros de Formoso e Trombas. A reunião estava sendo realizada em um paiol construído por Geraldo Marques, ao lado de sua casa na Colônia Agrícola de Ceres [...] Bem pra lá de Uruaçu, no município de Amaro Leite – informou Epaminondas um dos participantes da reunião – tem uma nação de baianos que está se organizando para resistir a uma ordem de despejo. O líder deles é um tal de José Firmino, [...] esclareceu ainda o informante [...] que um daqueles posseiros, algumas semanas antes, comprara de um conhecido seu uma cartucheira e muita munição, dizendo que ninguém iria acatar a ordem do juiz de direito de Uruaçu, estando dispostos a enfrentar à bala os jagunços dos grileiros e até mesmo a polícia. [...] A assembléia aprovou uma resolução no sentido que fosse mandado um emissário para entrar em contato com os posseiros [...] a escolha recaiu em Geraldo Tibúrcio, mais tarde eleito presidente da ULTAB. [...] Tibúrcio [...] conseguiu penetrar na região dos posseiros onde [...] acabou por vencer a desconfiança dos moradores do lugar e estabelecer contato com José Firmino. [...] Após a reunião que juntou mais de cem posseiros, Tibúrcio regressou, prometendo que em breve chegariam novos companheiros para ajudar Firmino. Não iriam como visitantes, como ele, Tibúrcio, mas levariam suas coisas e suas famílias, faziam suas posses e passariam a morar no lugar. Seriam posseiros também. (ABREU, 1985, p. 50,51,52).

Geraldo Marques e João Soares²⁰ eram colonos da CANG e membros do PCB- Partido Comunista Brasileiro. Na colônia tomaram conhecimento do movimento camponês que, a partir de Goiânia, se espalhava pelo Estado. O movimento visava organizar os camponeses para a reforma agrária radical e, embora pequeno, entusiasmou os dois lavradores, abrindo-lhes novos horizontes. Ao saberem das escaramuças na região de Uruaçu, resolveram abandonar suas glebas de terras em Ceres e partiram ao encontro dos posseiros de Formoso e Trombas, na distante Amaro Leite.

Geraldo Marques e Suarão, há muito estavam à espera de um pretexto e de um jeito para sair da Colônia Agrícola. O contato com o movimento camponês que, partindo de Goiânia, se irradiava para diversas regiões do Estado, levando a palavra de ordem de organização dos assalariados agrícolas [...] os enchera de entusiasmo, abrindo novos horizontes em suas vidas. (ABREU, 1985, p. 52).

²⁰ O conflito de Formoso e Trombas opôs dois homens de nome João Soares. Há o João Soares, comerciante que faz parte da “caravana da cobrança” e o João Soares partidário da luta dos posseiros, este, às vezes, é chamado de Suarão, por Abreu, ou de Preto Soares, ou ainda de Velho Soares, nos depoimentos dos camponeses.

[...] Depois que eu entrei para o Partido, a revolta que eu sempre senti de ser explorado eu passei a entender. E a minha luta deixou de ser pessoal para ser política, não preoquei mais com a situação econômica, mas com a classe que eu pertencia, o campesinato esmagado pelo latifúndio, pelo arrendo extorsivo e pelo salário miserável, minhas aspirações passaram a ser coletiva e eu saí de Goiânia fui pra Ceres e depois para Formoso, trabalhando sempre para o Partido e ajudando os companheiro camponês. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p.119,120).

Ao chegarem a Coqueiro do Galho, onde Firmino tinha sua posse, perceberam que este já não estava animado a permanecer na luta. Primeira voz a se erguer contra os grileiros, aquele velho homem sofrera as conseqüências de seus atos. Fora preso várias vezes e respondia a diversos processos por invasão de propriedade, desacato à autoridade, e incitamento à ordem pública. Seus filhos e genros também foram presos e todos tiveram suas lavouras arrasadas pelo gado dos grileiros. Logo depois da chegada de João Soares e Geraldo Marques, José Firmino vendeu sua posse e retornou à Bahia, abandonando a terra na qual havia trabalhado por mais de vinte anos.

Recebidos carinhosamente pelos moradores do Coqueiro do Galho, Geraldo e Soares logo perceberam que o líder Firmino já não estava tão firme assim. [...] Primeira voz a se erguer valentemente contra a pretensão dos grileiros, o baiano Firmino sofrera, sozinho, as conseqüências de sua rebeldia.[...] Embora valente, o homem estava cansado e desacorçoado. [...] Por isso preferiu algum tempo depois vender sua posse e sumir no rumo da Bahia, de onde viera vinte anos atrás. (ABREU, 1985, p. 54).

Geraldo e Soares, ficam na região e fazem suas posses. Trabalham suas terras, ajudam os vizinhos e, enquanto isso, vão tentando persuadi-los para a causa do Partido. Pretendem realizar uma assembléia geral com a participação de todos os camponeses ameaçados pelos grileiros e criar uma associação dos posseiros.

Orientados pelos posseiros,[...] escolheram os locais para fazer suas posses, mas ainda era cedo para o preparo da terra para a plantação, passavam os dias aqui e ali, dando adjutório àqueles mais necessitados. Trabalhavam e conversam com os posseiros num intenso trabalho de persuasão.[...] tinham em mente [...] a realização de uma assembléia geral com a presença [...] de todos aqueles sobre os quais pairava a ameaça dos grileiros. Nessa assembléia seria criada a associação dos posseiros. (ABREU, 1985, p. 55).

Aos dois militantes se juntaram José Ribeiro, sua esposa Dirce Machado, Bartu e Éneias, dois posseiros da região. Assim, a Associação começava a ser formada a partir de um

trabalho de base. Em cada córrego²¹ foi montado um Conselho da futura Associação. Desse modo, quando esta foi criada contava com muitos participantes e possuía um elevado índice de representatividade.

Realizando um excelente trabalho de base, já agora com a ajuda de José Ribeiro, [...] contando ainda com a participação de Bartu e Enéias, [...] Geraldo e Soares começaram a criar de baixo para cima, a Associação dos Posseiros. (ABREU, 1985, p. 55).

Nós ficamos um ano andando de casa em casa, explicando tudo, a gente logo conseguiu muito nego macho, mas não era a maioria.[...] somente com dois ano de trabalho nós conseguimos fazer a primeira assembléia camponesa na Várzea. E daí pra frente os camponeses diante de tanta miséria conhecendo já os seus direitos e com o apoio nosso, começaram a perder o medo do comunismo por necessidade mesmo, porque só podia contar com o nosso apoio. (Depoimento do camponês Gerado Marques apud CARNEIRO, 1988, p.129, 130).

Durante o trabalho de preparação dos Conselhos de Córrego, os militantes ficaram sabendo de um morador de Trombas chamado Zé Porfírio que exercia certa liderança na região e estava determinado a resistir aos grileiros. Alguns meses depois, Porfírio foi cooptado e passou a integrar o grupo que trabalhava para a formação da Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas. Sua diretoria foi eleita por aclamação em uma Assembléia geral, precedida de numerosas reuniões preparatórias, a qual compareceram muitos posseiros. A primeira diretoria foi assim constituída: Presidente – José Porfírio de Souza; Vice-presidente - Luiz Lacerda; Primeiro-secretário - José Ribeiro da Silva; Segundo-secretário – Onézimo Montezuma; Primeiro-tesoureiro – Adail Gonçalves da Cruz; Segundo-tesoureiro – Otaviano José Gomes. Também elegeram uma “diretoria de reserva”, Geraldo Marques e Bartu, caso houvesse impedimento dos diretores legalmente constituídos.

Passei três dias lá com ele discutindo tudo e lendo a Voz Operária. Falando que a luta dele era ilusão e que grota existia muita.²²[...] ele demorou muito a entender o que é latifúndio capitalista. Mas logo achou o programa do Partido justo. Não queria a terra só pra ele mas pra todos os camponeses do Brasil inteiro. Ele era respeitado pelos camponeses. E durante um ano nós trabalhamos muito mesmo, mostrando os direitos de todos de lutar pelo necessário a sua sobrevivência. (Depoimento do camponês Gerado Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 130).

²¹ A topografia da região conflagrada favorece a existência de inúmeros riachos e nascentes que formam inúmeros córregos. Estes deságuam na bacia do Araguaia-Tocantins. Em suas margens os posseiros estabeleciam suas posses, para melhor aproveitarem a fertilidade da terra.

²² Geraldo Marques faz alusão, nesta fala, à tentativa de Porfírio de equacionar as disputas pelas vias legais e à fala do Procurador, Everardo de Souza, que teria lhe dito “não há grotas lá?”

À semelhança do precavidos ingleses, que têm sempre um *shadow cabinet* pronto para assumir o governo na eventualidade de uma crise que afete o partido no poder, também os posseiros constituíram uma “diretoria na sombra”. [...] presidida por Geraldo Marques, tendo Bartu como primeiro-secretário. (ABREU, 1985, p. 57).

A estrutura da Associação, organizada a partir das bases com a criação dos Conselhos de Córrego, facilitava, a despeito das longas distâncias e da precariedade dos meios de comunicação, a transmissão de mensagens e a informação da presença da polícia e ou de jagunços na região. Esse trabalho muitas vezes era realizado por garotos que vigiavam as estradas e caminhos de acesso à região. Do mesmo modo, um acontecimento no mais longínquo rancho rapidamente chegava ao conhecimento dos dirigentes. Além das crianças as mulheres participaram ativamente do movimento. Ora cozinhando para os rebeldes, ora cuidando dos afazeres na roça enquanto os maridos se revezavam nos piquetes, na fase mais aguda da luta. Outra forma de resistência e participação das mulheres era a adoção de subterfúgios, como por exemplo, colocar panos nas janelas, acender uma fogueira para avisar aos homens que na casa estavam os jagunços dos grileiros.

[...] Portanto nada melhor do que dividir toda a região em Conselhos de Córrego. Todos os moradores de um determinado córrego passaram a formar um Conselho de Córrego, que se reunia de 30 em 30 dias. (Depoimento do camponês I apud CARNEIRO, 1988, p.129, 130).

A forma com que fora estruturada a Associação permitia um estreito e permanente contato entre a direção e as bases. [...] papel importante nesse trabalho de ligação foi exercido pelas crianças, meninos de 12 a 14 anos, que varavam a pé as encostas das serras, transpunham córregos cheios, subiam e desciam morros, [...] assim levavam e traziam mensagens, fugindo à vigilância dos jagunços do grileiros. [...] Também as mulheres tiveram participação ativa na resistência. Por iniciativa própria criaram um eficiente sistema de segurança que impedia a prisão dos ativistas. (ABREU, 1985, p. 58).

Durante o enfrentamento armado muitos posseiros abandonaram a região. Não suportaram os maus tratos e a opressão. Dominados pelo medo preferiram partir. O medo também fazia parte do cotidiano daqueles que optaram por ficar e resistir. Muitos abandonavam os piquetes e se embrenhavam no mato tão logo ouviam os primeiros tiros. Porém, passado o susto voltavam a assumir suas posições. Nas reuniões da Associação que analisavam as batalhas os dirigentes eram duros e diziam: “Ninguém é obrigado a ir pro piquete. Vai quem quiser. Mas de agora em diante quem desertar será tido como traidor. Na resistência não tem lugar pra frouxos.” (ABREU, 1985, p. 59).

Nos primeiros combates, a maioria dos homens ainda assim desertava, jogava fora a carabina e o saco de munição e se embrenhava pelo mato,

escutando de longe o matraquear das metralhadoras. (ABREU, 1985, p. 59).

2.3 Resistindo

Após obter o mandado liminar de reintegração de posse, os grileiros aguardam o fim da colheita para iniciar a investida contra os lavradores. Em março, os oficiais de justiça, escoltados pela polícia, pelos jagunços e por João Soares, se dirigem à região para intimar os posseiros da decisão judicial. Na incursão João Soares aproveita para cobrar o arrendo, que nunca havia sido pago, e vai se apoderando das sacas de arroz recém-colhidas.

Partindo do povoado de Formoso, a caravana ia visitando rancho por rancho, os oficiais de justiça intimando os posseiros a desocupar a terra dentro de 10 dias, os capangas dos grileiros confiscando o arroz e a polícia sempre pronta a abafar com uma coronhada na cabeça o menor gesto de inconformismo. (ABREU, 1985, p. 61).

A caravana da cobrança segue dia-a-dia sua missão de intimidar, oprimir, ameaçar e cobrar o arrendo não devido até chegar à posse de Nego Carreiro, em abril de 1955, em Coqueiro do Galho.

Segundo Sebastião de Barros Abreu (1985), Nego Carreiro andava inquieto com as notícias de confisco da colheita efetuada pelos grileiros. Nascido em Catalão, desde menino trabalhara na roça e vira o pai morrer na miséria. Na infância e juventude ouvira, inúmeras vezes, o pai dizer que “arrendo não dá camisa pra ninguém”. O pai falava ainda de umas terras distantes do governo, onde era só chegar, estabelecer posse, trabalhar duro, e então se conseguiria o título de propriedade. Porém, o pai morrera sem ir em busca de seus sonhos, mas deixara com o filho, adolescente, o sonho da terra livre. O menino se fez homem. Mudou-se para Morrinhos, casou-se com Ita, trabalhou de sol a sol até conseguir um carro e uma junta de bois, com o qual fazia pequenos carretos quando não estava lidando na roça. Sempre morando e trabalhando em terras que não lhe pertenciam. Um dia, Nego Carreiro juntou as tralhas, a mulher, os filhos e colocou tudo e todos no carro de boi. Partiu em busca da “terra prometida”. Uma viagem de três meses para percorrer os 574 km que separam Morrinhos de Trombas.

[...] O velho às vezes sonhava acordado e falava ao filho de umas terras distantes, “do governo”, onde era só chegar e fazer uma posse. [...] Mas o velho morreu. A única herança que deixou ao filho, já então adolescente, foi o sonho da terra livre. [...] De fazenda em fazenda foi parar em Morrinhos, onde se casou e começou a fazer filhos, sempre pagando arrendo. Mas o

sonho cresceu e já era obstinação. [...] Foi assim que, num belo dia de abril, falou para a mulher: ____ Agora nós vamos simhora. (ABREU, 1985, p. 63).

Nego Carreiro ao chegar à região de Trombas estabeleceu-se à cabeceira do córrego Coqueiro do Galho. Por algum tempo, trabalhou sem ser incomodado. Ano após ano aumentava a área de cultivo e diversificava a plantação, tirando dali o sustento de sua família. Porém, os emissários dos grileiros chegaram à sua casa. Peroca, genro de um dos grileiros, acompanhado da comitiva de cobrança, propôs-lhe a assinatura de um contrato de arrendo. Analfabeto, Nego Carreiro, se negou a colocar seu polegar naquele documento. A negativa lhe granjeou a admiração dos vizinhos e o ódio dos grileiros.

Durante cinco anos trabalhou em paz, [...] já pensava em comprar uma vaca parida quando foi surpreendido pela visita dos homens de João Soares. Chegaram acompanhado um tipo bem falante e macio, chamado Peroca, [...] vinham em missão de paz. [...] ninguém queria tomar as posses de ninguém, mas como os proprietários tinham que pagar anualmente o imposto territorial rural, era justo que os posseiros lhes pagassem o arrendo. Se estivessem desprevenidos, não tinha importância pagariam depois desde que assinassem um compromisso.

O genro do grileiro abriu a pasta e tirou uma folha de papel almaço. Mostrou ao posseiro um pequeno texto e lhe disse, apontando uma linha:

____ É aqui. Assine aqui ou ponha o polegar.

[...] Os beiços brancos de ódio, como relatava dona Ita algum tempos depois, Nego Carreiro não disse sim nem não. Com um gesto natural apanhou a espingarda dependurada em uma cabeça de veado catigueiro que ornamentava o interior do rancho, encostou o cano da arma na linha assinalada por Peroca e disse calmamente:

____ Eu sou analfabeto. Só sei assinar com a espingarda.

Os homens se entreolharam assustados e saíram. Afinal não estavam ali em missão de paz? Esse gesto relatado com estupefação de rancho em rancho, valeu para Nego Carreiro a admiração e o respeito dos vizinhos e conhecidos. Mas atraiu sobre a sua pessoa o ódio implacável dos grileiros. A partir daquele dia, ficou sendo um homem marcado para morrer. Com efeito, logo depois Nego Carreiro receberia uma aflita advertência. “Cuidado o sargento Nelson foi empreitado por cinquenta contos pra te matar.” (ABREU, 1985, 64, 65, 66).

Tempos depois, em abril de 1955, Nego Carreiro foi chamado à casa dos vizinhos pelos emissários dos grileiros. O posseiro se dirigiu ao local, mas contrariando a orientação dos companheiros, levou consigo, atado à cintura, o revólver que possuía. Reunidos os interessados o oficial de justiça leu o mandado judicial e explicou-lhes que deveriam desocupar as terras em dez dias, se não o fizessem seriam presos e processados.

O oficial de justiça leu o mandato judicial e depois explicou: Vocês têm dez dias para desocupar as posses. Em caso de desobediência serão presos e

processados. Os posseiros ouviram em silêncio, trocando entre si olhares de desesperada impotência. (ABREU, 1985, p. 67).

Além disso, foram intimados a entregar, naquele momento, o fruto de seu trabalho em pagamento do arrendo que por anos não fora pago. Os posseiros tentaram argumentar e até propuseram entregar as terras com as benfeitorias. Mas precisavam da colheita para alimentar a família.

[...] João Soares [...] ordenou aos posseiros que amontoassem ali no terreiro o arroz já colhido e ensacado. Todos tinham que pagar o arrendamento da terra. [...] Nego Carreiro protestou:

— Isto é um absurdo, [...]. Nós entregaremos a terra, damos as benfeitorias, mas carecemos do mantimento pra comer. Ninguém vai pagar arrendo. (ABREU, 1985, p. 67).

Não houve acordo e, em meio a discussão, o sargento Nelson agrediu Nego Carreiro e este deu-lhe um tiro mortal. Atarantados todos correram para o mato. “Os grileiros foram embora buscar reforço, nem o corpo pegaram, porque a primeira vez que camponês pôs bala onde só saía bala.” (Depoimento do camponês I apud CARNEIRO, 1988, p.138).

O sargento Nelson só estava a espera de um pretexto, [...] sem dizer palavra, aproximou-se sorrateiramente do posseiro e , [...] aplicou-lhe um violento soco no nariz. Nego Carreiro já caiu com o 38 na mão direita. Um tiro certo, bem no meio da testa, prostou sem vida o agressor. (ABREU, 1985, p. 68).

No dia 14 de abril de 1955, quando nós ia trabalhá no mutirão da nossa área apareceu o Sargento Nelson e mais 10 homens armado. De fora da casa do Nego foram logo dizendo: “hoje é a sua vez, ó Nego; não adianta sê macho e ter revólver, nós somos muitos”. Nego não disse nada, pegou a arma e , bom tiro como era, acertou o sargento na testa. (Depoimento do camponês H apud CARNEIRO, 1988, p.138).

O corpo do sargento permaneceu vários dias no local até ser resgatado por sua irmã, sob autorização de Zé Porfírio. Momento no qual as forças dos grileiros se aproveitaram para penetrar na região, contrariando o acordo firmado com as lideranças do movimento. Nesta incursão resgataram o corpo e torturam Dona Ita, seus filhos e vários outros lavradores, a fim de saberem o paradeiro de Nego Carreiro.

O corpo do Sargento Nelson ficou no tempo 3 dias coberto com o couro de boi. Ele ficou horrível mesmo, igual as feiúras que ele fazia na região. [...] No terceiro dia os grileiros escreveram ao Zé Porfírio pedindo licença para entrar e trazer o corpo. A licença foi concedida, só para tirar o corpo. [...] Mas o Porfírio, é como a gente dizia, não devia ter dado permissão de nada, porque com essa de retirar o corpo a polícia entrou escondida na região. (Depoimento do camponês Gerado Marques apud CARNEIRO, 1988, p.140).

Detonado o primeiro tiro, passado os primeiros momentos de desorientação, em ambos os lados, a batalha se tornou inevitável. Para o grupo dos grileiros era inadmissível serem escorraçados à bala, quando cobravam “legalmente” o arrendo e pediam “pacificamente e, na forma da “lei”, a desocupação de “suas terras”. Aos posseiros restavam duas alternativas: fugir ou lutar. Muitos fugiram. Porém, outros, premidos pela convicção de que aquelas terras lhes pertenciam, fustigados pela certeza das dificuldades sofridas no passado e a iminência da fome futura, resolveram lutar.

Tinha vez que eu fraquejava, sim. Teve uma vez que a luta ficou brava demais. Eu pensei assim: “Vou largar esse trem de lado, largar de mão.” Aí eu lembrei do sofrimento todo de antes. Lembrei. Eu pensei assim: “não vou largar de mão, não. Pra onde é que eu vou, se eu largar de mão? Vou voltar praquela miséria? Não! Eu vou é ficar aqui.” (Depoimento do camponês Luiz Lima apud AMADO, 1993, p.60).

Amedrontados e convictos de represália violenta, depois da morte do Sargento, os posseiros organizaram a resistência e enfrentaram os agentes dos grileiros. Escondidos em piquetes montados em lugares estratégicos e orientados a atirar e recuar, eles aguardaram por seus oponentes.

Ao anoitecer Nego Carreiro [...] foi tirar resolução com os companheiros. A notícia corria solta. Muito nego apavorado teve até de medo doença. Sabe né, dor de barriga. Uns outro vomitava, pensando no estrago que os grileiros iam fazer na região de represália. Era uma confusão, camponês não tava acostumado ver grileiro morto, mas, via sempre camponês morto. Isso é que não dava para entender. A confusão era geral. Não fosse o líder de cabeça a dizer as ordens, não sei não. A gente sabe que tinha muito cabra macho, mas luta com grileiro de enxada não dá. A resolução foi tomada de reforçar todas as entradas da região. Reforçar pra valer, num instante todo mundo compreendeu que ou lutava ou morria e cada qual caçou logo o que fazer. (Depoimento do camponês H apud CARNEIRO, 1988, p.139).

No dia seguinte o Peroca veio com reforço: um caminhão de jagunço e polícia. A irmã do Sargento Nelson veio fardada jurando vingança, dizendo “que Nego era homem morto”. Como sempre os grileiros tava sempre subestimando nossas forças e a nossa coragem. Na entrada da região de Coqueiro do Galho, começaram a assular os posseiros com palavrões achando que a gente não ia revidar e ia morrer quieto, igual cachorro. Quando eles passaram o mata-burro atirando, nós acertamos o Peroca no pescoço e ferimos muitos soldados, após 10 minutos de troca de tiro, eles já tinham voltado pra trás. Ninguém pensava que nós tava emboscado na entrada e tudo tava bem guardado mesmo. A tentativa de vingança e de retirar o corpo do Sargento Nelson fracassou. Em 5 anos, que camponês era derrotado era a primeira vez que eles recebia o troco. (Depoimento do camponês Gerado Marques apud CARNEIRO, 1988, p.139).

Iniciaram uma onda terrível de repressão procurando os líderes do movimento. As casas foram queimadas, as famílias expulsas de suas posses, crianças e mulheres torturadas. Cerca de nove mulheres no Coqueiro do Galho abortaram, devido aos maus tratos. Antes deles queimarem eles chegava de caminhão e carregavam tudo que tinha dentro das casas depois botava fogo. Carregava, tudo mesmo, até as roupas da gente. (Depoimento do camponês H2 apud CARNEIRO, 1988, p.141).

A região de Formoso e Trombas conheceu o terror [...]. (Depoimento do camponês J apud CARNEIRO, 1988, p. 141).

Foram 5 meses de horror, só quem viveu é que sabe, o que é a dor de ver as filha desonrada publicamente e ainda por polícia. (Depoimento do camponês L. apud CARNEIRO, 1988, p. 141).

Mas uma coisa os grileiro e a polícia não contava foi com a nossa união, mulher, nem menino, nem velho amoleceu, ninguém contou onde era os esconderijo. (Depoimento do camponês M apud CARNEIRO, 1988, p. 141).

A luta se torna extremamente sangrenta há baixas de ambos os lados. No final de 1955, os grileiros expulsam 52 famílias da região de Coqueiro do Galho, colocando em seus lugares 52 famílias de “crentes” para grilar as terras para eles.

No final do ano de 1955 os grileiros conseguiram expulsar mais 52 famílias da região de Coqueiro do Galho, que fizeram sair com a roupa do corpo. Colocando no lugar 52 famílias de crentes para grilar as terras para eles. Vê o que é camponês sem consciência. (Depoimento do camponês X apud CARNEIRO, 1988, p.142).

A violência se intensifica. Roças são queimadas, posseiros expulsos e a fartura de antes se transforma em fome. Lutando, praticamente sozinhos, no início de 1956, os camponeses estavam desesperados. As notícias da luta dos posseiros de Trombas e Formoso se espalham pela região e encontram eco na capital. O Partido Comunista, que já enviara militantes para a região, envia também armas e divulga, inclusive, na imprensa nacional, as atrocidades perpetradas contra os camponeses de Trombas e Formoso. Uma rede de solidariedade se estabeleceu, principalmente, em Goiânia e os posseiros passaram a receber apoio de estudantes, jornais de esquerda, membros do legislativo e de uma infinidade de simpatizantes.

Ai, o Partido²³ resolveu fazer juntamente com a UDN uma campanha a nível Nacional, pela imprensa, divulgando o que era a repressão em Formoso. O

²³ Partido Comunista Brasileiro, que mantinha na região membros de seus quadros. O Partido Comunista na época estava proscrito, mas atuava na clandestinidade e participava, em todo Brasil, de diversos movimentos de oposição ao governo.

jornal Diário de Notícias,(..) fez uma reportagem completa sobre a destruição da região, de tal forma que despertou a opinião pública dos grandes centros urbanos do país [...].(Depoimento do camponês X apud CARNEIRO, 1988, p.142).

A publicidade²⁴ dos enfrentamentos faz recuar a ofensiva armada dos grileiros. Acossados pela imprensa, estes partem agora para a desmoralização política do grupo dos posseiros. Parte da mídia apóia a causa dos posseiros, mas a maioria é defensora dos interesses dos grileiros. Assim, uma batalha política ideológica se espalha pela mídia provocando intensos debates entre simpatizantes e detratores dos posseiros.

Com as notícias publicadas nacionalmente e as graves acusações de políticos e parlamentares, os grileiros diminuíram a ofensiva, no dizer de Geraldo Marques. Entretanto, os grileiros diziam que: “era preciso desmoralizar esse movimento de camponês e a tática tinha de ser outra, o importante era acabar com a subversão”.(CARNEIRO, 1988, p. 142).

O abrandamento da ofensiva armada dos grileiros proporciona aos posseiros a oportunidade de contra atacar também no campo político. Se aqueles haviam instalado na região as famílias de crenes para espalharem o medo ao comunismo, estes distribuem impressos convocando as famílias expulsas para retomarem suas posses. As famílias foram recolocadas e os crenes que não quiseram se comprometer com a luta dos posseiros, expulsos.

Mas com o abrandamento da ofensiva dos grileiro, nós distribuimos impresso comunicando em toda região de que as famílias expulsas de suas posse deveriam voltar . Todas as famílias dos posseiros estavam ali pra lutar junto. Se um perdia a posse todos estavam ameaçados. E Num ato de coragem e para salvar a crença dos camponeses, Porfirio, Nego Carreiro, Ribeiro, Soares e eu fomos de posse em posse recolocando as famílias expulsas. As outras 52 famílias utilizadas pelos grileiros para grilar a terra pra eles foram consultadas. Se quisessem lutar junto com os posseiros podiam tirar posse dentro da região, nós ajudava em tudo. Agora aquelas que não quiseram comportar como camponês e preferiram ficar do lado dos grileiros foram expulsas . Poucas famílias expulsas foram queixar-se aos grileiros que nada puderam fazer. (Depoimento do camponês Gerado Marques apud CARNEIRO, 1988, p.142, 143).

A volta dos posseiros expulsos reanimou o grupo, fortaleceu os laços de união e reavivou a esperança de vitória.

²⁴ As revistas Manchete , o Cruzeiro e o Jornal Folha de São Paulo, periódicos de circulação nacional, publicaram reportagens sobre o conflito na fase mais aguda da luta. A imprensa de Goiânia e Anápolis, desde os primeiros anos das escaramuças, dedicavam inúmeras páginas de seus jornais aos embates entre grileiros e posseiros.

Essa história de posseiros foi o marco inicial de confiança e maior união. A vitória trouxe estímulo à luta. A partir desse fato, da volta das 52 famílias à suas posses de origem “os posseiros perderam o medo do comunismo e viram que comunismo é todos por um e um por todos, é a união”. (Depoimento do camponês O apud CARNEIRO, 1988, p. 143).

No entanto, a luta não cessa de todo. Os grileiros planejam a destruição da organização pela via da desmoralização do movimento e espalham, com a ajuda da polícia, o terror por toda região. Policiais prendem e torturam todos os camponeses que encontram nos povoados, até mesmo aqueles sem vínculo algum com a Associação dos Posseiros de Trombas e Formoso. Os agentes dos grileiros agem de modo violento e arbitrário na tentativa de provocar a desunião entre os posseiros. Prendem inocentes com intuito de fazer os posseiros invadirem as vilas para resgatá-los, pois desejam “desmascará-los” nacionalmente. Espalham o terror e o medo ao comunismo.

Passaram a prender até mesmo camponeses que não faziam parte da organização, aí, nós percebemos tudo. Os grileiros queriam provocar desunião, porquê um camponês torturado sem ter participado de nada ia ficar revoltado com a organização. E era isso que eles queriam fazer a gente brigar entre a gente mesmo [...]. Essa arbitrariedade praticada pela polícia de prender e acusar inocentes de roubo tinha o seguinte objetivo: fazer com que os posseiros invadissem a cidade, soltassem os presos e fossem acusados nacionalmente de um bando de subversivos, assassinos e ladrões, desmoralizando a nossa luta que era pela posse da terra. (Depoimento do camponês O2 apud CARNEIRO, 1988, p.144, 145).

Aproveitando que todo mundo tava preocupado com o que fazer para ajudar os camponeses presos, a polícia fez ataque relâmpago nas circunvizinhanças de Formoso e Trombas atacando camponeses, que nem tava organizado e nem fazia parte da região em conflito. Só para botar eles contra nós, dizendo que era o comunismo. Queimaram tudo, casa, roça, mantimento, tudo. Homens, mulheres e crianças foram torturados dentro de sua casa. Foi uma confusão e uma desesperança [...]. (Depoimento do camponês Q apud CARNEIRO, 1988, p.145).

Desesperados com as ações dos grileiros, os posseiros começam a desconfiar da existência de um alcagüete entre eles, pois seus planos eram rapidamente descobertos e muitos elementos da Associação foram presos. Mas não era fácil identificar o “traidor” entre os mais de dois mil homens que participavam da organização na região. As suspeitas recaem sobre o dono da farmácia da Vila de Trombas, Joaquim Alencar. Os posseiros, então, promovem o justicamento²⁵ do inimigo.

²⁵ Justicamento prática de tortura seguida de morte dos opositores. Consiste na execução da justiça com as próprias mãos. Os que aplicam os justicamentos não julgam legalmente os *condenados* que são sumarimente eliminados, muitos sem direito à defesa. O justicamento, na prática, é um linchamento onde a vítima não tem

[...] Até que um dia o dono da farmácia da Vila de Trombas, o Joaquim Alencar, deu um fora e nós ficamos de olho, e começamos a olhá com atenção. Depois com a certeza, nós reunimos os posseiros e tiramos decisão. (Depoimento do camponês Q apud CARNEIRO, 1988, p.145).

Juntos mais de cem homens foram à vila, trouxeram-no para o meio da rua e, bem diante da farmácia, o fuzilaram. Foi um justicamento público. O corpo do espião ficou enterrado lá mesmo em Trombas. (MOVIMENTO (O), 1978 apud CARNEIRO, 1988, p.146).

Após o justicamento o plano de desmoralização é posto de lado e é desencadeada uma repressão violenta. Em represália aos desmandos dos grileiros, os posseiros queimam uma fazenda e a luta se torna sangrenta.

O desespero era geral, porque a fome, só a gente é que sabe o que é, criança chorando, mulher, tudo de fome. Desde 1950 a gente tava nessa luta só procurando o sossego de trabalhá. Você já leu o livro “Terra de Sangue” que conta a história dos camponês, lá em Formoso era assim, lá era “Terra de Sangue”. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 146).

Os agentes dos grileiros também se desesperam com as batalhas cotidianas e as “dificuldades” de prenderem as lideranças do movimento, por isso engendram um plano audacioso. Prendem em um caminhão, nos povoados de Formoso e Trombas, mulheres, crianças e velhos. Dirigem-se para a região do conflito a fim de trocarem a “preciosa carga” pelos líderes do movimento. No entanto, os camponeses, postados em seus piquetes, não caem na armadilha. Disparam contra os caminhões dos invasores e recuam; tática adotada desde o princípio da luta. Os agentes, desnorteados pela reação inesperada, se desesperam e, confusos, fogem para Formoso.

Aí eles seguiram pra Formoso e largaram os caminhão tudo carregado de bala e fardo de carne com as mulheres e as crianças. [...] A rendição foi dos polícia, eles ficaram desmoralizado. Porque eles tinha 60 soldado tudo bem armado até de metralhadora e nós só pouca arma e de pontaria. Mas, nós sabia o que queria, eles não, era tudo mandado. [...] e ainda essa vitória foi tão positiva por que o povo que tava desorientado, nós mandava fazê os mutirão. E sabe que no ano de 1956, das luta mais aguda, nós não perdeu 20% de toda lavoura, tal a organização. Nós era caprichoso. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 148, 149).

condições de se defender. Muitas vezes esta forma de linchamento é aplicada contra aqueles considerados pelo próprio grupo como *traidores* da causa. Geralmente se inicia como uma denúncia dos próprios companheiros contra o que será justicado. Segue-se um *processo revolucionário*, com o fornecimento de provas de defesa e acusação, caso considerado culpado pelo grupo, o acusado é executado. Os justicamentos, em geral, são associados à esquerda, o que não é verdade, estes ocorriam em ambas correntes ideológicas. Disponível em: <<http://www.pt.wikipedia.org>> Acesso em: 10 de fev. 2008 .

A batalha de Tataíra ocorreu no Sapato. Tataíra era o nome do córrego que passava. Foi de grande vantagem par nós, porque o tenente Pinto Sobrinho, comandante dos destacamento, caiu no mato dizendo que os posseiro tinha uma força incalculável, que todo soldado era pouco. E com essa da força incalculável que foram 6 homens e mais dois piquetes a frente com mais 12 homens, todo mundo ficou com receio de entrar na região.

Aí a gente aproveitou, saiu dizendo que proibía a entrada de estranho, comerciante, grileiro, jagunço e soldado, e eles obedeceram por medo. Aí nós ficamo em trégua de maio de 1956 até fevereiro de 1957. (Depoimento do camponês R apud CARNEIRO, 1988, p. 149).

O fracasso da missão expulsou as forças dos grileiros de Formoso e Trombas para a cidade vizinha de Porangatu, onde eles permaneceram aquartelados esperando reforços para retomarem a região. No entanto, o movimento já se tornara demasiadamente conhecido para ser simplesmente dizimado.

Enquanto os partidários da “ordem” e dos grileiros clamavam por providências drásticas, exigindo o imediato envio de reforços e solicitando a interferência do exército, os estudantes promoviam comícios-relâmpagos de solidariedade aos posseiros, entidades de classe lançavam manifestos de apoio aos camponeses, o “Jornal de Notícias” e “O Estado de Goiás” exigiam do Governador a retirada das tropas e o envio de uma comissão para dialogar com Porfírio. (ABREU, 1985, p. 87).

[...] O primeiro jornal a dar cobertura aos posseiros foi o “Diário de Notícias do Sr. Alfredo Nasser, que, através de uma reportagem muito boa, mostrou a violência praticada pelo governo contra os posseiros, levantando opinião pública. Os parlamentares exigiram explicações do governo e formou-se uma comissão de inquérito que tentou descer na região, mas apenas sobrevoou os lugares mais afetados pela repressão. [...] até mesmo a acusação do governo de estar apenas procurando e fazendo guerra apenas aos comunista não convenceu a opinião pública nacional que, revoltada com as fotografias das reportagens sobre as arbitrariedades praticadas pelo governo, passa a escrever e telegrafar condenando a ação governamental.. Diante de tais fatos o governo suspendeu a repressão policial e ordenou o aquartelamento dos soldados. (Depoimento do camponês R2 apud CARNEIRO, 1988, p. 164, 165).

O Governador José Ludovico de Almeida²⁶ se manteve em posição ambígua de agradar aos fazendeiros e aos posseiros. Àqueles prometeu reforços que, no entanto nunca enviou, a estes prometeu os títulos de propriedade que também não concedeu.

A opinião pública, a esta altura já francamente favorável aos posseiros, levou o governo a vacilar: não mandou os reforços exigidos, nem recolheu as

²⁶ Governador de Goiás de 1955 a 1959. Nas pesquisas realizadas não encontramos nenhuma evidência de que José Ludovico de Almeida tenha algum grau de parentesco com Pedro Ludovico Teixeira, que foi nomeado interventor no Estado de Goiás de 1934 a 1945 e Governador eleito de 1952 a 1954.

tropas. Adotou uma solução intermediária, acantonando os soldados na vizinha Porangatu, sessenta quilômetros ao norte de Uruaçu. (ABREU, 1985, p. 88).

Quando a luta se tornou demasiadamente acirrada, o governador recebeu representantes dos posseiros e garantiu-lhes que, se depusessem as armas, mandaria para a região do conflito os agrimensores no lugar do destacamento policial solicitado pelos grileiros.

Após a retirada dos soldados no final de 1957 o governo mandou os agrimensores. Estes permaneceram na região por um mês, sendo chamados de volta à capital no início do ano de 1958. Os agrimensores não voltaram mais, pois era ano de campanha eleitoral e, como a região não aceitou apoiar o PSD, mas a UDN, através do líder Alfredo Nasser, a legalização das terras parou. (Depoimento do camponês R2 apud CARNEIRO, 1988, p. 165).

O Governo do Sr. José Feliciano do PSD, de 1959 a 1961, nada fez a favor da gente mas também não perseguiu ninguém. Os grileiros e jagunços sem o apoio do governo, saíram da região, que permaneceu em calma por um período, de 1959 a 1964. . (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p.165).

Assim nem o movimento foi exterminado, nem totalmente pacificado. Por alguns anos a região pôde desfrutar de um relativo período de paz.

No período da trégua, a região foi abandonada pelos poderes do Estado. Os povoados não contavam mais com Executivo, Judiciário ou Legislativo. Junto com os destacamentos policiais debandaram os simpatizantes dos grileiros. Os posseiros, fortalecidos por sua vitória, com a relativa paz que desfrutavam e a experiência da luta coletiva, se organizaram para suprir as necessidades daquele povo. Os mutirões e outras formas de trabalho coletivo foram incentivados. A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Formoso tomou para si as funções do Estado ausente.

A solidariedade que a gente organizou, foi tudo com a Associação e o Partido Comunista, na trégua nós organizou ainda melhor a região. [...] Nós tiramos decisão que posse só até 103 alqueire. Quanto mais perto do povoado tivesse a posse, só podia ser até 50 alqueires, quanto mais longe podia ser de 50 até 103 alqueire. Tinha todo mundo que respeitá a resolução. A Associação mediava tudo isso. [...] Nós aperfeiçoamo o sistema de vigilância. A gente não dormia no ponto. O sistema de segurança era serviço de todo mundo, se quisesse sobreviver. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 151).

Em primeiro lugar tava o auxílio dos camponeses chegando; e depois as estradas, a escola, os remédios, e médico. A união era tão grande lá no Formoso que, quando adoecia alguém, nós tinha um sistema que em 18

horas nós estava com o doente no hospital. Sabe como? Era assim, a gente botava o doente na rede e atravessava a rede com um tronco e saía de um Conselho no outro quatro homens na estrada já avisado do doente. Então 4 home carregava o doente até 2 Kilômetro, no máximo, já tava mais quatro para a troca assim até chegá no hospital. Nós nunca perdia doente por falta de socorro, não. (Depoimento do camponês S apud CARNEIRO, 1988, p. 152).

A fartura não veio trazer confusão como muita gente pensa, não Camponês tem é que comê. Sem comê a gente dava conta. Agora então, com a fartura, a organização ficou como a gente esperava. . (Depoimento do camponês Z apud CARNEIRO, 1988, p. 153).

A Igreja Católica também deixou de atuar na região, abrindo espaço para a expansão das Igrejas protestantes.

Abandonados à própria sorte pelo poder temporal, legalmente constituído, os posseiros foram também relegados ao esquecimento pela Igreja.[...] Algumas seitas protestantes tentaram ocupar o terreno abandonado pela diocese e numerosos posseiros “encontraram jesus”, graças ao intenso proselitismo desenvolvido por alguns crentes.[...] Mas os posseiros, assim como supriram a ausência dos funcionários do governo, designando seus próprios representantes para ocupar os cargos vagos, também souberam contornar os problemas causados pela ausência dos padres e nunca deixaram de celebrar os terços e as novenas. A semana santa e as festas juninas eram comemoradas todos os anos. Apenas os batizados e as crismas ficavam pra depois, porque nenhuma beata ousava substituir o vigário em tão importantes sagrações. Embora visível um generalizado sentimento de frustração em relação à Igreja, continuava o mesmo fervor religioso na maioria dos posseiros, indiferentes ao aliciamento dos irmãos pentecostes ou às piadas profanas dos ateus.(ABREU, 1985, p. 98, 99).

Os camponeses dividiram a região em áreas administrativas dirigidas pelos líderes da revolta. Porém os Conselhos de Córrego mantiveram o poder decisório.

A região foi dividida em três áreas: uma a de Trombas, foi dirigida por mim (Geraldo Marques), a outra de Coqueiro do Galho pelo Ribeiro e, a de Formoso, ficou com o Soares. O Porfírio ficava tipo volante, porque era preciso dele em toda parte. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 168).

A região do conflito, no período da paz, despertou os mais diversos interesses. Lavradores procuravam a região em busca de terras e de informações para organizarem sua própria resistência. Comerciantes buscavam incrementar seus negócios. Políticos iam a “cata” de votos. Com o apoio dos posseiros, Mauro Borges foi eleito governador, Alfredo

Nasser elegeu-se Deputado Federal e José Porfírio de Souza a Deputado Estadual, com 4663 votos.²⁷

A nossa organização foi tal que os Conselhos de Córrego ultrapassô a nossa região. Líderes camponeses vinham de toda região do Estado consultá com a gente. [...] a entrada na região era livre pra qualquer camponês, mas, nós tinha a nossa rede de informação de tudo que se passava na região. [...] Tudo organizado e discutido. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 169).

Em 1960, o Mauro Borges era candidato pra Governador do PSD e mandou Jorge Dourado pra falá com a gente, pedindo apoio. [...] Nós colocou que só tinha apoio se firmasse palavra de legalizá as terras. [...] Depois o próprio Mauro Borges veio se comprometer publicamente com o camponês. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 169).

A organização dos posseiros chama a atenção da mídia. Parte da imprensa trata a região como território livre e a denomina de “República do Zé Porfírio.”

Embora alguns setores do governo insistissem na necessidade de retomar Formoso e destruir o que chamavam de “República Popular do Zé Porfírio”, o governador muito pessedistamente, dava tempo ao tempo, à espera de que os ânimos serenasse.(ABREU, 1985, p. 93).

Ainda que com menor número de habitantes (cerca de mil) é em Trombas que se localiza o estado-maior dos posseiros. É lá que reside José Porfírio, líder daquela gente, e seus lugares-tenentes. Trombas é algo de diferente; é algo que não supúnhamos encontrar em Goiás; é algo nada parecido com os lugares que conhecemos comumente. Em que pese a ausência dos poderes públicos, Trombas é uma “nação”. [...] mesmo faltando a assistência dos poderes públicos sob determinados aspectos, Trombas pode servir de lição a todo o Estado de Goiás. Em se tratando de organização, Trombas é algo que deve ser visto e deve ser tomado por exemplo, para as demais localidades goianas. [...] Quanto à organização, Trombas deixa tudo o que conhecíamos antes muitos furos abaixo. Só mesmo visitando aquele lugar e seu povo é que se pode aquilatar o que seja aquela região.

Trombas é outro Estado, não é bem Goiás.

Trombas é outra Nação, não é bem Brasil. (CARNEIRO, 1988, p. 170, 171).

2.4 A participação do Partido Comunista no movimento de Trombas e Formoso.

O movimento de luta pela terra em Trombas e Formoso envolveu amplos setores da sociedade brasileira: os grileiros, os posseiros, os latifundiários, os advogados de ambos os lados, o poder judiciário, o poder executivo, os partidos políticos, a imprensa, os

²⁷ Porfírio foi eleito pela coligação PTB – Partido Trabalhista Brasileiro e PSP – Partido Social e Progressista e Presidiu dois Congressos Camponeses, o de Goiás em 1962, e o de Belo Horizonte em 1963.

simpatizantes, a força policial, os jagunços. Percebe-se nesse conflito disputas de interesses envolvendo todos os participantes e, nem sempre é possível vislumbrar de que lado está um ou outro dos atores sociais imiscuídos nessa peleja que durou mais ou menos 14 anos.

Além dos diversos envolvidos supracitados, estava o Partido Comunista do Brasil. Embora, haja algumas divergências na bibliografia pesquisada, principalmente, quanto ao real papel desempenhado pelo PCB no conflito, há um consenso de que o Partido efetivamente participou dessa luta, às vezes de forma mais ativa, às vezes de forma mais distante.

É possível que as primeiras sementes do pensamento de esquerda tenham sido semeadas em solo goiano com a passagem da Coluna Prestes, na década de 1920. Com a legalização do Partido em 1945, são eleitos dois Deputados Estaduais, pelo Partido Socialista Brasileiro e um pelo Partido Comunista Brasileiro e dois representantes para a Assembléia Constituinte Estadual. Porém, a legalidade do Partido é cassada em 1947 e seus componentes e simpatizantes são obrigados a atuarem na clandestinidade. No entanto, mesmo cassados e perseguidos, continuaram a cooptar novos membros para a formação de seus quadros.

A despeito dos embates internos e das disputas de poder travadas entre os membros da direção nacional, estadual e regional, o Partido, ou as idéias disseminadas por seus integrantes vão ganhando adeptos.

Em 1951 me mudei para Goiás. Eu já era do Partido. (...) Nós, camponeses, entendemos tudo pela própria violência, que nos convenceram da necessidade de união, se nós não nos defendesse por conta própria, seríamos despejados da região a ferro e fogo. Foi a violência dos grileiros que nos ensinou o que fazer e como fazer sob a orientação do partido. (Depoimento do camponês José Ribeiro apud CARNEIRO, 1988, p. 120, 121).

Os quadros designados pelo partido para atuarem na região do conflito encontraram resistências entre os camponeses. Havia desconfiança e medo quando a palavra comunista era mencionada, porém, estes simpatizavam com as propostas do Partido.

Bom, a aceitação do povo quando a gente dizia que era comunista foi muito difícil. Mas era engraçado, tudo que o Partido propunha, desde a organização da resistência, visando o coletivo, a criação da Associação dos Trabalhadores Rurais até a luta armada, a maioria dos camponeses concordava. Só não concordava com o comunismo. [...] a região ficou toda cheia de medo do comunismo. [...] eles tratavam a gente bem porque, a gente era camponês também, e eu via que eles tinham vontade de participá da luta que nós propúnhamos, porque era justa a reforma agrária, mas o medo não era do programa do Partido, era do comunismo, que nem eles sabia o que era

[...].(Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 128, 129).

O PCB possuía, nos primórdios de sua organização no Estado de Goiás, um caráter essencialmente urbano. A direção Nacional desconhecia a inexistência de classe operária na maioria das pequenas cidades do Estado. Segundo Paulo Cunha (1994), o Partido neste período é formado por amplos setores sociais sob a direção da pequena burguesia e da intelectualidade, mas englobando, ainda, setores populares, parte da classe média, trabalhadores rurais e até proprietários rurais.

Por esta razão, é que o PCB neste período é constituído por um amplo arco de segmentos sociais, principalmente sob a direção da pequena burguesia e a intelectualidade. Também se fazem presentes as classes médias urbanas e os setores populares, trabalhadores em geral, bem como eventualmente, trabalhadores rurais e até proprietários rurais. Em relação a este último segmento não deixa de ser uma surpresa sua incorporação neste processo.(CUNHA, 1994, f. 87,88).

Os quadros do Partido eram formados, ainda, por militantes comunistas que foram acolhidos pelos governantes do Estado e passaram a fazer parte de seus quadros administrativos.

Em 1939, por conta do Estado Novo, fui deportado de Pernambuco e tive de sobreviver em Santos, lecionando em dois colégios e trabalhando como revisor do Jornal Diário de Santos. Dois anos depois, recebido por Pedro Ludovico, interventor em Goiás, apresentado a ele pelo então Deputado Domingos Velasco, fui ser professor em Goiânia. Como eu, muitos deportados da “Intentona” receberam abrigo de Ludovico. Aos que reclamavam de sua tolerância para conosco, ele costuma responder, citando Euclides da Cunha: “Goiás e Mato Grosso são a Sibéria canicular do Brasil”, querendo dizer com isso que nós, de fato, éramos “prisioneiros.” (CORDEIRO, 1982 apud CUNHA, 1994, f. 88).

Desse modo, na década de 1930, o Partido se organiza no Estado, primeiramente, em Anápolis e Goiandira, e mais tarde a coordenação política é transferida para Goiânia. Esses primeiros núcleos fundam jornais, participam de organizações populares e de sindicatos. Em Goiandira surge um núcleo composto por funcionários da Prefeitura que, mais tarde integrarão a direção Estadual e influenciarão os diversos núcleos fundados no Estado. Assim o Partido, seguindo orientação nacional, privilegia a atuação na cidade em detrimento do campo. No entanto, elementos do Partido em Goiás percebem, desde sua fundação, a necessidade de inserção do problema agrário no programa político do Partido e a necessidade de não negligenciar a real potencialidade do campesinato.

Ao que parece, ainda que este componente intelectual e urbano predominasse, alguns elementos colocavam que as determinações orientadas do programa político do Partido e a intervenção partidária só teriam efetiva viabilidade quando no Estado de Goiás, a real potencialidade do campesinato e o trabalho no campo não fossem negligenciados. (CUNHA, 1994, f. 92).

Segundo Paulo Cunha (1994), fatores como o pagamento de salários aos trabalhadores rurais acima da média nacional, em virtude de escassez de mão-de-obra e as relações muito próximas dos patrões com as famílias de camponeses, dificultavam a inserção rural do PCB a organização e a luta pela reforma agrária.

Percebe-se, no entanto, que a situação de transição econômica que passava o estado, aponta para o acirramento da intervenção partidária e acontece principalmente, devido ao processo desencadeado com a marcha para o oeste e norte, com a fundação de Goiânia, a construção da Belém-Brasília e a fundação da Colônia Agrícola de Ceres, Estes elementos são confluente e elucidativos para apontar que o eixo rural do Partido no Estado se consolida a partir de 1950, reflexo principalmente do avanço do processo de expansão do capitalismo no campo e de suas consequências, que dá origem a uma atuação de confronto que passou a ser a característica do cotidiano. (CUNHA, 1994, f. 93).

Após 1945, o Partido, mesmo com divisões e divergências internas, segue sob a liderança de Luiz Carlos Prestes e concentra-se em tornar-se um partido de massas. Busca uma forma de ampliar seu leque de formação e de atuação. Para a formação de seus quadros afluem jovens, camponeses e operários, que participam de cursos de capacitação e formam bases por todo o estado.

Os quadros formados no Estado, ora acatam as decisões centralizadas, ora agem com autonomia. Desse modo, superam os impasses, o desconhecimento da realidade goiana, por parte do Comitê Central, e as disputas entre os núcleos de Goiandira e Anápolis. Tanto os elementos destacados para integrarem o núcleo de ação em Formoso e Trombas, como os intelectuais ligados ao PCB farão duras críticas à atuação do Partido no estado de Goiás e à participação na luta de Formoso e Trombas.

[...] O PCB à época, estava isolado das massas e não elaborava uma estratégia de intervenção social pautado na realidade social do Estado. (...) Fizemos, durante muitos anos, uma política de jornal, uma política de setores de classes médias; sem ver e empreender uma política de classe no campo e nas grandes cidades... sempre nos faltou dados sobre a realidade da movimentação das camadas do campo. (GODOY, 1984 apud DAYRELL, 1984 apud CUNHA, 1994, f. 97, 99).

No entanto, os camponeses envolvidos no conflito reconhecem a importância dos “ensinamentos” e percebem o apoio do Partido como fundamental para sua luta e para a construção de novas formas de relações sociais de produção.

Por causa da solidariedade que nós aprendemos lá, o comunismo para nós se tornou uma meta, uma vez que nós vivemos nos sistema capitalista a solidariedade apenas possível . A Associação, os comunista e só uma organização comunista é capaz de fazer o que nós fizemos em Trombas e que é o certo. [...] Foi aí que eu entrei para a Associação e entendi que nada nasce espontaneamente, toda resistência política tem que ser organizada. Mas só os comunistas ensinam a organização, a política, e estão com gente. Por isso nós conseguimos vencer, pela organização política comunista, pelo ideal acreditado por todos. (Depoimento do camponês Z apud CARNEIRO, 1988, p. 183).

Porém, esses camponeses discordam da forma “ditatorial” do Partido, ao impor suas diretrizes, e da falta de experiência dos elementos urbanos destacados para acompanhar o processo de luta, desencadeado em Trombas e Formoso.

Num era organizado. É pobrema orgânico, ele é a organização em si (o partido) é uma força, né... Que ocê tem que aplicá com os companheiro, né? Quer dizer, pra eles organizar a história do trabalho como preocupação. Agora, nessa época, essa mocidade aqui, os mais veio era o Abraão, era o Abraão e tinha mais.... o Juca (a maior parte) dos moços novos e, ocê sabe como é, fii de papai. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud DAYRELL, 1984 apud CUNHA, 1994, f. 100)

Em janeiro de 1947, o registro do Partido é cassado. Em Goiás não houve prisões ou repressão e a imprensa partidária continuou a atuar. Para o Sociólogo Paulo Cunha (1994), essa “tranquilidade com que este processo de cassação se consumou em Goiás” pode ser explicada em virtude de,

[...] uma certa colaboração entre os quadros do PCB e os sucessivos governos do Estado no sentido de viabilizar um processo de desenvolvimento capitalista e democrático conta as oligarquias rurais, processo este favorecido pelo clima populista à época. Por esta razão , o PCB vai encontrar em sua nova fase até 1964, a reação presente e forte no campo e que virá a ser uma arena de luta com novas características em novo processo de intervenção. Ou seja, somadas as dificuldades de organizar as diferentes categorias de trabalhadores rurais, o PCB vai encontrar a feroz repressão dos latifundiários e seus jagunços, que em Goiás terão frequentemente como aliados, as polícias e o poder judiciário, especialmente nos locais mais distantes (visto serem identificados sempre como instrumento dos grileiros e freqüentemente fora de controle do poder central), bem como a igreja.(CUNHA, 1994, f. 103).

Paulo Cunha (1994) aponta que, a partir de 1950, o PCB em Goiás dará maior ênfase ao trabalho no campo. Neste período foram realizados o I e II congresso camponês em Goiânia e foi fundada a UCG – União dos Camponeses de Goiás que mais tarde fora transformada em ULTAG – União dos Trabalhadores Agrícolas de Goiás. Nesses encontros, foram discutidos os problemas do baixo arrendo, as medidas relacionadas a preços mínimos, e a grilagem de terras. O Partido percebe a importância de elaborar programas para a luta pela reforma agrária. Além dos encontros de Goiânia realizou-se outros encontros clandestinos, principalmente, na CANG, onde atuavam os camponeses, José Ribeiro, sua esposa Dirce Machado, Geraldo Tibúrcio e Geraldo Marques. Estes elementos se deslocaram para Formoso e Trombas e realizaram, junto aos camponeses, os trabalhos de base que resultaram na formação da Associação dos Posseiros de Formoso e Trombas. O grupo participou, efetivamente, de todo o conflito, desde a eclosão dos primeiros tiros até o golpe de 1964.

A força do movimento camponês goiano, é demonstrada a nível nacional e é exemplo de organização, particularmente quando Geraldo Tibúrcio, uma das lideranças regionais do PCB no campo, veio a ser posteriormente eleito, o 1º Presidente da ULTAB. (CUNHA, 1994, f. 104).

[...] Parti muito animado, pois era o setor de minhas ambições, desde que chegara a Goiás. Cheguei à Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e dei início à minha atividade, apoiado na colaboração que me davam um camarada que era farmacêutico, mais o camarada Patrício e o Camarada Geraldo Tibúrcio. (BEZERRA, 1980 apud CUNHA, 1994, f. 107).

Amaro Leite e Porangatu eram os municípios ao qual faziam parte a região de Formoso e Trombas, já ocupada por posseiros e Geraldo Tibúrcio veio a ser um dos 4 militantes que o PCB enviou para viver na região e organizar a luta, tendo no entanto ficado pouco tempo. (CUNHA, 1994, f. 108)

Além das dificuldades de atuar na clandestinidade, o que já lhe minguara os quadros, o PCB sofre intenso golpe com a denúncia do culto a Stálin, levando o Partido em Goiás ao quase total esfacelamento. O impacto é sentido na região de Formoso e Trombas, pois é o momento de maior intensidade das batalhas, em que a violência dos grileiros contra os posseiros se torna mais aguda.

[...] Segundo ele, (Gregório Bezerra) a ilegalidade afastou a grande maioria dos ativistas ou militantes e o trabalho partidário foi se desenvolvendo de forma sectária, passiva e praticamente rotineira e, grande parte do trabalho realizado no período anterior, inclusive assistência às direções dos demais municípios, tinha praticamente desaparecido [...]. (CUNHA, 1994, f. 105).

A denúncia ao culto de Stálin e XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética determinou a ruptura do partido no Estado e que

proporcionalmente, foi muito diferente do restante do PCB no país. Em razão da polarização urbano-rural, o impacto maior veio a ser sentido nos núcleos intelectuais das cidades e a ruptura ocasionou vários segmentos praticamente autônomos e levou muitos militantes de prestígio e quadros urbanos a se afastarem do PCB. (CUNHA, 1994, f. 112).

O Partido não estava preparado para uma bomba daquelas... e sobre a necessidade de assistência: “Foi um assessor político (Granja) ao Comitê Estadual... para assessorar Formoso e todo o Estado, que a gente tinha necessidade de um elemento, porque com aquele negócio do culto a personalidade, o partido ficou esfacelado em Goiás, muitos elementos bons da Direção, abandonou, debandaram... e ficou uma direção que não era confiável, ficou um secretariado.... inclusive esse que renunciou que não era confiável mas era o que tinha... Depois com a renúncia deles teve outros que substituíram.... [...] (Depoimento de José Fernandes Sobrinho²⁸ , 1990,1991 apud CUNHA, 1994, f. 113)

Deu-se em 1956 a cisão que não foi total. O problema iniciou-se com as armas, pois os indivíduos do partido não levavam a sério o problema e largaram o carregamento de armas no meio do caminho por medo. O Segundo problema aconteceu pois nós não acatamos as ordens que vinham de cima para baixo de dirigentes gerais que nunca tinham descido no Formoso. Nós contestamos essas ordens uma vez que somente a vivência com a gente e conhecimento pode dizer quem é quem numa luta. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 154).

No entanto, os camponeses não se perdem em discussões teóricas e filosóficas e seguem sua labuta diária de enfrentar, como podem, a repressão dos grileiros. Percebem as dificuldades de acatarem as decisões tomadas lá longe na cidade, pela cúpula, seguem fazendo o que o Partido “ensinou, mas desconhece”, desacatam e desobedecem as ordens dadas de cima para baixo, vivem o paradoxo de colocar o programa em prática e desconhecem os dilemas morais que afastaram muitos elementos do Partido, com a denúncia do culto a Stálin. A crise no PCB acaba por provocar uma cisão entre a direção estadual e as lideranças locais.

[...] Em 1956, pelo não cumprimento da expulsão de determinadas pessoas, na condução da luta, veio a minha expulsão, devido todo tipo de leva e traz de companheiros de Partido que apenas ficavam analisando as lutas sem nunca entrar para ela, de longe, deduziam tudo. O Partido sempre se apresentou para nós como ditador, a direção desejava impor condições sem debater, por medo de descer às base. Eles não iam à região por medo e nós não acatávamos essas ordens quando não baseada na nossa realidade [...].
[...] Esse problema de ruptura pra nós lá de Formoso com o Partido de Goiás, nós pensamos que o Partido não manda nada, quem manda é o povo, o povo é quem exige da gente [...].

²⁸ Membro do PCB e um dos Quadros regionais do Partido que tiveram atuação destacada na região, segundo Cunha.

[...] Eu sou muito sectário e só com doce a gente não cria um partido. O Partido vai às bases ou nada feito. Nós lá de Trombas, não consideramos o Partido de Goiás, porque eles nas horas mais necessárias não dava assistência. Estou falando isso para provar que camponês não é burro como se pensa, sempre quiseram passar a gente para trás, sem respeitar as nossas decisões tiradas na base e votadas pela maioria dos camponeses. O fundamental era a organização dos camponeses não só para conseguir a posse da terra mas sim a nossa organização política que nunca foi levada a sério pela cúpula do partido. Nós, lá em Trombas, vencemos por causa do aperto e da solidariedade de classe, porque nós acreditamos que estava certo tudo que o Programa do Partido dizia.

E a partir daí, nós ficamos com os ensinamentos do Partido mas quem decidia as coisas lá em Formoso eram nós, os camponeses e os líderes. Gente que nunca fez nada podia dar opinião, discutir, mas autoritarismo não. Isso nós não aceitava mesmo. Agora com o Partido Nacional nós tava bem, se eles não tava bem com a gente é porque não acreditava no próprio ensinamento deles. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 154-156).

O depoimento acima é bastante crítico e reflete um momento de grande crise interna do Partido em nível nacional e regional. A situação em Goiás se tornou tão complexa que Antônio Granja, membro do Diretório Nacional, “foi enviado como assistente político quase que clandestino ao próprio Partido em Goiás e tinha por tarefa levantar dados sobre a situação de Formoso e Trombas.” (CUNHA, 1994, f. 104).

No entanto, vale ressaltar que este afastamento orgânico da intelectualidade ou parte desta, não implicou em uma ruptura de apoio aos movimentos e às lutas no estado, fato é que ela veio a ser decisiva nos momentos de apoio às campanhas nacionais capitaneadas pelo PCB e principalmente, na articulação de uma rede de solidariedade regional à luta de Formoso que teve através da imprensa, uma dimensão nacional. Percebe-se que a partir deste momento, os elementos de base foram paulatinamente tendo voz e vez no Partido, permanecendo ainda assim, com reservas profundas com relação à intelectualidade e dirigentes urbanos dos grandes centros especialmente Goiânia e Anápolis. (CUNHA, 1994, f. 114).

Portanto, o PCB, mesmo dividido em disputas internas, atuando na clandestinidade e esfacelado pelas revelações do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, continua sua atuação político-partidária no país e não abandona totalmente a luta dos posseiros de Goiás. As contradições internas permeiam os debates, as decisões e as diretrizes adotadas pelo Partido, levando a ruptura entre os defensores da “Revolução democrático-burguesa” e os partidários da luta armada. No meio desses embates surge a sigla PC do B.

Essa ruptura se dará em finais da década de 1960. Os defensores da radicalização partiram para Xambioá, norte do então Estado de Goiás na divisa com o Maranhão, região

para onde fugira alguns dos líderes do movimento de Formoso e Trombas. Local no qual se exilara José Porfírio de Souza até ser preso nos primeiros anos da década de 1970.

Quando o Exército coloca seus tanques na rua o Partido aconselha os líderes do movimento a fugirem da região do conflito e não permite a resistência armada.

Em Formoso, o momento era de mobilização popular(e armada), e o debate no PCB avaliava com expectativa em relação a formas de resistência ao golpe. Logo depois, face a impossibilidade de uma ação integrada regional e nacional e a queda do governo, ocorre, com resistências a decisão dos líderes se evadir e se fazer a desmobilização. (CUNHA, 1994, f. 129).

2. 5 O sonho acabou

Apesar da relativa paz conquistada, da eleição de um de seus líderes para a Assembléia Legislativa em 1962, do apoio do Governado Mauro Borges que, efetivamente, distribuiu títulos de propriedade da terra para os posseiros, da nomeação de Bartolomeu, o Bartú, para Prefeitura de Formoso ²⁹, e das conquistas econômicas, políticas e sociais dos posseiros, Trombas, Formoso e todo meio norte de Goiás, viverá sob um latente estado de tensão até o golpe de 1964.

Com o golpe de 1964, veio abaixo o acordo tácito que envolvera os trabalhadores apoiados pelos setores progressistas da sociedade e o governo populista. A repressão é brutal e se abate contra todos aqueles que sonharam e lutaram por novas formas de organização social e os que pensaram em construir um país um pouquinho menos injusto. Há perseguição, cassação de direitos políticos. Jornais e revistas são fechados. A repressão se abate sobre os “subversivos”, tanto na cidade quanto no campo. Tachados de comunistas, muitos serão perseguidos e diversos serão mortos.

A luta por melhores condições de vida dos camponeses não passará despercebida e, no campo, é sobre os focos de resistência como os de Porecatu, Porangatu, Trombas e Formoso, e sobre organizações como as Ligas Camponesas que recairá a pesada mão dos golpistas de março, apoiados pelos conservadores e pelos oportunistas de plantão, como o próprio Mauro Borges.

Com o golpe de 1964, o próprio Mauro Borges que aderiu deixou descê o Exército que entro prendendo, batendo, torturando e desmoralizando nossos líder. Nós ficamo calado sem concordá com nada e sem aceitá a situação.

²⁹ Bartú foi o primeiro prefeito eleito do município de Formoso, emancipado em 25 de setembro de 1963.

Mais calado porque contra todo o Exército a gente não podia [...]. (Depoimento do camponês S apud CARNEIRO, 1988, p. 178).

Porém, quando o exército chega à região os líderes do movimento já haviam fugido. Há depoimentos de camponeses relatando a vontade de alguns em resistir, mas como era o coletivo que tomava a decisão final, a resistência é posta de lado e as poucas armas que eles possuíam são escondidas nas grotas.

[...] O debate polariza-se entre Porfírio que queria resistir, ainda que isoladamente e o Partido que unitariamente decide pelo recuo face a gravidade da situação. Porfírio é isolado e as armas existentes são escondidas na serra. As lideranças caem na clandestinidade e pouco depois a região é invadida [...]. (CUNHA, 1994, f. 242).

Segundo relatos de camponeses, José Porfírio de Souza era um defensor ferrenho da resistência e, é possível que tenha percebido com antecedência a iminência do golpe. Sebastião de Abreu narra um encontro com o camponês após o Congresso Camponês de Belo Horizonte, em 1961, onde Porfírio fora vaiado por defender uma política de conciliação para a luta pela terra.

__as vaías foram justas e merecidas. Num momento em que fazendeiros estão se armando abertamente para impedir as reformas de base, não se pode defender a Constituição apenas com palavras. O golpe vem aí e nós seremos massacrados. (ABREU, 1985, p. 93).

A repressão sobre a região se instala logo após o golpe, levando milhares de camponeses a abandonarem suas terras, até mesmo aqueles que haviam conseguido o título de propriedade. Porém, é a partir de 1971, com a prisão dos líderes, inclusive de José Porfírio, que vivia no interior do Maranhão, que a violência se torna mais aguda. O exército invade a cidade e prende dezenas de pessoas, levando-as para o PIC – Pelotão de Investigações Criminais - em Brasília.

Aí começou tudo de novo, os grileiros que apoiô a revolução, não respeitou nada e todo o progresso foi embora, começou a fome, a tortura e a prisão, até que em 1971 o Porfírio foi achado. E depois eles fizeram uma operação, num dia só, a do Corpo de Deus, e prendeu todo mundo, mais de 50 pessoas, menos o Soares, em 1972, no PIC, lá em Brasília. Tem um ditado aqui na região que quem já foi lá no PIC e disse que não foi torturado é mentiroso. (Depoimento do camponês T apud CARNEIRO, 1988, p. 179).

No entanto acabou-se qualquer atividade política de esquerda organizada e o silêncio perdurou por muito tempo, sendo que muitos fugiram sem jamais retornarem à região. O processo de concentração fundiária foi se acentuando e hoje são poucas as pequenas propriedades e menor ainda o grupo de posseiros do período 1950. O antigo palco da luta está hoje dividido em 5

municípios, sendo que Trombas se emancipou de Formoso em 1989³⁰. O PCB, a Associação e os Conselhos estão em uma memória distante. Alguns de seus antigos dirigentes possuem discreta participação política vinculada à outros partidos. (CUNHA, 1994, f. 244).

Embora, todos os líderes do movimento tenham sido presos, processados e sofrido torturas, somente José Porfírio de Souza é dado como desaparecido político. Sua família recebeu, na década de 1990, indenização por seu desaparecimento. A família luta, ainda, para encontrar seus despojos e pelo reconhecimento da morte, em virtude da repressão militar, de dois de seus filhos Manoel Porfírio de Souza³¹ e Durvalino de Souza³², que desapareceu do manicômio de Goiânia, em 1973

A última notícia que tive do líder dos posseiros me foi dada por sua defensora dativa, Dra. Elizabeth Diniz, que de posse de um alvará de soltura, o tirou do PIC e o levou à estação rodoviária, onde Porfírio tomou um ônibus com destino a Goiânia. Nessa cidade, Porfírio dormiu em casa de seu amigo José Fernandes Sobrinho e saiu na manhã seguinte [...] prometendo voltar para almoçar e se despedir. Nunca mais voltou e desde de então uma densa nuvem de silêncio se abateu sobre o líder dos posseiros, o bom e puro José Porfírio de Souza. (ABREU, 1985, p. 130).

A luta pelas reformas de base sofreu uma acachapante derrota com o golpe de 1964. A luta pela terra teve seus líderes silenciados. Medo, derrota e desesperança, silenciou, em alguns casos, de forma definitiva a voz daqueles que ousaram sonhar um Brasil melhor. Porém, a luta pela terra ressurgiu na década de 1960, dessa vez, apoiada pelos setores progressistas da Igreja Católica. Movimentos como os de Trombas e Formoso foram usados como exemplo de luta bem organizada e bem sucedida.

Mais tarde, quando as bandeiras do MST tremularem por todo o país, levarão em seus estandartes a memória dos camponeses que pereceram lutando uma batalha de todos em uma guerra que se arrasta desde a chegada dos Portugueses, à Terra de Santa Cruz, até nossos dias.

³⁰ O Distrito de Vila Dourada foi transformado no município de Trombas pelo Decreto-lei 10436 de 9 de janeiro de 1988. Decreto-lei publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás em 28 de janeiro de 1988.

³¹ Manoel Porfírio de Souza, foi preso político durante muitos anos. Membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, atuou, desde sua libertação, na denúncia do desaparecimento do pai, do irmão e dos crimes cometidos pela ditadura. Faleceu num “acidente” de carro em 1994. Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br>>. Acesso em: 4 de jan. 2008

³² Durvalino foi preso, em abril de 1964, e torturado a fim de que informasse onde estava escondido seu pai. Como consequência dessas torturas, enlouqueceu, sendo internado em um manicômio, em Goiânia, de onde desapareceu em 1973. Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br>>. Acesso em: 4 de jan. 2008

Capítulo 3

Heróis, bandidos ou simplesmente trabalhadores em luta? – diferentes representações sobre o movimento de Formoso e Trombas

O movimento de Formoso e Trombas é pouco citado em obras que analisam a história da luta pela terra no Brasil. Há poucos trabalhos dedicados exclusivamente a ele. Na bibliografia estudada para a realização deste trabalho, foi encontrado, como obras específicas sobre o movimento, os livros de Sebastião de Barros Abreu (1985), o de Maria Esperança Fernandes Carneiro (1988), um artigo de Janaína Amado (1993) e a tese de mestrado de Paulo Cunha (1994). A referida tese de mestrado traça uma trajetória da atuação do Partido Comunista Brasileiro de 1950 a 1964 no Brasil, enfatizando sua atuação no estado de Goiás e, em particular, a sua participação no movimento de luta pela terra em Formoso e Trombas.

O objetivo inicial desse trabalho é a compreensão das representações do movimento. Para compreender a complexidade do que seja representação podemos recorrer a Sandra Jatahy Pesavento,

Representar é, sobretudo, estar no lugar de um outro, é a presentificação de uma ausência. Nesta medida, a representação é sempre uma atividade que envolve a imaginação criadora, em um processo que combina a exposição de um significante, portador de um significado, que remete a algo ou alguém, oculto. (PESAVENTO, 2007, s/p).

Pesavento (2006) trabalha com a noção de representação como versão e utiliza o conceito de “representância” de Ricoeur para designar o trabalho do historiador. Em sua análise a autora argumenta que “mais do que construir uma representação, que se coloca no lugar do passado, ele é marcado pela vontade de atingir este passado” (PESAVENTO, 2006, p. 16).

Embasados por estas noções far-se-á, neste capítulo, uma análise crítica das obras referentes ao movimento de Trombas e Formoso, dos títulos dados a essas obras, de suas representações gráficas e do contexto histórico nos quais elas foram publicadas. Além disso, realizar-se-á um diálogo entre os autores que se dedicaram a esse episódio de luta pela terra, uma das infinitas batalhas travadas na guerra pela posse da terra. Um capítulo, quase esquecido, dessa longa história de lutas iniciada em 1500. Lutas que se fazem de forma cada vez mais sangrenta, lutas que não cessaram, lutas que estão acontecendo agora em diversas partes desse imenso país de proporções continentais.

Para os camponeses envolvidos com o movimento de Formoso e Trombas a luta terá múltiplas representações, e será através de depoimentos prestados a pesquisadores como Paulo Cunha (1994), Maria Esperança Fernandes Carneiro (1988) e Janaína Amado (1993) que suas vozes deixarão o sertão de Goiás para ocupar espaços em trabalhos acadêmicos.

Percebe-se com uma rápida passada de olhos pelas obras que analisam as questões de luta pela terra no Brasil a existência de um hiato, de uma fase, em que esses estudos podem ter cessado ou quase não foram publicadas. Na bibliografia pesquisada, para este estudo não foram encontradas publicações feitas durante boa parte da vigência do Regime Militar. A obra sobre questão agrária, “mais antiga”, encontrada foi o livro de José de Souza Martins (1975) *Capitalismo e Tradicionalismo*: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil, de 1975. As demais obras estudadas foram escritas e publicadas a partir da década de 1980 ou antes do golpe de 1964. Percebe-se que a censura, exercida durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, se fazia presente na Academia e nas editoras.

Esse silêncio pode ser indicativo da existência de uma sociedade amordaçada e amedrontada diante de um regime que cassava e caçava, perseguia e matava seus opositores. Uma fase de nossa história em que pequenos gestos de rebeldia podiam conduzir aos porões dos Batalhões “Especiais”, à tortura ou à morte. O silêncio das editoras também pode significar a inexistência de mercado, ou mais especificamente, de consumidores para este tipo de produto. Desse modo, uma das primeiras observações feitas a respeito das obras sobre o movimento de Trombas e Formoso refere-se à cronologia de suas edições.

A abertura iniciada na década de 1970 e a redemocratização dos anos 1980 contribuíram para o aparecimento, a publicação e a divulgação de trabalhos relativos ao tema da luta pela terra. É nesse período que são publicados os livros de Abreu (1985), e de Fernandes Carneiro (1988).

Com a redemocratização a sociedade civil se reorganiza e as vozes caladas pelo Regime Militar começam a se fazer ouvir. Os movimentos sociais experimentam uma fase de expansão. Antigos partidos de esquerda são legalizados e outros nascem a partir dali. O movimento dos trabalhadores ganha as ruas, as manchetes midiáticas e se espalha por todo o país. Movimentos feministas, de gays e lésbicas, de defesa da ecologia também estão presentes nas ruas e na mídia em geral. É nesse período que o MST³³ – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, conhece sua fase de maior expansão. O MST organiza e promove inúmeras “invasões” ou “ocupações” de terras consideradas improdutivas dos

³³ O MST surgiu nas CEBs - Comunidades Eclesiais de Base -, apoiados pelos setores progressistas da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, ainda na década de 1960, no Rio Grande do Sul

grandes latifúndios do país. Tornam-se uma organização nacionalmente conhecida e um dos poucos movimentos sociais, apesar de suas divisões internas, a manter suas reivindicações e sua mobilização, mesmo após a implantação das reformas neoliberais, a partir da década de 1990. Portanto, as obras analisadas são, quase todas, publicações feitas a partir de 1980.

A obra que serviu de ponto de partida para esse trabalho foi *Trombas: A Guerrilha de Zé Porfírio*, de 1985, logo em seguida encontra-se uma “nova versão” do mesmo livro, *De Porfírio ao MST: a luta pela terra em Goiás*, publicada em 2002. Pode-se estabelecer um diálogo entre estes dois títulos, entre as representações gráficas de suas capas e entre os momentos históricos nos quais foram publicados.

O primeiro título, publicado em 1985, traz em sua capa³⁴ um desenho em preto e branco, onde aparece um lavrador com uma enxada no ombro e uma faca enorme na cintura e as mãos a altura da boca (parece que enrolando um cigarro de palha). Seus olhos são grandes e expressam medo e desconfiança. Parece olhar por cima de seus próprios ombros para o espantalho,³⁵ desenhado logo atrás de si junto a uma enorme espingarda e tem a seus pés uma cabaça.

Pode-se perceber no desenho da capa como o autor representará no livro o movimento social de Trombas e Formoso. Uma luta travada, principalmente, entre dois atores sociais: os grileiros e os posseiros. Os grileiros representados pelo espantalho. O poder representado pela posse da arma, e da água. O espantalho representando uma classe sem rosto definido, em oposição aos traços nítidos do rosto do trabalhador rural. As armas dos trabalhadores são a enxada e o facão, ferramentas indispensáveis ao agricultor de meados do século XX, antes da mecanização extensiva das lavouras, e ainda necessárias para o trato da terra em pequenas propriedades agrícolas, desprovidas de maquinário agrícola.

O título da obra sugere que essa foi uma luta travada por diversos homens, mas conduzida por um único líder, José Porfírio. Essa escolha do autor pode ter sido feita porque José Porfírio foi eleito Deputado Estadual, conseguindo uma ascensão social, ainda não alcançada por nenhum lavrador pobre, até então. Porfírio não é muito conhecido nos meios acadêmicos, mas os camponeses o têm como um líder importante. Além de ser uma das

³⁴ Ver figura 6 anexos p.107.

³⁵ Bonecos feitos de palha de milho inseridas dentro de roupas masculinas que eram colocadas em pontos estratégicos da lavoura., principalmente, para espantar roedores e pássaros, na ausência dos lavradores. Esta figura representa também o Judas bíblico, traidor de Jesus, que é malhado nas festas do sábado da aleluia, véspera da páscoa, no interior do Brasil. Nestas festas o boneco é colocado na porta de um vizinho que deve oferecer o baile da “Aleluia”. Este ato é chamado de traição. A tradição desse costume não permite que o “traído” se negue a oferecer sua casa para a festa que acaba sendo realizada em forma de mutirão por todos os vizinhos.

lideranças do movimento de Trombas e Formoso, José Porfírio participou de diversos encontros de camponeses na década de 1960. É oficialmente reconhecido como perseguido e desaparecido político. A morte ou o desaparecimento, em processo de luta, é carregada de uma simbologia capaz de transformar atos e/ou pessoas comuns em ídolos a serem cultuados e/ou venerados.

Percebe-se que Sebastião de Barros Abreu (1985) elegeu em sua obra um sujeito social em detrimento de outros que também participaram e lutaram as mesmas batalhas de Porfírio, mas não possuíam seu apelo emocional e/ou editorial. Na segunda edição da obra de Abreu, publicada em 2002, a capa e o título do livro foram modificados. Embora a história do movimento não tenha sofrido nenhuma espécie de revisão e nomeie o primeiro capítulo. São acrescentados, como segundo capítulo, *Crônicas e causos goianos*. A autoria desses 21 contos e causos não fica explícita. Subtende-se que sejam de Sebastião de Barros de Abreu, pois não especificam outro autor. Os contos tratam de assuntos diversos acontecidos em épocas e lugares muito diferentes. As crônicas e causos não acrescentam muitas informações sobre o movimento, mas retratam um pouco dos modos de vida daquelas gentes todas envolvidas na luta pela terra em Goiás.

Na edição de 2002, a capa³⁶ do livro foi grafada exibindo um forte contraste entre o vermelho e o preto. Na parte da frente tem um punho cerrado estendido para o alto, um típico gesto adotado pelos componentes do MST como símbolo de sua luta. Na contracapa³⁷ há uma breve referência ao movimento de Formoso e Trombas e a José Porfírio e também a figura de um homem, Antônio Barbosa³⁸, identificado como participante desse movimento. Nesta representação gráfica, o punho estendido da capa ganha, na contracapa, um rosto e um nome. Houve a mudança do título para: *De Zé Porfírio ao MST: a luta pela terra em Goiás*. Essas alterações feitas pela editora André Quicé podem ter a intenção de ligar as lutas de 2002 às lutas travadas em Goiás em meados do século XX.

A capa é chamativa. É possível que esta nova edição seja dirigida a um público específico - os integrantes do MST; a fim de informar-lhes sobre a historicidade de sua luta, dizer-lhes que outros sonharam, lutaram e venceram e que o enfrentamento armado é uma possibilidade viável, uma estratégia passível de ser adotada. Os editores elegem a figura de

³⁶ Ver figura 7. Anexos. p. 108.

³⁷ Ver figura 8. Anexos. p. 109.

³⁸ Jornalista morto em Catalão - GO, em 30 de agosto de 1953. Ligado aos partidos de esquerda, transferiu-se de Goiânia para a cidade de Catalão para trabalhar no periódico, "O Catalão". Porém ao tentar distribuir a primeira edição foi morto, pela polícia local. Não há na bibliografia pesquisada nenhuma referência a sua participação no movimento de Formoso e Trombas como informa a contra-capa da segunda edição de 2002.

Zé Porfírio como herói a ser cultuado. Transformam José em “Zé” tornando o camponês-guerrilheiro-deputado, de outrora, íntimo e próximo dos camponeses de agora.

Supõe-se que as mudanças possuam um caráter pedagógico, que sejam uma afirmação implícita com a intenção de ligar o passado ao presente. Uma forma de dizer que se os trabalhadores de ontem fizeram, os trabalhadores de hoje também podem fazer. Percebe-se uma intencionalidade de legitimar a luta pela terra, dando-lhe um passado histórico. Adota-se a pedagogia do exemplo, mostrando as dificuldades enfrentadas pelos “companheiros” em tempos passados com a luta levada às últimas consequências, ou seja, é necessário ter coragem para enfrentar toda espécie de desconforto e de agruras para alcançar os objetivos.

As cores vermelho e preto, evidenciadas na capa, podem estar representando a luta entre a vida e a morte. Pode ser um alerta aos camponeses para a necessidade de estarem dispostos a matar e a morrer em prol de sua causa, assim como fizera Zé Porfírio em Trombas e Formoso.

Outro importante elemento do contexto histórico de 2002, quando é publicada a 2ª edição do livro de Abreu, são as eleições presidenciais. Lula adotou na *Carta ao Povo Brasileiro*, de 22 de junho de 2002, e no documento *Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro*, anunciado em Brasília em 23 de julho de 2002, uma postura, considerada por muitos analistas políticos, de conciliação com os poderes constituídos. Embora o candidato Lula, às vezes, desejasse ver seu nome desvinculado de um movimento que lutava pela reforma agrária de forma “violenta”, o MST apoiava sua candidatura porque ele representava a chegada dos trabalhadores ao poder e poderia ser o presidente que, enfim, faria a tão necessária reforma agrária no Brasil. Além disso, representava a esperança de milhares de brasileiros pobres que aspiravam por melhores condições de saúde, emprego, educação, segurança, ou simplesmente, pelo menos, por uma refeição “decente” por dia.

No entanto, uma vez no poder Lula adotará o ideário econômico do neoliberalismo e uma política assistencialista para os menos favorecidos. A luta pela terra continua e são constantes as notícias de assassinatos no campo, como também, são constantes as notícias da descoberta de trabalho escravo em fazendas de grandes latifundiários e de políticos nacionalmente conhecidos.

No conflito de Trombas e Formoso estavam envolvidos, além dos posseiros e dos grileiros, representantes de diversos outros estratos sociais. A classe média se fazia

representar através de jornalistas³⁹, escritores⁴⁰, do Procurador Geral do Estado⁴¹, de estudantes, médicos e dentistas. Havia os sindicatos, os políticos, e os Partidos políticos. Não é possível afirmar a homogeneidade de uma classe social ou que em seu seio não haja disputas e conflito de interesses. Parte da classe média adere ao ideário de esquerda tornando-se simpatizante e/ou militante dos partidos de esquerda. Outra parte nutrirá verdadeiro pavor dos comunistas. Desse modo, cada segmento social ao se referir ao movimento o representará de uma forma diferente.

A classe dominante também possui suas divisões internas e, será o próprio Pedro Ludovico, interventor no Estado de Goiás, nomeado por Getúlio Vargas em 1930, que convidará para ocupar cargos administrativos em seu governo figuras como Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do Partido Comunista em 1922.

[...] o Estado de Goiás recebe um grande número de militantes comunista e integralistas refugiados da perseguição do governo federal e da ditadura de Vargas, que contribuirão decisivamente para a formação do quadro político-administrativo. Ao que parece, este afluxo interessava aos governantes estaduais e por esta razão, os comunistas encontravam refúgio.[...]. (CUNHA, 1994, f. 88).

Sebastião de Barros Abreu (1985) foi um dos participantes do movimento. Há indícios de que ele foi um dos elementos destacados para levar de Goiânia até à região do conflito um carregamento de armas. Seu livro é um relato das memórias do acontecido. Pode-se incluir o autor entre os intelectuais de classe média militantes da esquerda daquele tempo. Em 1952, ele era jornalista e vereador em Goiânia. Em sua obra o movimento é representado como um embate entre grileiros e posseiros e, embora, faça referências ao conflito armado minimiza a violência dos enfrentamentos.

Utilizando os reféns como escudo contra as balas dos posseiros, a tropa iniciou a viagem de volta a Formoso. Agachados atrás das mulheres, os

³⁹ Abrão Isaac Neto, Alfredo Nasser, Sebastião de Barros Abreu, Antônio Barbosa.

⁴⁰ Bernardo Élis, autor de *O Tronco*, obra de ficção sobre o coronelismo no estado de Goiás, e o conto *Enxada*, sobre as condições sociais no campo, dentre outras José Godoy, que publicará *A caminho de Trombas*, Paulo Nunes Batista que escreveu o cordel *ABC do Formoso*. Segundo, Abreu estes autores estiveram presentes em Trombas, apoiando a causa dos posseiros.

⁴¹ Segundo Sebastião de Barros Abreu, em um dos encontros de José Porfírio com o Procurador para resolver de forma legal a questão da terra na região, na fase da legalidade, este teria lhe dito “não há grotas lá”, uma senha para que os camponeses revidassem aos ataques dos grileiros, já que a justiça era morosa e nada podia fazer. Quando retornou a sua posse, encontrou seu rancho e sua lavoura queimada, e a esposa muito doente por causa de um parto e das violências sofridas em sua ausência. Sua esposa morreria logo em seguida, e Porfírio desistiria então da legalidade e partiria para o enfrentamento armado.

soldados fizeram a heróica retirada e puderam chegar sem baixas ao seu destino.

Abandonadas à própria sorte na entrada de Formoso, mulheres e meninos encetaram pela noite a dentro a longa e penosa viagem de volta, cobrindo a pé os trinta e seis quilômetros que separam Formoso de Trombas. Assim terminou a expedição punitiva contra os posseiros. (ABREU, 1985, p. 87).

Os camponeses tinham outra percepção das violências sofridas e assim as representam,

A polícia com 10 homens, sabendo que todos os posseiros estavam escondidos foram direto pra casa do Nego Carreiro. A mulher do Nego, Ita, era responsável pelo suprimento dos esconderijos naquele dia. [...] chegou batendo nos cinco filhos. A Ita era bem mulher do Nego, pegou a panela e jogou a paçoca no chão.[...] Foi agarrada, espancada, despida e torturada de todo jeito na frente dos cinco filhos. As crianças avançaram nos policiais que deixaram todos na casa desmaiados. A tortura começou as nove da manhã e terminou às 3 horas do outro dia. Eles torturavam para que a Ita contasse o esconderijo dos homens. Arrancaram todas as unhas da Ita, ela ficou uma poça de sangue e roxo, os meninos fazia pena vê. Só foram embora porque pensavam que ela estava morta. Ela não contou nada, e como estava de barriga de 5 meses perdeu o menino. (Depoimento do camponês H2 apud CARNEIRO, 1988, p. 140, 141).

Ficaram dois dias amarrados a uma árvore de cabeça para baixo. Foram obrigados a comer fezes um do outro e a chupar os ossos dos mortos. Foram tão espancados que quando entregues à polícia de Uruaçu, foram soltos, porque o delegado não podia responder pelos fatos, tal o estado dos presos. As mulheres como sempre foram desrespeitadas e até o sargento anunciou que ia fazer elas passear nuas pela cidade [...].(Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 144).

Eles sofrem e também praticam violência, como o episódio de justificação já relatado no capítulo dois. Relatam suas ações de violência.

Após o justificação do Joaquim Alencar o plano da desmoralização da organização acabou veio mesmo foi a repressão. [...] Foi a pior época, tudo queimado. A gente nem vai falar mais como isso acontecia, nem dos espancamento, nem aborto de mulher, nem do desrespeito aos velhos e às mulheres e nem também que a gente tava de novo sem nadinha, nadinha. (Depoimento do camponês P apud CARNEIRO, 1988, p. 146).

Em represália nós arreunimo e já partimo pro desespero mesmo, queimamo a fazenda do grileiro Cristiano César sem dó. (Depoimento do camponês G apud CARNEIRO, 1988, p. 146).

Falam com orgulho de suas reações e das derrotas impostas a seus algozes. Nego Carreiro, questionado pela historiadora, Janaína Amado (1993), sobre o arrependimento pela morte do sargento e se ele guardava mágoas da época da revolta, deu o seguinte depoimento:

___ Se eu tenho arrependimento do que fiz? Mas de maneira nenhuma, dona! De jeito nenhum! Eu, se não tivesse acontecido o que aconteceu, acho que eu

já tinha era morrido de paixão [...] Mas, como aconteceu o que aconteceu, é que eu vivo justamente forjado e satisfeito inda hoje.

— Por quê?

— Porque ... porque aquilo parece que me alimpou.

— “Alimpou” assim como?

— Alimpou, mostrou pr’aquela povo ruim que eu não era o que eles achava que eu era. Eu penso que eu respondi a eles. Mostrei que eu era alguém. Eu mostrei que eu era uma pessoa.

— Se o senhor não tivesse feito aquilo, o sr. acha que estaria hoje como?

— Acho que eu já tinha era dado um tiro na cabeça de paixão, de pensar naqueles desaforo que aquele povo fez, comigo e com os outros de lá! Foi justamente a lembrança do que eu fiz é que me deu força pra viver depois.

— Se fosse preciso o senhor fazer tudo de novo o sr. fazia?

— Fazia tudo de novo.

— Mesmo sabendo como seria sua vida depois?

— Tudo de novo.

— Seu Nego, se tivesse um outro acontecimento como aquele, o senhor ainda era homem pra participar novamente?

— Era, não. Sou. (Depoimento do camponês Nego Carreiro apud AMADO, 1993, p. 50).

A linguagem de Abreu é simples e sua descrição da luta a torna épica e desprovida de conflito internos, transmitindo a mensagem de uma vitória relativamente fácil. Assim, ele descreve a tomada “definitiva” de Formoso.

Quando nos quintais da vila os galos saudaram o nascimento do dia, do pequizeiro já se podia ouvir um intenso zum-zum. Ordens gritadas por João Soares, motores roncando, mulheres nervosas bradando com os filhos. Paulinho Capingote, de seu posto de observação à entrada da vila, chegou com a notícia de que os soldados e jagunços se preparavam para deixar o povoado. De fato, logo depois se pôde ouvir perfeitamente que os caminhões estavam em marcha. Do pequizeiro, Porfírio e seus companheiros viram passar a caminhonete de João Soares, com a família do chefe dos capangas na boléia e as tralhas da casa amontoadas na pequena carroceria. Em seguida vinha outro caminhão repleto de soldados e jagunços.

Quando os primeiros grupos de posseiros entraram na vila já não havia sinal dos grileiros. Os moradores do lugar respiravam aliviados e cumprimentavam alegremente os chegantes. Os comerciantes brindavam os posseiros com caixas de foguetes, que logo espoucavam por todos os cantos da vila. De todos os lados, a pé, a cavalo, em carros de boi ou carroças, chegavam homens, mulheres e crianças. Alguns traziam violas e sanfonas. Às oito horas, mais de duas mil pessoas atravancavam as ruas de Formoso. Porfírio e Geraldo Marques sentiram que era chegada a hora de entrar na vila.

Foi indescritível a alegria dos posseiros quando perceberam a aproximação dos líderes. Eram abraços, risos, choro e muita alegria. O entusiasmo contagiava a todos. Formoso em festa recebeu seus libertadores. (ABREU, 1985, p. 90).

Abreu, às vezes, faz uso do humor relativizando a dor de uma luta que durou anos, envolveu milhares de pessoas e, muitas vezes, transformou seu cotidiano em um caos em que

alimentar-se, banhar-se, dormir era praticamente impossível, pois o medo era companheiro de todas as horas e a vigilância uma tarefa da qual nunca se poderia descuidar.

Também nas ruas de Formoso milhares de olhos igualmente ansiosos fitavam o céu, ali de um azul imaculado tentando entrever a aproximação do avião. Às vezes um gaiato via um urubu em vôo sereno e gritava: “o avião!lá vem o avião!” Era aquela algazarra, o povo se juntava em torno dele, mirando o ponto indicado, os que estavam no interior das vendas e ranchos saíam perguntando: “cadê? Cadê o avião?” Passados alguns instantes, percebiam que se tratava de engano ou brincadeira e os grupos se dispersavam entre risos e comentários [...]. (ABREU, 1985, p. 91).

Quanto à atuação do Governador, Abreu assim a define,

O Sr. José Ludovico de Almeida⁴², que os goianos preferem chamar de Juca, é um homem afável, de uma simplicidade natural e espontânea, que nada tem a ver com a postura demagógica dos políticos populistas. Nascido e criado numa pequena cidade do interior, Itaberaí, aprendeu com os velhos sertanejos que a palavra empenhada por um homem merece respeito. Por isto era avesso a concessões à demagogia e se recusava sisudamente a fazer promessas ocas, cujo cumprimento sabia impossível ou mesmo improvável. Os nossos manuais de capacitação política não explicavam o comportamento do governador, que hostilizava abertamente os latifundiários, base de sustentação do seu partido, todos solidários com os grileiros, para colocar-se ao lado dos posseiros, antes mesmo que a justiça se pronunciasse em definitivo a respeito do domínio das terras. (ABREU, 1985, p. 93,94).

Mas o Sr. José Ludovico assegurou aos posseiros todas as garantias para que pudessem trabalhar em paz. Além de recolher a tropa, deu instruções enérgicas ao Secretário de Segurança no sentido de advertir os delegados de polícia de Uruaçu, Amaro Leite e Porangatu de que não toleraria qualquer arbitrariedade contra os camponeses. (ABREU, 1985, p. 95).

Porém, logo em seguida, se contradiz,

Para não agravar o descontentamento dos latifundiários e não ferir suscetibilidades dos setores ainda inconformados com o acordo estabelecido com os posseiros ou por causa da burocracia que emperrava o aparelho estatal, principalmente o tumultuado Departamento de Terras, a verdade é que o Governador Juca Ludovico não conseguiu entregar a nenhum posseiro o título definitivo. O Governador que o sucedeu, José Feliciano Ferreira⁴³, cumpriu um mandato tampão de dois anos e nada fez nem a favor nem contra os posseiros de Formoso e Trombas. Só no período seguinte, quando assumiu o governo outro amigo dos posseiros, o então major Mauro Borges⁴⁴, [...] os primeiros títulos de propriedade foram expedidos aos posseiros. (ABREU, 1985, p. 90) .

⁴² Governador do estado de Goiás de 12/03/1955 a 31/01/1959, também chamado de Juca Ludovico.

⁴³ Governador do Estado de Goiás de 31/01/1959 à 31/01/1931.

⁴⁴ Governador do Estado de Goiás de 31/01/1961 à 26/11/1964.

No entanto, para Paulo Cunha (1994), o acordo que possibilitou a paz em Trombas e Formoso não é mera concessão de um governador ligado aos interesses do latifúndio, porém, simpatizante dos posseiros.

O impasse a que se chega, face a determinação dos posseiros em resistir, a pressão popular em favor dos mesmos e às eleições que se advinham em 1958, onde o Governador manobrava com o objetivo de viabilizar a prorrogação de seu mandato, tinham colocado o governo do Estado em uma situação política delicada pois o desgaste de um confronto naquela altura era inoportuno e desfavorável. (CUNHA, 1994, f. 162).

Cunha (1994) enfatiza, ainda, que a credibilidade e integridade do Governador Juca Ludovico é negada por quadros do PCB em Formoso.

Este fator último é desmentido por muitos quadros do PCB em Formoso em razão das promessas não cumpridas do governador em todo o período de sua gestão, inclusive a demarcação e legalização das posses e o fato de ser a sua polícia que estava aliada aos grileiros e principalmente, os reforços militares enviados na fase final que só não foram utilizados em razão do quadro político resultante no período [...]. (CUNHA, 1994, f. 163, 164).

Interpretação confirmada pelo depoimento da camponesa Z., à pesquisadora Maria Esperança Fernandes Carneiro (1988). Referindo-se ao período agudo da luta, em 1955, Z diz:

O Governador Juca Ludovico ficou dando entrevista no jornal deles, “o Popular”, e outros, dizendo que ia resolver tudo a favor dos posseiros e que a região, já estava na calma, que ele tinha ordenado. Mas olha sabe o que ele fez de verdade? Só a gente tando lá pra acreditá. Nós estava em trégua. Ele mandou o Major Silveira, o pavor de Goiás, montá Quartel General em Porangatu, á beira da BR Belém-Brasília. O Governador mandou invadir a região com avião e tudo. O plano era prender todas as mulheres e crianças e liquidar todos os homens. Essa era a solução que ia ser favorável aos posseiro. Pensa bem. Mas, como tudo é descoberto, a UDN e o Partido deu de cima dos jornais, a Associação de classe fez protesto, os estudante, e o Governador recuou. Sempre dizendo que tava tomando providência favorável ao posseiro. (Depoimento da camponesa Z apud CARNEIRO, 1998, p. 158, 159).

Segundo Cunha (1994), diversos fatores contribuíram para a “vitória” dos posseiros, dentre eles: a firme determinação dos posseiros em resistir e a habilidade com que os membros do PCB procuraram visualizar e centralizar a resistência na figura de José Porfírio. Desse modo, o movimento era visto como espontâneo e o PCB não era tido como seu organizador, fator que facilitou a simpatia da opinião pública pelos posseiros e a organização

da rede de solidariedade “que fez com que o Governador Juca Ludovico recuasse na decisão de uma intervenção direta.” (CUNHA, 1994, f. 159).

Outros fatores apontados por Cunha (1994) foram o apoio de parlamentares estaduais e federais contrários ao PSD, partido do governo do Estado; a mobilização dos estudantes, intelectuais liberais, e profissionais de outras categorias e

[...] a postura crítica e histórica do Governo Federal, que apontava Goiás como sendo um Estado de bárbaros e selvagens dominada por latifundiários e grileiros que não compactuavam com a proposta de desenvolvimento econômico em curso no período. (CUNHA, 1994, f. 161,162),

Ressalta, ainda, a participação do PCB como importante fator para viabilizar o acordo político que possibilitou a trégua.

Abreu (1985), em sua obra, faz diversas referências a rede de solidariedade que se estendeu de Goiânia até a região do conflito. Ressalta a importância da participação de alguns parlamentares. A atuação dos partidos políticos em Goiás, naquele período, é assim representada por ele:

O PSP reclamava contra o engajamento de Nasser e do deputado Mário Mendonça Neto ao lado dos lavradores, [...] a UDN que desempenhou papel altamente positivo na denúncia das grilagens, assustou-se quando os posseiros tomaram nas próprias mãos a defesa de suas terras. Partido arraigadamente conservador, seus líderes sabiam que o desfecho de uma revolta popular é sempre imprevisível. E o mais assustador, para eles, era que, atrás das carabinas, estavam pela primeira vez na história de Goiás os até então humildes e submissos “roceiros”. Isto esfriou o entusiasmo da bancada udenista, mas é de justiça assinalar o trabalho honesto e corajoso de dois de seus mais proeminentes representantes na Assembléia Legislativa, os deputados Lisboa Machado e Francisco de Brito [...] Apesar do Governador Juca Ludovico pertencer ao PSD, foi deste partido que surgiram as mais violentas críticas aos posseiros e à posição conciliatória do governo estadual. O PTB em Goiás, não obstante abrigar em suas fileiras algumas figuras de escol, sempre foi dominado pela ala fisiológica e por esta razão ficou em cima do muro não era contra nem a favor dos posseiros, antes pelo contrário. (ABREU, 1985, p. 78,79).

Ao analisar o fragmento supracitado, percebe-se que os Partidos Políticos não possuíam um programa ou um ideário aglutinador de pessoas com interesses comuns. Assim, partidos como a UDN – União Democrática Nacional - , fundado “para se opor ao Estado Novo, partido de elite com total desprezo pelas massas” (CARONE, 1980, p.387), a princípio se alia aos posseiros. Temendo a “reação imprevisível ” das massas armadas, a bancada udenista diminui seu apoio à causa dos posseiros. Porém, elementos filiados ao partido permanecem defendendo os interesses dos revoltosos.

O PTB – Partido Trabalhista Brasileiro- “nascido como partido oficioso, sob a égide de Getúlio Vargas, [...] não passa de uma organização atrelada aos interesses eleitorais de lideranças oligárquicas” (CARONE, 1980, p. 433). O PTB é apontado por Abreu (1985) como partido que não toma posição, ou seja, aguarda o desfecho dos acontecimentos para então se manifestar. Desse modo, não se indisporia com os vencedores, fossem eles quem fossem.

O PSP- Partido Social Progressista- resultado da fusão do Partido Republicano Progressista com o Partido Agrário Nacional e o Partido Popular Sindicalista, era liderado por Alfredo Nasser, militante de esquerda. A ilegalidade do PCB transferia para outras siglas seus simpatizantes e, mesmo o PSP, nascido da fusão de partidos ligados às reivindicações populares como reforma agrária e sindicalismo, se ressentia quando seus líderes apoiavam abertamente causas como a dos posseiros de Trombas e Formoso. Assim, apenas os PSD- “Partido Social Democrático, nascido em 1945, composto de elementos que estavam no poder durante o Estado Novo” (CARONE, 1980, p. 383), parece ser fiel a seus princípios e a suas bases ao se manifestar contrário aos posseiros e ao “apoio” do governador à causa deles.

Embora, Abreu (1985) cite diversos nomes ligados ao PCB, diretamente envolvidos com o movimento, e se refira à importância da pressão da opinião pública, galvanizada por reportagens em jornais e revistas, prós e contras aos posseiros, acaba por representar o movimento como espontâneo e aponta para as contradições internas do PCB.

Quanto ao Partido Comunista, embora legalmente proscrito, era atuante, mas é necessário distinguir aqui o comportamento dos dirigentes estaduais da atuação dos líderes nacionais. Enquanto o Comitê Estadual do PCB, sob a firme liderança de Abrão Isac Neto, se empenhou a fundo na luta e tudo fez em defesa dos posseiros, o Comitê Central a princípio tentou minimizar a importância do problema e não teve sensibilidade para avaliar o alcance e a potencialidade do movimento. Em vez da ajuda efetiva reclamada pelos comunistas de Goiás, a direção nacional mandava seus “assistentes” cheios de recomendações paternalistas: “cuidado companheiros. O posseiro tem mentalidade pequeno-burguesa. Tão logo consiga a terra ele se acomoda e passa para o outro lado.” A subestimação foi tanta que, no momento em que mais necessária era a presença entre os posseiros de pessoas qualificadas para o trabalho político, o C.C retirou de Goiás dois dos melhores militantes: Geraldo Tibúrcio foi exercer o burocrático cargo de Presidente de uma organização de cúpula a ULTAB, e Declix Crispim foi dirigir o semanário “Terra Livre”, ambos passando a residir na cidade de São Paulo. (ABREU, 1985, p.78).

Apesar de Abreu (1985) reconhecer a participação do PCB na organização do movimento, minimiza sua atuação no conflito e defende a tese do envolvimento do Comitê Estadual contra as decisões do Comitê Central que, em sua visão, subestimou a luta dos

posseiros e retirou importantes elementos da região para exercerem cargos burocráticos em São Paulo, quando suas presenças eram necessárias à condução da luta. Para Cunha (1994) é a direção estadual que se afasta do movimento e não o Comitê Central. Ao analisar a obra de Abreu (1985) conclui.

Esta versão é desmentida pelas lideranças de Formoso e Trombas que reafirmam o descompasso existente entre a direção estadual e local, especialmente no período pós 1956 quando o núcleo do PCB na região ficou por algum tempo praticamente isolado politicamente da Secretaria Estadual. (CUNHA, 1994, f. 116).

Para os camponeses a atuação do Partido é fundamental. Em seus depoimentos eles afirmam e reafirmam a importância dos ensinamentos e do apoio do PCB. Dão ênfase à campanha que jornais ligados à esquerda fizeram apoiando o movimento, angariando, dessa forma, o apoio da opinião pública e dificultando assim um possível massacre em Trombas e Formoso.

[...] Passou a ameaçar que ia bombardear a região. Diante de tal ameaça e com toda a região devastada e aterrorizada pelos métodos empregados pelo Governo em sua pacificação, o Partido Comunista apelou à imprensa, a nível nacional. (Depoimento do camponês R2 apud CARNEIRO, 1988, p. 164).

Ai, o Partido resolveu fazer juntamente com a UDN uma campanha a nível Nacional, pela imprensa, divulgando o que era a repressão em Formoso. O jornal Diário de Notícias, do Sr. Alfredo Nasser, fez uma reportagem completa sobre a destruição da região, de tal forma que despertou a opinião pública dos grandes centros urbanos do país. (Depoimento do camponês X apud CARNEIRO, 1988, p. 142).

Porém, os camponeses apontam as contradições de um Partido que dizia o que fazer, mas não sabia como fazer. Para eles sua experiência de lavradores superava seu desconhecimento teórico sobre política-partidária. Apontam o descompasso do PCB urbano e rural, e vão construindo no dia-a-dia da batalha o “saber fazer” necessário para vencer luta.

Eu acho seguinte. A maioria dos quadros do Partido toda vida tinha um negócio seguinte, fazer de cima pra baixo seus problemas, não é como fizemos aqui de baixo pra cima, nós viemos pra cá viver a vida aqui, viver a luta aqui, viver todos problemas pra procurar solucionar os problemas aqui. Importante que se extraído a lição daqui para outros lugares, mas é que vamos analisar quem são os quadros na maior parte. São da alta burguesia, pessoas que não tem nada a ver com o campo. Pega um jornalista acostumado só no centro da cidade, um filho de médico, uma pessoa da alta sociedade mesmo companheiro de boa índole, de boa intenção, verdadeiro comunista. Põe ele pra viver lá no campo ele não sabe patavina, ele não sabe viver a vida no campo. Fica completamente destoadado. (Depoimento Dirce Machado apud CUNHA, 1994, f. 100-101).

A direção do Partido não vive nunca e nem nada, com a direção inferior, por isso não entendeu nada do caso de Trombas. Se continuar sem um método de assistência com o organismo inferior, não vamos ter vida ativa. Ainda o Partido valoriza mais a influência de personalidade do sujeito intelectual no Partido, desprezando o camponês e operariado. Entretanto esses intelectuais todos na hora do vamos ver, eles correm todos, e nós ficamos até o fim com a ideologia do Partido, não com as regras do Partido. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 155).

Olha, esses intelectual tudo conhecido aí, foi tudo dá palpite, lá no Formoso, não ficou um. Eles tinha dor de tudo. Pensa que é qualqué um que guenta fome, sujeira, pernilongo, cobra, gente toda sangrada de pancada, torturada. Isso eles são bom é lá no asfalto. Aqui nós somo analfabeto muitos direto mesmo, mas nós sabemo lutá e enfrentá a mata. Agora é engraçado, o cara da cidade, se tivesse que viver e comê do que planta, morria. Será então que do jeito que eles não entendem nada de roça, nós não entedemo de letra. Ta? (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 156).

Percebe-se nesses depoimentos que, embora os camponeses reconheçam a colaboração do Partido, eles vêem um descompasso entre a teoria e a prática. Se ressentem de não serem ouvidos pelos intelectuais do Partido e de sua forma ditatorial de dizer o que fazer sem saberem como fazer. Os camponeses compreendem a ideologia do Partido como a necessidade de lutar coletivamente contra o latifundiário. Entendem que o capital expropria o trabalhador. Mas afirmam a contradição de um Partido dirigido por elementos urbanos a ditarem regras para uma realidade rural e uma luta sangrenta que desconheciam.

Para Cunha (1994), os embates travados entre o Comitê Central e o Comitê Estadual acabam por fortalecer as lideranças locais.

Percebe-se que a partir deste momento, os elementos de base foram paulatinamente tendo voz e vez no Partido, permanecendo ainda assim, com reservas profundas com relação à intelectualidade e dirigentes urbanos dos grandes centros especialmente Goiânia e Anápolis.(CUNHA, 1994, f. 114).

Observa-se que Abreu (1985), participante do movimento, é simpático aos camponeses e contrário aos grileiros, mas procura não se indispor com os poderes constituídos, além de não apontar as reais contradições do governador José Ludovico. Assim, ele descreve a atuação do Poder Judiciário:

A resistência dos posseiros encontrou respaldo no Poder Judiciário. É justo assinalar que o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás em momento algum se prestou ao papel de instrumento dos grileiros, que era exercido despudoradamente pelo juiz de direito da Comarca de Uruaçu. Se alguma crítica pode ser feita aos desembargadores goianos, ela se justifica pela maneira excessivamente complacente com que trataram o corrupto magistrado. Apegados a uma exagerada interpretação do princípio inegavelmente justo de que os magistrados, no exercício de sua função,

devem ser protegidos por todas as garantias e são intocáveis, os desembargadores se recusaram a afastar do cargo o prevaricador juiz de direito, mesmo quando ficou provado que ele estava agindo de má fé, transformando sua nobre função judicante em mero expediente visando a proteger os interesses escusos dos ladrões de terra.(ABREU, 1985, p. 40).

Nesta análise de Abreu, percebe-se os conflitos de interesse e os embates existentes dentro de um dos três poderes da república e a forma nada sutil de resolvê-los. Entre o possível processo administrativo e o afastamento do magistrado de Uruaçu opta-se por derrubar suas decisões em instâncias superiores, porém preservando sua intocabilidade; uma demonstração, clara, de defesa de interesses corporativos, tão presente em nossa sociedade.

É possível perceber as representações do movimento para os camponeses através de seus depoimentos nas obras analisadas. Para Janaína Amado (1993), os trabalhadores envolvidos com a luta armada de Formoso e Trombas vivenciaram quatro momentos distintos: o antes, o estar mudando, o depois e o depois do depois da luta. Em que o antes é relatado como um período de intensa pobreza no qual eles se consideravam um nada, uma não pessoa, e se ressentiam de serem submissos às decisões do dono da terra. Assim relatam o período anterior à decisão de migrar:

Não, nós vivia numa pobreza de dar gosto. Nós não tinha nada. NADA, entendeu? Sabe o que eu mais ela (apontava a mulher) levou pro Formoso? Nós levou (vai contando nos dedos): duas muda de roupa, um sapato (um par pra ela e um pra mim), um chapéu, um pente, um facão, uma enxada, uma arma, dois saco de arroz, um porco, três galinha e um cachorro....

(Voz da mulher) Levou também o jirau, um tamborete, as tralha de cozinha, as linha que era minha, as vela... ah! Teve também as duas cesta que nós levou. (Depoimento de Otávio e Maria Guerreiro dos Santos apud AMADO, 1993, p. 54).

Eu não incomodava de ser pobre. Eu incomodava era de ter que baixar a cabeça todo dia. (Depoimento de Armando Lopes apud AMADO, 1993, p. 55).

Lavrador é pior que bicho: bicho não agacha pra outro bicho, lavrador (...) tem que agachar. (Depoimento de José Fernandes Sobrinho apud AMADO, 1993, p. 55).

Amado (1993) caracteriza o “estar mudando” como a fase de tomada da decisão de migrar, abandonar a miséria do hoje pela fartura do amanhã. Nessa fase toma-se a decisão de abandonar lugares e gentes conhecidas para se aventurar em busca do novo, do estranho e do desconhecido.

A decisão de migrar não foi tomada facilmente. Ela envolvia deixar a vida dura e difícil, mas conhecida, por algo que se desejava mas não se conhecia.

Pra mim o mais difícil não foi ir pro Formoso, não (...) Difícil foi antes, na hora de decidir se nós ia ou se nós não ia. (...) Eu punha na balança, num prato o coração no outro prato da balança punha a cabeça, olhava media: dava empatado. (Depoimento de Armando Rosa apud AMADO, 1993, p. 58).

O que nós queria mesmo era não ter que baixar a cabeça. Nós queria ...é... ah... assim... igual uma pessoa deva ser. Olhar nos olhos sem medo, entende? Sem ter que baixar a cabeça, né? (Depoimento de Armando Lopes apud AMADO, 1993, p. 59).

Para Amado (1993) o depois é uma fase em que as pessoas se sentiam importantes por terem participado de uma luta coletiva que teve seu momento de glória e de fartura com a expulsão das forças dos grileiros da região do conflito.

Olha nós conclui que, desde que nós reagiu, as coisa voltou ao normal. Nós organizou a região de tal forma que a polícia e os grileiros não entrava. [...] E a nossa organização baseava na assistência direta a tudo referente à vida de camponês. A consciência de classe nasce na luta, na necessidade e depois tem de trabalhá nela, pra ficá cada vez mais melhorada. Isso nós não descuidava mesmo, toda oportunidade, nós mostrava as coisa como é que era. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 153).

Além da experiência do enfrentamento à bala e da expulsão dos grileiros e de seus agentes da região, os posseiros puderam, por um período, organizar seu sistema de vida de acordo com o que desejavam.

Nós fizemo um plano das coisa mais importante que a região precisava. Quando o prefeito foi eleito e era gente nossa, esse plano foi posto em prática com todo mundo ajudando. A gente construiu estrada, 2 grupo, ponte, arrumou pra todo mundo podê vendê os produto pra certos caminhoneiros que aceitava um preço bom. Nós começou a arrumá cada qual a sua casa com mais conforto, porque fartura a gente tinha muito, a terra era muito boa. (Depoimento do camponês Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p. 168).

Amado (1993) analisa o “depois do depois” como o momento em que os camponeses percebem que suas vidas mudaram após a participação no movimento. Para eles foi a luta; o contato com algumas teoria políticas; a possibilidade de organizarem e dirigirem sua comunidade, decidindo eles mesmos as prioridades e tomando as decisões coletivamente sem interferências externas, que transformaram a percepção que tinham de si mesmos.

Só depois que nós chegou lá (no Formoso) e nós foi tendo aquela peleja toda, aquela luta (...) foi que eu fui ficando desenvolvido.

__Antes o Sr. não era desenvolvido?

— Antes eu não sabia quase nada, não... (antes) eu tinha aquela revolta ni mim, tinha (...) aquela vontade de mudar, mas eu era bobo, sô bobo, demais!

— E depois, na época que o sr. morou no Formoso, como é que o senhor era?

— Ah, aí eu fiquei vivo! Aí (...) é que eu fui dando de compreender as coisa tudo que eu tinha passado na vida. (Depoimento de Amado Luiz Guerreiro apud AMADO, p. 60).

Os camponeses vivenciaram no período de paz a oportunidade de organizarem suas vidas cotidianas baseadas em formas coletivas de sobrevivência. Uns precisavam dos outros para se manterem vivos. Deveriam ser mantidas a vigilância, a produção, o socorro aos doentes, o ingresso das crianças no universo das primeiras letras e o comércio do excedente de produção. Sua organização social ficou a cargo da Associação e dos Conselhos de Córrego, em que as decisões eram tomadas de forma coletiva e não apenas pelos dirigentes.

A luta proporcionou a esses lavradores mais que a prosperidade econômica e a autonomia de organizar seus modos de vida. Livres dos patrões e com os poderes do Estado ausentes eles constroem mais que uma Associação para organizar suas relações e seu cotidiano, constroem uma nova visão de mundo e de si mesmos. Para muitos desses camponeses, o movimento significou o fim da submissão. O conhecimento e a prática de um ideário modificou para sempre suas vidas. Agora, a construção de uma identidade se não os libertou de todo da miséria material pelo menos os libertou da miséria da submissão incutida em suas mentes por séculos de exploração.

A eleição de um companheiro de luta para a Assembléia Legislativa contribuiu de forma significativa para a construção dessa nova visão de si mesmos. Na fala de José Porfírio de Souza, eleito Deputado Estadual em 1962, pela coligação PSB, PSP, pode-se perceber como esta ascensão representa para os camponeses o apoio de parte da sociedade à sua causa e o rompimento do pacto político que mantinha, há anos, os “doutores e os grandes latifundiários” no poder.

Sobre sua eleição a sete de outubro último para deputado estadual o líder camponês a interpreta como sendo “um fato novo na vida política de Goiás”. E explica. Pela primeira vez na história de nosso Estado um homem como eu, da roça, acostumado a pegar no cabo da enxada do “guatambu” como se diz, vai ter assento num parlamento, onde até bem pouco tempo só tinha ingresso os doutores e os grandes latifundiários. Também em várias cidades do interior de Goiás lavradores foram eleitos para as câmaras municipais. Interpreto isso como um bom sinal dos tempos. Aliás, a minha vitória é, acima de tudo, a vitória de uma idéia que defendo e prego. Aqueles que votaram em mim, votaram pela Reforma Agrária. [...] Analisando sua eleição José Porfírio prossegue: não quero dizer com isso que somente os eleitores que votaram em mim são esclarecidos e patriotas. Absolutamente. Recebi votos, pelo que pude observar, das diversas camadas sociais, menos

dos grileiros e dos latifundiários. Se o número de votos que recebi foi maior nas cidade do que no campo, isto é compreensível. É que na cidade existe grande quantidade de trabalhadores que foram expulsos do campo ou fugiram da miséria e da opressão do latifúndio. Além disso, razoável parcela dos trabalhadores da juventude e da classe média já entendeu que a solução de seus problemas está relacionada com a efetivação de uma Reforma Agrária que entregue a terra aos lavradores e lhes preste assistência técnica e social. Também nas cidades é menor o número de analfabetos, sendo o número de eleitores maior que no campo. Há também o fator de que o grau de politização dos moradores na cidade é bem mais elevado. (4º PODER, 1962 apud SAMPAIO, 2003, f. 97).

Na maioria dos depoimentos os camponeses representam o enfrentamento como vitória e, o período de paz, como o momento de construção de relações sociais baseadas na solidariedade e no trabalho coletivo. Já a fase pós golpe de 1964 é representada como tempo de derrota e de perda de suas conquistas. Muitos deixaram o lugar porque não viam mais sentido em continuar, pois sua organização social aos poucos foi deixando de existir. As lideranças fugiram, o exército invadiu a região, a violência e a perseguição se instalaram.

A polícia entrou batendo. Agarrou todo mundo que pôde. Invadiu as roça, prendeu nós, torturou nós. Eles queria as armas que nós tinha escondido. Eles queria quebrar a nossa espinha. Fazer nós ficar de quatro na frente deles. (Depoimento de Paulo Andrade apud AMADO, 1993, p. 63).

Não dava pra continuar, né? Os policial só atentando, em cima, o tempo todo em cima de nós, vigiando. Ruim demais. E não tinha mais os outro companheiro de antes. Aí nós saiu. (Depoimento de Hosana Martins Ribeiro apud AMADO, 1993, p.63).

Um cara lá ofereceu um dinheirinho mais ou menos pela terra, pela benfeitoria, resolvi vender. Continuar lá mais pra que? (Depoimento de Bertoldo Ferreira dos Santos apud AMADO, 1993, p. 63).

Apesar de 64 e tudo que veio depois, a nossa luta nós entendemos assim que nós nunca vamos esquecê a união. Que nós estamo calado , porque ainda não pode fazê nada, só uma coisa, não ajudá eles (o governo). Mas nós aprendemos a lição, o coletivo, e vimo que não é terra que importa, é o sistema de ter a terra. Porque depois que acabou a Associação a maioria dos camponeses teve que ir embora, porque acabou o mato, a terra só servia para gado e nós tivemos que ir por falta de recurso de recuperá a terra e pela repressão. (Depoimento do camponês Z apud CARNEIRO , 1988, p.180).

Os camponeses, após a “fuga” de Formoso, percebem que apenas a posse da terra não resolveria seus problemas e, às vezes, demonstram um amadurecimento político capaz de compreender de forma mais ampla como as questões ligadas às disputas de terras envolvem outros aspectos.

A vida muda, [...] Hoje eu penso que ter a terra ainda é muito importante, mas não é tudo.[...] Nós também precisa de crédito, de garantia de preços mínimos pros nossos produtos, de uma boa política agrícola, [...] nós precisa de sindicato forte, governo pra apoiar os pobres, democracia, [...] muita coisa. Pra proteger e garantir uma vida decente na terra. (Depoimento de Sebastião Bailão apud AMADO, 1993, p. 60).

Embora a “vitória” dos posseiros tenha proporcionado um período de fartura na região e beneficiado os pequenos proprietários, estes assim representam o movimento e os anos pós 1964:

A Associação organizou todo mundo, era muito eficiente. No período de paz isso foi a maior fartura do povo de Goiás, pra nós e pra exportá. Depois que acabou a Associação a fartura ficou pouca. Os posseiros foram saindo por causa da falta de apoio ao pequeno produtô. Hoje a região é só de gente rica quase. Pois, só o rico pode mecanizá a lavoura. O preço do cereal, não dá pra viver, só o grande pode resisti, pois não toca lavoura, tem mais é gado.

Antigamente a união era maior, hoje tá todo mundo desfacelado, a maioria foi embora e o grande fazendeiro é que é dono da região.

Uma hora dessa, antigamente, à noite era só caminhão de arroz um em fila do outro, uma rua inteira e atravessada.

O povo acha que antes da revolução a vida era melhor devido à Associação e hoje não, mas eu acho que a Revolução ajudou o progresso das estrada, trouxe o maior conforto para o município, mas o povo não enxerga isso, não concorda.

A Associação era mais uma contradição com os grande e a revolução fez tudo isso, porque entrou o grande fazendeiro, por isso veio o progresso, e o pequeno não concorda, porque não foi feito pra ele teve que saí da região.

Hoje, já não existe o pequeno quase, foi embora pro norte, procurá vida melhor, terra de mato.(Depoimento de médio fazendeiro apud CARNEIRO, 1988. p. 180).

Embora, o tema deste estudo seja a revolta armada de Trombas e Formoso é importante perceber como as disputas por terra no meio norte de Goiás, que se estendiam até Porangatu, 70 Km ao norte, estavam intimamente ligadas ao movimento de Trombas e Formoso. Se na região estudada o clima era de relativa paz, nos primeiros anos da década de 1960, em Porangatu a grilagem da fazenda Santo Antônio, conhecida como Serrinha, opunha posseiros e um dos maiores grileiros do país João Inácio. O conflito provocou, na década de 1960, um debate na Assembléia Legislativa de Goiás entre Wilmar Guimarães da UDN e de Armando Storni do PSD:

Wilmar Guimarães: Sob o pretexto e do prejulgamento de uma ação discriminatória entregue ao judiciário há mais de dois anos, que se propala ser favorável aos fazendeiros, os “posseiros” de José Porfírio, incentivados pelo Secretário do Trabalho de Goiás, resolveram ampliar suas áreas de invasão nas fazendas “Amargoso” e “Serrinha”, no Município de Porangatu. Os fazendeiros, sentindo-se feridos em seus direitos e cansados de serem hostilizados, resolveram defender-se por conta própria, já que não podem contar com a garantia do governo. O choque assim tinha que ser inevitável, como de fato aconteceu [...]. (SAMPAIO, 2003, p. 86).

Percebe-se que o Deputado faz referência à atuação dos “posseiros de José Porfírio” como uma real ameaça ao patrimônio dos fazendeiros da região. Esta afirmativa confirma o depoimento dos camponeses de Trombas e Formoso e mostra como sua vitória espalhara o temor pela região. Uma justificativa para que os fazendeiros montassem suas milícias e se defendessem dos “perigosos posseiros.”

[...] O Secretário do Trabalho de Goiás (referindo-se a Érides Guimarães), apoiou os “posseiros” garantindo-lhes armas e proteção do Governo, conforme constatou pessoalmente o repórter Sebastião de Barros Abreu, enviado especial do Jornal “Folha de Goiás” ao local dos acontecimentos.

Num arremedo de ação os secretários de Justiça e Segurança Pública, já estiveram, isto é de longe observando, sem propor nada de concreto, nada de objetivo para solucionar a pendência. Somente prestaram um esclarecimento pela imprensa dizendo tratar-se de uma luta pela posse da terra; cuja solução está entregue ao judiciário. E para lá mandaram cem policiais que na certa, não sabem de que lado vão ficar.

O mencionada repórter da “Folha de Goiás” encontrou no local vários elementos comunistas chefiados e orientados por um tal de João Neder, (preso em dezembro de 1962, na cidade de Dianópolis norte do Estado), um dos secretários de especial confiança do Governador Mauro Borges.

Pois bem, João Neder, secretário do governador goiano, prega abertamente, a luta armada e insufla os ânimos por todos os meios.

Notoriamente comunista esse representante do governo goiano, acha-se impunemente em Porangatu, acobertado pela proteção de um governo inconseqüente promovendo a agitação e pregando claramente a luta armada num desafio às leis de Segurança Nacional, à democracia brasileira e as próprias Forças Armadas. A margem disso, o governador Mauro Borges, prossegue em suas andanças, em suas conferências, em suas reportagens, sua conspiração indiferente à sorte daqueles que derramam o sangue na terra que ele deveria estar dirigindo para impor, mesmo com sua frágil presença, o princípio de autoridade inerente às funções de Primeiro Magistrado do Estado.

A luta em Porangatu prossegue, Senhor Presidente. Os choques armados se repetem. O sangue corre. E o Brasil festeja o bicampeonato de futebol. Os governos de Goiás, através de seus secretários se omitem uns enquanto outros ostensivamente, se põem ao lado dos invasores armados (referindo-se aos posseiros). E não há pra quem apelar. Somente o desgoverno é uma realidade [...] . (SAMPAIO, 2003, p. 86, 87).

No trecho acima, Wilmar Guimarães acusa o governo Mauro Borges de ter em seus quadros administrativos elementos comunistas. Percebe-se como a pregação do “medo vermelho” era prática comum utilizadas por elementos conservadores em todas as classes sociais e em todas as instâncias. Nesse debate, travado na Câmara dos Deputados, o parlamentar acusa abertamente o governo de apoiar causas comunistas em detrimento dos interesses dos proprietários. Defendendo, sobretudo, o direito à propriedade privada tão cara ao capitalismo. Porém, o Deputado está se referindo à áreas em litígio, onde decisões

judiciais ainda não foram tomadas nem a favor de uns nem de outros, e mesmo assim pressupõe que os fazendeiros estejam com a razão e não os posseiros. Portanto, a propriedade, ainda, não tinha proprietário definido. Era a presença de Trombas e Formoso a perturbar-lhes os interesses em expandir seus latifúndios.

[...] Pediu a palavra o Deputado Armando Storni: V. Excelência está confundindo. O governo de Goiás é um governo: honesto, corajoso, empreendedor, é um governo moderno na própria expressão de Vossa Excelência e de seus correligionários, que não se fartaram de tecer loas a Mauro Borges, quando pensavam que Mauro Borges ia abrir cisão no PSD, e isto consta dos Anais da Assembléia, os correligionários de V. Excelência eram os que mais elogiavam a ação governamental de Mauro Borges. E V. Excelência mesmo elogiou, mas agora está estabelecendo confusão. O governo goiano absolutamente não compartilha dessa ação a que V. Excelência se refere. Existem líderes profissionais, a soldos dos ladrões da terra [...]. (SAMPAIO, 2003, p. 87).

Armando Storni toma a palavra para defender o governo de seu partido, o PSD. Percebe-se em sua fala que as acusações feitas pelo deputado da UDN é consequência de disputas políticas locais. Ao se referir a “líderes profissionais, a soldos dos ladrões da terra”, percebe-se como os parlamentares conheciam os processos de grilagem que há anos vinham ocorrendo, principalmente, no meio norte de Goiás.

[...] Wilmar Guimarães: Compartilha, através do Secretário do Trabalho. Foi acusado e denunciado pela imprensa goiana que o retratou e estampou nas folhas do Estado de Goiás sua interferência direta, sua proclamação aos posseiros e a promessa que fizera de dar-lhes armas e munições.

Armando Storni: V. Excelência sabe que a ação do Secretário do Trabalho tem sido no sentido da defesa dos posseiros legítimos.

Wilmar Guimarães: ele é um semi-analfabeto. Quem reconhece os posseiros legítimos é o Poder Judiciário, através de documentos idôneos de procedência honesta, título incontestável. Dessa forma é que se pode avaliar a legitimação de qualquer título de propriedade [...].(SAMPAIO, 2003, p. 87-88).

Wilmar Guimarães prossegue em seus ataques ao Secretário do Trabalho o chama de “semi-analfabeto” numa tentativa de desqualificá-lo por seu grau de estudo. Percebe-se nessa fala que na visão do Deputado cargos públicos se destinam a uma casta letrada e/ou proprietária, uma reserva de mercado para os letrados, os proprietários, os ricos, os intelectuais. Portanto, é um estranhamento à presença de indivíduos em posições tradicionalmente reservadas ao segmento social ao qual pertence Guimarães, apontando para o acirramento das disputas entre os “defensores” da propriedade, da família, da moral, da religião contra a ascensão social dos menos favorecidos.

Armando Storni: V. Excelência desconhece ação dos falsificadores de títulos? V. Excelência não desconhece isso. V. Excelência sabe o que tem acontecido com relação à falsificação de documentos que chegaram à Justiça e são dados com verdadeiros. V. Excelência sabe que há um processo de transformar títulos de terras roubados em títulos legítimos. A ação do governo tem sido no sentido de defender os camponeses, os que querem a terra para trabalhar e expulsar, se preciso for, todos aqueles que querem roubar as terras dos trabalhadores. (SAMPAIO, 2003, p. 88).

Storni reafirma o conhecimento por parte dos parlamentares da existência de grilagem em solo goiano.

Wilmar Guimarães: Só se podem falsificar documentos com a conivência de algumas autoridades do Poder Público. De modo que o Poder Público está intimamente ligado, através de seus representantes nos cartórios, aos falsos posseiros, aqueles que querem roubar os legítimos trabalhadores. (SAMPAIO, 2003, p. 88).

Guimarães reafirma a participação dos órgãos governamentais nos processos de grilagem e considera o Governo incompetente para resolver essas disputas, uma vez que seus funcionários estão envolvidos com a falsificação dos documentos.

Armando Storni: V. Excelência conhece, tanto, ou melhor, do que eu, quem falsificou esses documentos. (SAMPAIO, 2003, p. 88).

Storni dirige-se a seu oponente com ironia, insinuando que ambos sabem quem são os grileiros das terras devolutas do Estado.

Wilmar Guimarães: O documento tem que ser reconhecido pela justiça. E a justiça seria conivente com essa falsificação? Não resta a menor sombra de dúvida que existe uma conspiração programada para convulsionar o país, às vésperas das eleições e da substituição normal do Conselho de Ministros.

Armando Storni: Existem sim, daqueles que não querem a legítima representação do povo.

Wilmar Guimarães: o presidente da República sabe disso. Os esquerdistas também. E muito mais os homens da direita. (SAMPAIO, 2003, p. 88).

Percebe-se nestas falas os conflitos políticos que permeavam a sociedade brasileira no início da década de 1960. O acirramento dos conflitos de interesses dos diversos setores sociais que opunham, principalmente, as forças conservadoras e as forças progressistas e que desembocaram no Golpe de 1964.

Armando Storni: Tenha V. Excelência paciência, mas não está dizendo a verdade. O governo não se omitiu. Hoje se encontra em Porangatu o próprio chefe da Casa Militar do Governador Estadual e todas as autoridades foram

deslocadas para aquela cidade, a fim de se inteirarem da situação e tomar as providências necessárias.

Wilmar Guimarães: O governo de Goiás não se omite, porque só se omite quem está presente o governo de Goiás não existe, porque está voando e bebendo, a grandes sorvos, o néctar propaganda enfeitado como se acha na posição de líder nacional.

Armando Storni: V. Excelência foi um dos que ajudaram a enfeitar-se. (SAMPAIO, 2003, p. 88-89).

Guimarães volta a atacar a pessoa de Mauro Borges e Storni relembra-o que ele já o apoiara em outro momento.

Wilmar Guimarães: O que é Goiás? Goiás antes do Sr. Mauro Borges ser um líder nacional, era um Estado que não tinha Problemas de caráter social. Sua economia alicerçada na pecuária e na produção rizícola era um Estado Feliz. Os fazendeiros goianos compartilhavam com os agregados, com sua lavouras, da mesma labuta diária. Comiam na mesma mesa e juntos, pela manhã frias, com suas enxadas às costas, enfrentavam o orvalho da vegetação que cobriam os trilheiros à caminho da roça para as derrubadas, para as caçadas e para as queimadas [...] bebem da mesma água. [...] Nossos lavradores namoram e casam com as filhas dos fazendeiros. Os filhos estudam na mesma escola e compartilham em igualdade de bens da fazenda [...] Grande parte da terra é dada aos lavradores para ser explorada gratuitamente e as que são arrendadas, em percentagens tão baixas que os arrendatários prosperam e mais tarde as compram. Goiás é um estado imenso, Sr. Presidente. Não há o problema da terra. Quase dois milhões de habitantes vivem folgadoamente em seus 642.036 km². [...] É a terra da fartura. Este ano Goiás produzirá 15 milhões de sacas de arroz, 1 milhão e 700 mil sacas de feijão, 300 mil sacas de açúcar, 420 mil sacas de batatas, 600 mil sacas de milho e 600 toneladas de cebolas. O nosso gado bovino atinge 6 milhões 500 mil cabeças e o suíno a 3 milhões e 500 mil unidades. Produzires no corrente 400 milhões de litros de leite, 30 milhões de dúzias de ovos e 6 milhões de cabeça de galinhas. (SAMPAIO, 2003, p. 89).

Esta fala de Guimarães está carregada de lugares comuns. Ou o Deputado desconhece a realidade da sociedade da qual faz parte ou defende, de forma imoral, os interesses dos proprietários de terra. A sociedade rural retratada em sua fala é um paraíso idílico que, provavelmente, jamais tenha existido no Estado de Goiás ou em qualquer outro Estado do Brasil. Fazendeiros partilhando a mesa com agregados, casando os filhos de uns com as filhas dos outros, crianças estudando nas mesmas escolas, “terra dada aos lavradores”, talvez até façam parte de algum texto de literatura. Mas a realidade social que cerca o Deputado, provavelmente, é bastante diferente deste retrato de Goiás sem “problemas de caráter social” e “Estado feliz”.

Armando Storni: Essa produção toda, nobre deputado é feita por quem?

Wilmar Guimarães: Pelos trabalhadores de Goiás, e poderia ser muito maior se não houvesse no Estado, vários esquerdistas implantados pelo Sr. Mauro Borges.

Armando Storni: Veja V. Excelência que no próprio índice de produção se encontra a razão desses lucros. É o camponês que quer terras para produzir.
 Wilmar Guimarães: Grande Estado pecuarista precisa de extensas lavas de terras pra sustentar essa notável riqueza essencial à economia do Brasil. Por isso somos contra a reforma agrária fundada na simples divisão e distribuição de terras. Uma pecuária rendosa não pode subsistir em pequenas propriedades. Goiás comporta 200 milhões de habitantes. Não há porque falar em reforma agrária em meu Estado. (SAMPAIO, 2003, p. 89-90).

No final do debate Guimarães volta a acusar Mauro Borges de acolher esquerdistas em seu governo. Seu discurso, além de ser contrário à reforma agrária, defende os interesses dos pecuaristas e a expansão das áreas de pastagens em detrimento das áreas de produção agrícola. Expressa o desejo dos fazendeiros de retornar à “vocação” de Goiás para a pecuária, o que exige grandes extensões de terra tornando incompatível a existência de pequenas propriedades.

O discurso, supracitado, está carregado de mensagens contra os “agitadores”, os comunistas. O debate foi feito na Assembléia Legislativa e pode não ter sido diretamente dirigido a Mauro Borges e Storni, mas a uma platéia feita de dezenas de ouvintes que poderiam repassar a mensagem da “tomada de Goiás pelos comunistas”. O deputado Guimarães “implanta” com seu discurso uma luta de classes em Goiás que “antes do Sr. Mauro Borges era um Estado feliz”.    improvável que o “nobre” deputado Guimarães desconhecesse a luta dos posseiros, travada durante todo a década anterior a esse debate, que fora apoiada por seu partido, pois no início de seu discurso se refere aos “posseiros de Z   Porfírio”.    possível que suas acusa  es tenham outros objetivos além das simples acomoda  es de interesses nos jogos da política.

O discurso acima analisado não se refere especificamente ao movimento de Trombas e Formoso, porém nos informa a maneira de como os conservadores pensam a questão da terra. Nos primeiros anos da década de 1960, as lutas dos setores progressistas assumem caráter nacional. As disputas se tornam acirradas e a sociedade brasileira tende a uma polariza  o em que uma parte da sociedade civil defende as reformas de base e a outra defende a manuten  o de seus privilégios, conquistados por séculos de explora  o. A guerra fria se intensifica com a crise dos mísseis e o medo ao comunismo disseminado, a partir dos Estados Unidos, se torna arma política a ser usada contra desafetos e adversários, como pode ser observado no debate acima citado.

Embora, as representa  es das classes dominantes não se façam presentes nas obras analisadas, este debate d   indícios dos interesses e da forma como latifundiários,

fazendeiros e seus simpatizantes tratavam as questões de terra e como percebiam as lutas pela terra no Estado de Goiás.

Ao analisar as representações do movimento, contidas nas obras escolhidas, percebe-se que os trabalhadores pobres, tangidos pela fome, pela esperança de conquistarem um pedaço de chão, pela necessidade de se libertarem de seus “padrinhos” tiranos, empurrados pelos interesses do capital para o desbravamento e ocupação de novas fronteiras, farão sua “marcha para o oeste” de uma forma inesperada. Quando cumpriram seu papel de valorizar as terras das zonas fronteiriças, revidaram com violência as violências sofridas. Aos serem “convidados” a continuar sua marcha para o norte negaram o “destino” que lhes fora traçado e fizeram sua própria história.

A princípio buscaram a legalidade e depois enfrentaram à bala os grileiros e seus comparsas. Os camponeses construíram, no dia-a-dia da luta, um “saber fazer” que lhes possibilitou vivenciar a experiência de construir uma organização social baseadas em relações sociais de produção não capitalistas.

Entre os estudiosos do assunto há duas tendências conflitantes: uns tendem a considerar o movimento de Formoso e Trombas como espontâneo e outros defendem a tese de que sem a intervenção direta do PCB o movimento não teria ganhado a visibilidade necessária para seu não esmagamento. Defendem, ainda, que sozinhos os posseiros nada poderiam fazer contra as forças descomunais opostas a seus interesses.

Os diversos elementos envolvidos com o movimento, a atuação do PCB e de todos os setores progressistas são fundamentais para a relativa vitória dos posseiros sobre os grileiros. Porém, um dos fatores mais importantes na condução da luta foi o envolvimento direto dos posseiros com sua causa em que milhares de homens, mulheres, e crianças construíram no dia-a-dia, praticamente sem fundamentos teóricos, uma experiência de luta coletiva. Após a vitória, elegeram esse coletivo, na ausência do Estado, como a instância capaz de resolver desde brigas de casais, a venda e o escoamento da produção, o atendimento aos doentes, a recepção aos chegantes, a assessoria a outros companheiros que, bem próximos deles, em Porangatu, lutavam batalha semelhante.

É possível que em seus primórdios o movimento tenha assumido características de espontaneidade. Na fase da legalidade, às vezes, ingenuamente, os lavradores se consideravam cidadãos com os mesmos direitos e deveres de seus oponentes e tentavam por vias legais, respeitar os costumes, as poucas leis conhecidas e fazer valer seus direitos. A chegada dos quadros do PCB ao local das escaramuças proporcionou uma organização e mobilização políticas capazes de fortalecer naqueles homens sua disposição para a luta. Mas

se os camponeses não estivessem dispostos a resistir, possivelmente, os discursos do PCB não teriam encontrado nenhuma receptividade.

Os elementos enviados a Trombas pelo PCB, eram trabalhadores rurais pobres, alguns deixaram seus lotes na CANG, para desempenharem suas funções junto aos posseiros daquela zona em conflito. Esse fator é muito importante para a aceitação dos quadros do PCB naquela comunidade, pois havia uma identidade que os unia. Não eram os moços da cidade com medo de mosquito e pernilongo ou qualquer outro inseto insignificante. Não tinham a fala empolada dos “fii” de papai. Eram camponeses como os posseiros e falavam a mesma linguagem. Comungavam de um passado mais ou menos comum. Sabiam lidar com a terra. Conheciam os sinais da natureza. Enfim, partilhavam da mesma cultura, da mesma fé religiosa, gostavam das mesmas músicas, das mesmas comidas, se vestiam, dançavam e trabalhavam de maneiras semelhantes; por isso não foram rejeitados. Foram acolhidos e puderam fazer sua pregação política. Embora os elementos do Partido encontrassem dificuldades em convencer as pessoas a aderirem ao comunismo, não encontraram resistência à pregação do ideário do Partido.

Portanto, percebe-se que o movimento não aconteceu de forma espontânea nem foi uma vitória do PCB. O movimento vivenciou fases distintas, como a legalidade e o enfrentamento armado. Parece que a atuação do PCB se tornou possível porque os elementos do Partido, designados para atuarem em Trombas e Formoso, eram camponeses que passaram a viver junto com os posseiros. Supõe-se que se o Partido tivesse enviado, somente, intelectuais para a região, provavelmente, não teriam recebido a acolhida dos outros, nem conseguido convencer os camponeses a adotarem suas idéias a favor da coletividade.

Considerações Finais

Ao analisar as representações do movimento de luta pela terra em Formoso e Trombas, percebe-se que a migração para Goiás foi intensificada a partir do projeto “Marcha para o Oeste” e pela fundação da CANG – Colônia Nacional Agrícola de Goiás. Esta migração fomentou o povoamento e o desenvolvimento econômico da região de Uruaçu. A ocupação dessa região, aliada a outros fatores como a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília, promoveu a valorização das terras e despertou o interesse de outros grupos sociais. Assim, a frente de expansão foi seguida pela frente pioneira e os conflitos de interesses desses atores sociais transformaram a região em palco de batalhas sangrentas que se arrastaram por mais de dez anos.

Os posseiros foram auxiliados por diversos segmentos da sociedade, dentre eles, o Partido Comunista Brasileiro que, inclusive, enviou quadros para região. Percebe-se a atuação do PCB como fator importante para a organização, desenvolvimento e desfecho da luta. Mas supõe-se que a participação do Partido não teria os mesmos desdobramentos se os elementos enviados à região não fossem lavradores pobres, como os posseiros de Trombas e Formoso e, se os moradores desta localidade não estivessem predispostos a resistir. Para tanto, eles contaram, inclusive, com líderes locais que já atuavam antes da chegada do PCB junto a órgãos governamentais em busca de soluções pacíficas para os conflitos.

Embora, muitas das representações do movimento, aqui analisadas, sejam obras escritas por “intelectuais” ou objetos de pesquisas acadêmicas, foi possível apreender, através dos depoimentos colhidos por seus autores, os significados do movimento para os próprios camponeses envolvidos naquelas batalhas.

As relações do Estado com os posseiros e com os grileiros e, principalmente, as representações do movimento para fazendeiros, políticos, mídia e, para uma parcela da sociedade que não compactuava com a “rebeldia” dos posseiros, praticamente, não aparecem nas obras analisadas. Tais representações mereceriam ser objeto de pesquisas posteriores, a serem realizadas em jornais, revistas, discursos e debates da Assembleia Legislativa de Goiás, leis, projetos de leis, correspondências e várias outras fontes.

Percebe-se que os autores pesquisados são simpatizantes da causa dos posseiros. Talvez, por isso mesmo, as vozes das classes dominantes raramente apareçam. Entende-se a simpatia dos pesquisadores como parte de um novo fazer historiográfico que privilegia as

classes subalternas. Porém O silenciamento dos ocupantes do poder gera lacunas para a compreensão dos acontecimentos dificultando uma análise de forma mais abrangente.

Este trabalho, inicialmente, tinha como uma das preocupações compreender a atuação do Estado frente ao movimento de luta pela terra de Trombas e Formoso e as razões que evitaram a ocorrência de massacre daqueles posseiros (algo muito comum nos conflitos do campo no Brasil). Entretanto, as limitações impostas pela pesquisa, restringindo-se à bibliografia existente sobre o assunto, deixaram sem respostas estas e outras indagações iniciais, embora continue aberta a possibilidade de uma retomada das mesmas em uma pesquisa futura.

Essa problemática do não massacre dos lavradores é um fator que chama a atenção. É curioso como os poucos estudos que tratam do movimento o façam de forma bastante superficial. Há autores que apontam para um possível acordo entre o PCB e o governo, embora, até onde foi possível perceber, na fase mais aguda da luta, em 1956 e 1957, não há indícios apontando para esse acordo. O não massacre, também, não se explica pela posição ambígua do governador José Ludovico de Almeida, que fora eleito pelo PSD, partido defensor dos interesses das classes dominantes. Desse modo, a “vitória” dos lavradores, mesmo que parcial, é um episódio recente com muitos aspectos a serem pesquisados.

Por tudo isso, acredita-se que o movimento de Formoso e Trombas possui muitos elementos a serem estudados. A condescendência do Estado para com os posseiros merece uma pesquisa aprofundada, pois o acordo citado por Paulo Cunha, como um dos fatores que possibilitaram o período de paz, não está suficientemente esclarecido. Parece infundada a tese de que o peso dos votos dos posseiros, a maioria analfabetos e, portanto, impossibilitados de votar de acordo com a legislação eleitoral da época, tivessem importância suficiente para fazer o Governador tomar a decisão de retirar da região as forças policiais. Contrariando, dessa forma, os interesses dos latifundiários, estes sim, eleitores do PSD, partido do governador.

A atuação de uma parte da mídia com reportagens a favor dos revoltosos, embora seja relevante, também não justifica a pacificação da área. Assim, muitos aspectos desse movimento ainda carecem maiores reflexões sendo que, as alternativas encontradas para o conflito, sem a recorrência às costumeiras violências é apenas um desses aspectos. Daí, a instigante necessidade de uma retomada desta pesquisa de forma mais abrangente e aprofundada.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Sebastião de Barros. *De Porfírio ao MST: a luta pela terra em Goiás*. Brasília: André Quicé Editor, 2002.
- _____. *Trombas: A Guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília: Editora Goethe Ltda., 1985.
- AMADO, Wolmir Therezio. *A Igreja e a Questão Agrária no Centro Oeste do Brasil. 1950 – 1968*. Goiânia: UCG, 1996.
- AMADO, Janaína. Eu quero ser uma pessoa: Revolta camponesa e política no Brasil. *Resgate – Revista de Cultura*, Campinas, n. 5, p. 47-67, 1993. Publicação semestral do Centro de memória da UNICAMP. Este número foi editado pela Papirus.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARRETO, Leda. *Julião, Nordeste, Revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- BORGES, Pompeu Accioly. A Propriedade Territorial No Brasil e os Caminhos da Reforma Agrária. In: *Os Donos da Terra e a Luta pela Reforma Agrária*. IBASE (org.). Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1984.
- BRASIL. Decreto nº 3509, de 14 de fevereiro de 1941. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. *Diário oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 14 de fev. 1941. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL>>. Acesso em: 04 fev. 2008.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987.
- CÂNDIDO, Antônio, *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida* 8ª ed. São Paulo: Editora 34, 1997.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1988.
- CARNEIRO, Luciano. A rebelião dos Posseiros. In: *Revista O Cruzeiro*, Diários Associados, Rio de Janeiro, p. 84-90, 30 de março de 1957.
- CARONE, Edgard. *A quarta república (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- CHARTIER, Roger, *Á Beira da Falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. – 7.ed.. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Aconteceu Longe Demais: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964*.

1994. 261 f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

DANTAS, José Ibarê Costa. *Coronelismo e dominação*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC / Programa Editorial. 1987.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o oeste*. 1974. 171 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974.

ÉLIS, Bernardo. *O Tronco*. São Paulo: Circulo do Livro, 1974.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FURLAN, João Carlos. *Quem não registra não é dono*. Disponível em: <<http://www.exacta.cnt.br/>> Acesso em: 06 de jul. 2007.

GARCIA, José Godoy. *O Caminho de Trombas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2007.

_____. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado In: SCHWARCZ, L. M. (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 498-558. v. 4.

JÚNIOR, Caio Prado. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990

LINHARES, Maria Yedda L. Linhares. *História Geral do Brasil: (da colonização portuguesa à modernização autoritária)*/ Maria Yedda L. Linhares (coordenadora); Ciro Flamarion Cardoso...[et al.]. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LOWELL, Joan. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1952.

MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária Questão de Terra ou de Gente?* 7ª ed. São Paulo: Moderna, 1991.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil; terra e poder: o problema da terra na crise política* 2ª ed. Petrópolis: Vozes 1985.

_____. *Capitalismo e Tradicionalismo*: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MARTINS, Mario Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico Regional Do Brasil De S A S*. Disponível em: <<http://www.usinadasletras.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

MENDONÇA, Carlos Vinicius de. ALVES, Gabriela Santos. Os Desafios Teóricos da História e a Literatura. *História Hoje*. V. 1, n.2, s/d. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br>>. Acesso em: 13 jul. 2007.

MORAIS, Denis de. *Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2007.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NEIVA, Ivany Câmara. *O outro lado da Colônia*: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. 1984. 223 f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

NUNES, Paulo. ABC dos posseiros. *Jornal a Nova Democracia*. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br>> Acesso em 04 fev. 2008.

OLIVEIRA, Luiz André Ferreira. *Getúlio Vargas e o Desenvolvimento do Rádio no País*: Um estudo do Rádio de 1930 a 1945. Dissertação de Mestrado. Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Representação Ficcional do Rio Grande do Sul na obra de Cyro Martins*. Disponível em: <<http://www.celpcyro.org.br>>. Acesso em 24 jun. 2007.

_____. História & Literatura : uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da e MACHADO, Maria Clara Thomaz (org.). *História & Literatura*. Identidades e Fronteiras . Uberlândia: EDUFU, 2006.

_____. *História e História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. *O Brasil Republicano*, tomo III: Economia e cultura (1930-1964) por Antônio Flávio de Oliveira Pierucci ...[et al]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

RIDENTI, Marcelo. *Classes sociais e representação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. *A História da Resistência dos posseiros de Porangatu-GO (1940-1964)*. 2003. 128 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SAROLDI, Luiz Carlos e MOREIRA, Sonia Virginia. *Rádio Nacional: O Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro: Funarte/ Instituto Nacional de Música/ Divisão de Música popular, 1984.

SILVA, Ângela Maria. Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses / Maria Salete de Freitas Pinheiro, Maria Nani França. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2006.

SILVA, Cléia Cristina da. *Esau e Jacó e a República que não foi*: Uma abordagem histórico-política sob a perspectiva machadiana. 2004. 46 f. Monografia. Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2004.

SILVA, José Graziano da, *O Que é questão Agrária?* 14^a.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Sandro Dutra. *No oeste, a terra e o céu*: a construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. 2002. 151 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*: Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SMITH, Roberto. *Propriedade da terra transição*: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: CNPq, 1990.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*; tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. v. 1

_____. *A formação da classe operária inglesa*; tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. v. 2

WALADARES, Valter. Trombas e Formoso. *A Nova Democracia*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 29, abril de 2006. Entrevista concedida a Ana Lúcia Nunes. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br>>. Acesso em: 08 de jan. 2008.

Documentário

CADÊ Profiro?. Direção: Hélio Brito. São Paulo. DOCTV , 2004. 1 documentário (55min), son., color.

Anexos

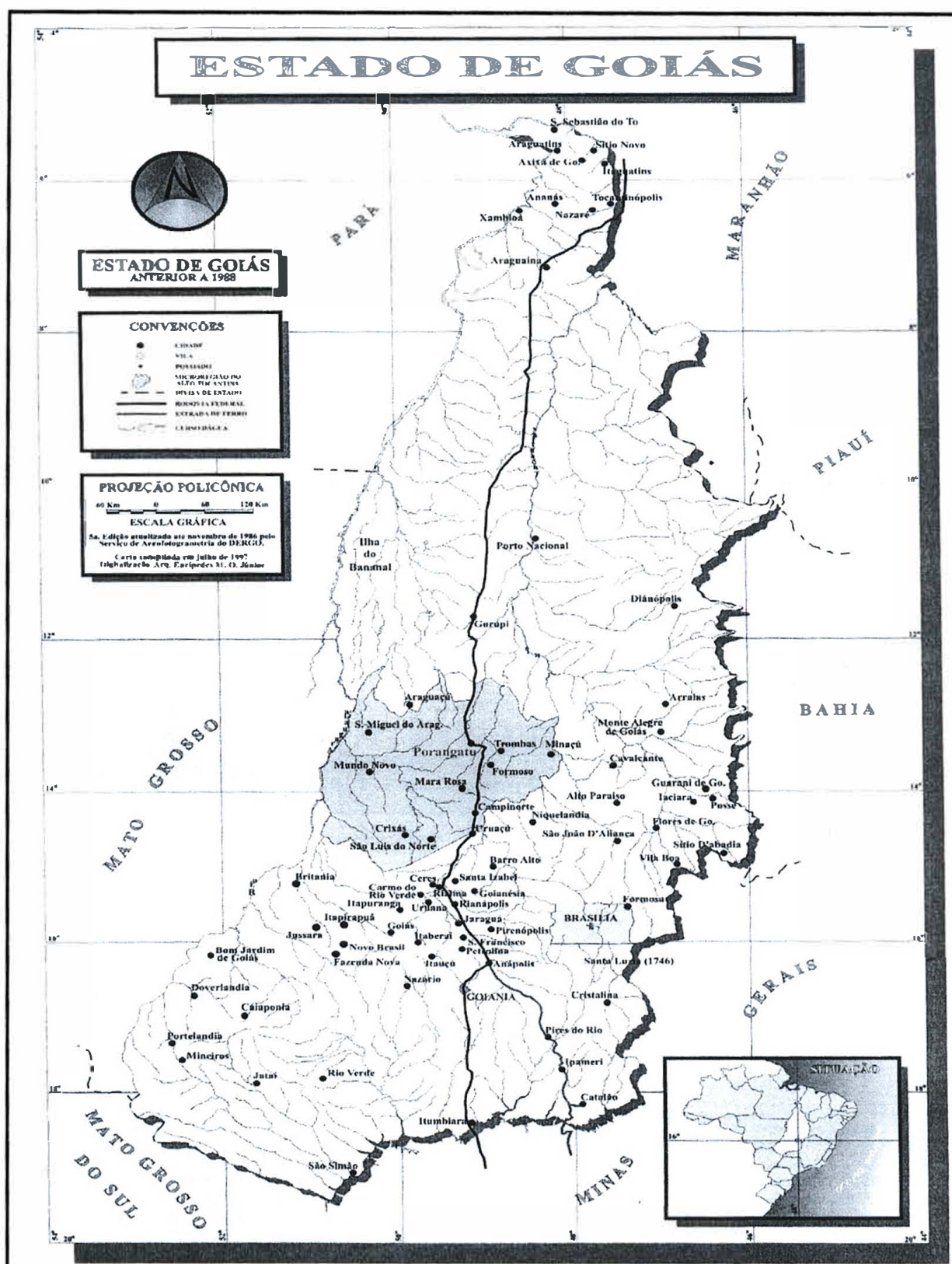


Figura 1. Mapa do Estado de Goiás antes da divisão do Estado. A área sombreada é a região do conflito.
Fonte: (SAMPAIO, 2003, p. 51)

MAPA DO ESTADO DE GOIÁS

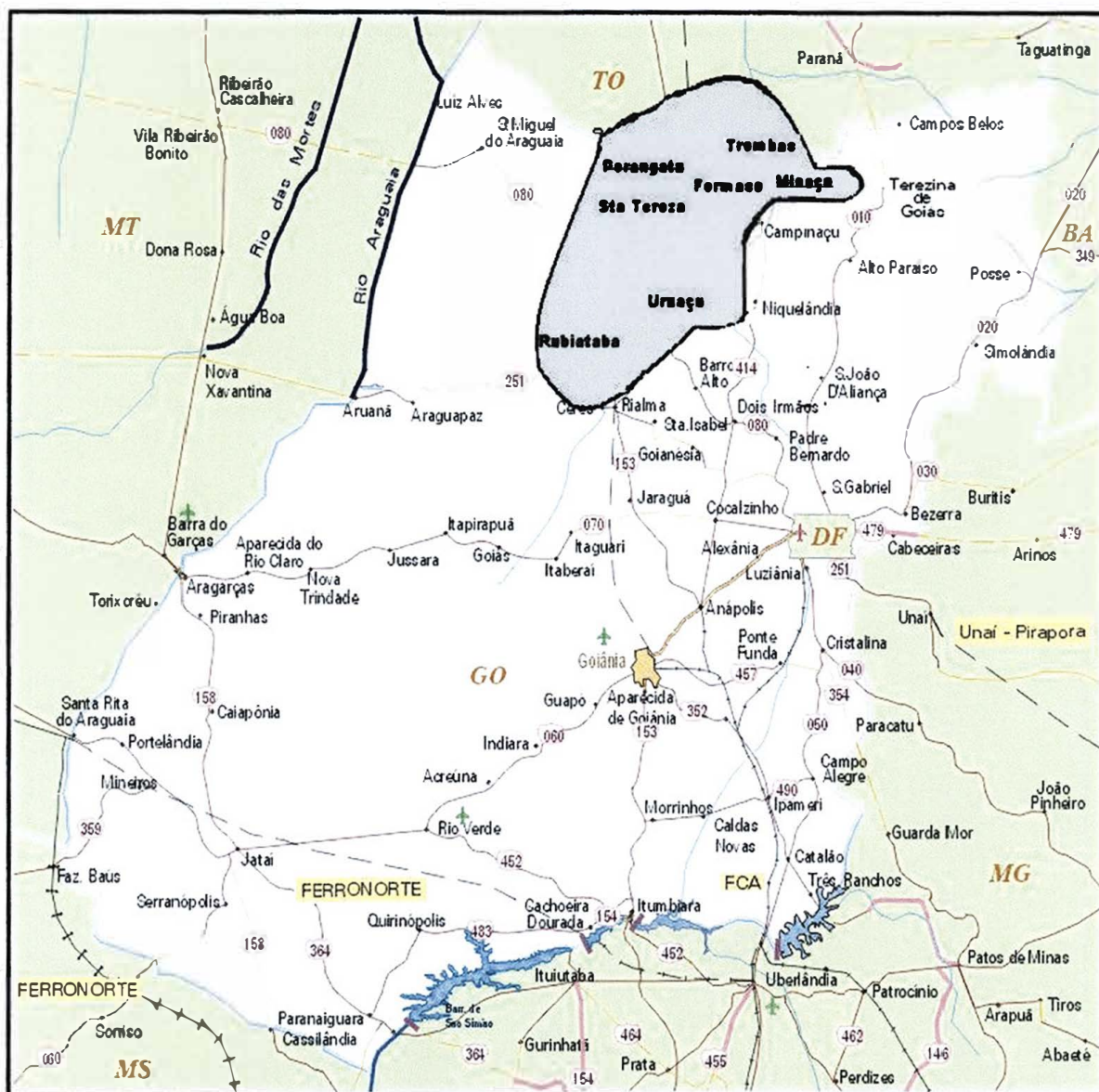


Figura 2. Mapa atual do Estado de Goiás. A área sombreada é a região do conflito. Disponível em: <<http://www.brasil-turismo.com>>. Acesso em: 02 de jun 2008.

Mapa da região de Trombas e Formoso.



Figura 3. Mapa da região de Trombas e Formoso. Autor: Paulo Henrique. Data: s/d. Fonte: *Território e Cidadania*. Acervo Privado Paulo Henrique. Disponível em: < <http://www.ufmg.br/projetorepublica> >. Acesso em 20 jul. 2007

Foto da cidade de Trombas de Formoso.



Figura 4. Foto da cidade de Trombas de Formoso. Data: 21/08/1978. Fonte: Jornal *O Movimento*, nº 164. Acervo Projeto República/UFMG < <http://www.ufmg.br/projetorepublica>>. Acesso em 20 jul. 2007

Os líderes da luta camponesa de Trombas.



Figura 5. Os líderes da luta camponesa de Trombas. Da esquerda para a direita: Geraldão, José Porfírio, não identificado. Cassimirão, não identificado. Data: 21/08/1960. Fonte: Jornal *O Movimento*, nº 164. Acervo Projeto República/UFG. < <http://www.ufmg.br/projetorepublica>>. Acesso em 20 jul. 2007

TROMBAS

A Guerrilha de Zé Porfírio

Sebastião de Barros Abreu



Figura 6. Capa da 1ª edição da obra de Sebastião de Barros Abreu – 1985.

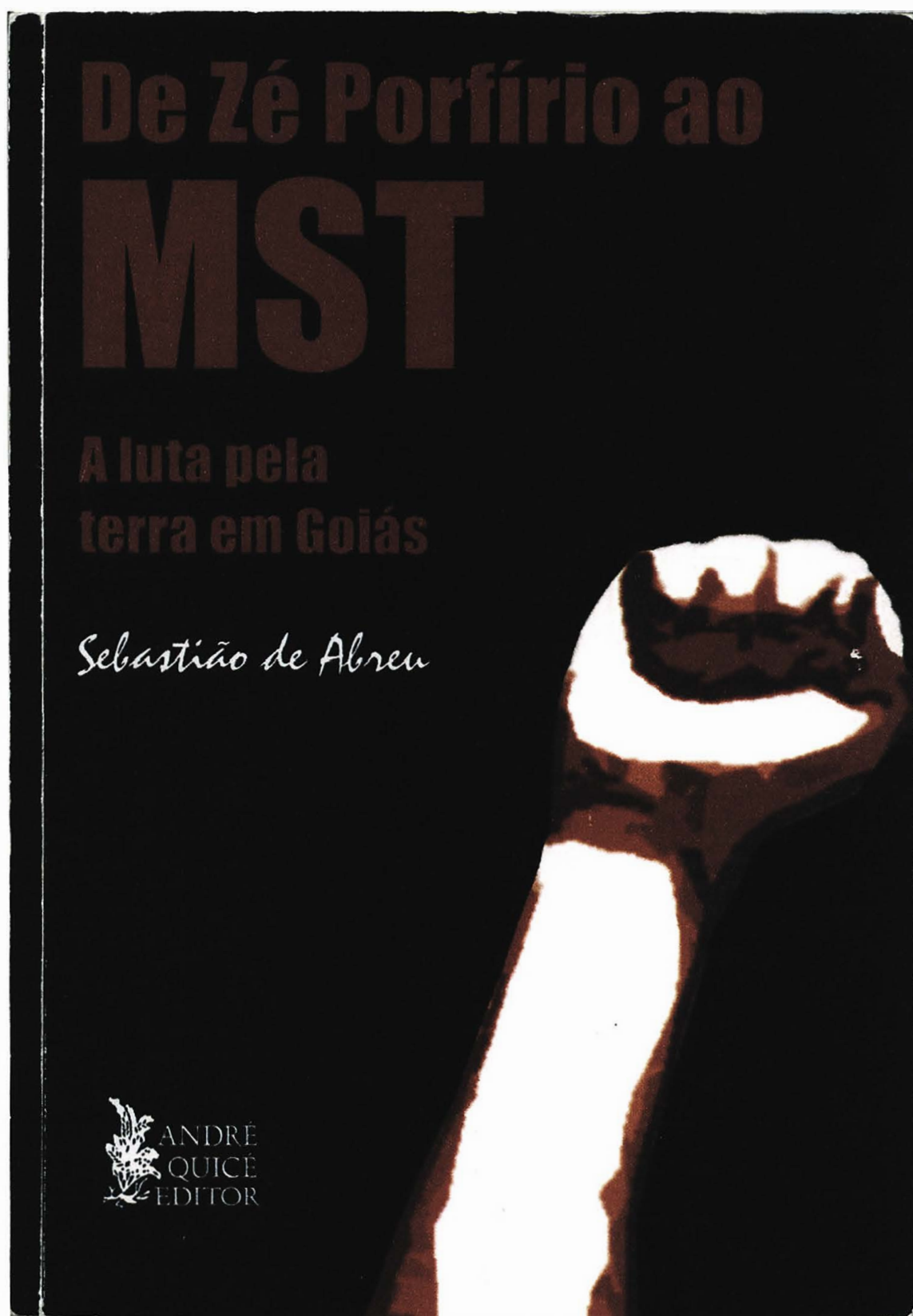


Figura 7. Capa da 2ª edição da Obra de Sebastião de Barros Abreu - 2002

Em meados da década de 1950 explodiu no meio-norte do Estado de Goiás, na vasta região que hoje corresponde aos Municípios de Formoso, Santa Tereza, Porangatu, Estrela do Norte, Mara Rosa e Uruaçu, um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil contemporâneo, chamado “revolta do Formoso” ou “revolta de Trombas”. Zé Porfírio e Antônio Barbosa (imagem) foram alguns de seus heróis.



Figura 8. Contra-capa da 2ª edição da obra de Sebastião de Barros Abreu – 2002.